



O Ideário Patrimonial

Praxis que se entrecruzam
Colóquio de Turismo e
Património



O Ideário Patrimonial

www.cph.ipt.pt

N. 1 // Dezembro 2013 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar
Edifício M - Campus da Quinta do Contador, Estrada da Serra, 2300-313 Tomar
NIPC 503 767 549

DIRETORA

Ana Cruz, Centro de Pré-História

SUB-DIRETORA

Ana Graça, Centro de Pré-História

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem

Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO Centro de Pré-História

SEDE DE REDACÇÃO Centro de Pré-História



Os textos são da responsabilidade dos autores.

PERIODICIDADE Semestral

ISSN 2183-1394

ANOTADA NA ERC

CONSELHO DE REDAÇÃO / COMITÉ DE LEITURA

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro

Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora

Professor Doutor Luís Mota Figueira, ESGT, Instituto Politécnico de Tomar

Doutora Hália Santos, ESTA – Instituto Politécnico de Tomar, Diretora do ESTAJornal

Doutor José Alves Jana, Diretor da Revista “Filosofando”

Doutora Maria João Bom, ESTT, Instituto Politécnico de Tomar

Doutor Davide Delfino, Câmara Municipal de Abrantes – Projeto Museu Ibérico de Arqueologia e Arte
(M.I.A.A.)

Mestre Raquel Botelho, ESTA – Instituto Politécnico de Tomar, Diretora-adjunta do ESTAJornal

Índice

EDITORIAL.....	6
OBSERVAR, EDUCAR, DIVULGAR: A GESTÃO PATRIMONIAL E TURÍSTICA DA CULTURA	7
ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL, DUAS DÉCADAS DE PROGRAMAS DE INICIATIVAS ANA ISABEL APOLINÁRIO.....	9
CONSERVAR, GERIR, EMPREENDER: PATRIMÓNIO E TURISMO NO PODER LOCAL.....	12
O PROGRESSO E A IDENTIDADE CULTURAL CARLOS FIDALGO	14
COMO COLOCAR O PATRIMÓNIO AO SERVIÇO DO TURISMO – O CASO DE TOMAR CARLOS CARRÃO.....	29
NOVOS RECURSOS, NOVOS DESAFIOS VASCO ESTRELA.....	36
PATRIMÓNIO E SOCIEDADE: UM CRER AINDA POR CONCRETIZAR	40
PATRIMÓNIO, MODELAÇÃO E RECONCILIAÇÃO MEMORIAL: O CASO DA BATALHA E DO SEU MOSTEIRO PEDRO REDOL	42
SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL EM PORTUGAL (2007-2012): ENQUADRAMENTOS, PARADIGMAS E INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS PAULO FERREIRA DA COSTA	50
OS MUSEUS LOCAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL IVO OOSTERBEEK, SÍLVIA MARQUES E LUÍS MOTA FIGUEIRA	58
O MUSEU MUNICIPAL DE OURÉM ENQUANTO PROJETO PARTILHADO! ANA SARAIVA.....	66
MOSAICO.....	78
PATRIMÔNIO: OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO E O PATRIMÔNIO POSSÍVEL! MARCOS CANETTA.....	80
LEGAME TRA ARCHEOLOGIA E POLITICA: UN ANNO DI RICERCHE PALETOLOGICHE E DI MOVIMENTI POLITICI RACCONTATO ATTRAVERSO IL CARTEGGIO TRA ANGELO MOSSO E FEDERICO HALBHERR. DAVIDE DELFINO	93
COMPUTER APPLICATIONS AND ARCHAEOLOGICAL MODELS OF THE MIDDLE TAGUS LUÍS SANTOS, LUIZ OOSTERBEEK E PIERLUIGI ROSINA	129

Editorial

Praxis que se Entrecruzam – Colóquio de Turismo e Património surge em 2012, numa fase particular da vida profissional dos membros do Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar aos quais se associaram o Director do Curso de Gestão Turística e Cultural e o Presidente do Instituto da Terra e Memória.

Colocar lado a lado, num mesmo evento, profissionais do turismo, do património, da museologia, gestores do património arquitectónico, edis dos vários municípios que se centram geograficamente perto de Tomar, representante da Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, representante do Grupo Protecção Sicó, representante do património imaterial e de empresários da cultura e do ambiente, resultou num amável ambiente de discussão que por certo dará frutos a médio prazo.

De forma vital, todos os intervenientes tomaram consciência que, determinadas áreas transversais como é o caso do turismo e do património em geral, necessitam sempre de contar com os apoios institucionais que se querem a trabalhar em unísono e em rede.

Esta ideia de promover encontros regulares entre vários intervenientes da sociedade no âmbito do património e do turismo, nasceu também da necessidade básica de implementar um enquadramento personalizado, no qual o património tem um papel social a desempenhar, em especial através da divulgação turística, mas também um papel social na História das Mentalidades dos finais do século XX, inícios do século XXI.

Mas não é apenas importante que o turismo tome nas suas rédeas os vestígios arqueológicos e patrimoniais de que o Médio Tejo é rico. É ainda necessário recorrermos a intervenientes já institucionalizados cuja função é desenvolver, no âmbito social, o que de cultural tem cada município. Neste campo é também importante fazer a ponte com os agentes privados que actuam no mercado.

Para além da responsabilidade social, o Património (material e imaterial) possui um fascínio próprio que actua sobre os indivíduos das comunidades e das nações e que possui também um aspecto lúdico que importa destacar. Esse destaque é-lhe fornecido pelos agentes do turismo, dos museus e ecomuseus, dos centros de Ciência Viva, que procuram de forma científica estimular o imaginário do público.

Esta necessidade de divulgar os trabalhos que se vão desenvolvendo no âmbito do Património não apenas à comunidade científica, mas sim e sempre ao público em geral, faz desta disciplina refém do marketing e da divulgação direccionada a vários vectores da sociedade, desde logo ao público infante-juvenil e, numa outra etapa, ao público em geral.

Uma questão que deverá ser colocada, num futuro próximo, é a de saber até que ponto os agentes da cultura se revêm a si próprios nos modelos de trabalho que desenvolvem.

Esta revista, agora criada, tem como objectivo divulgar não só os trabalhos dos agentes patrimoniais e turísticos, mas também os trabalhos de todos os intervenientes nesta vasta panóplia que tem por nome património.

Os textos agora publicados possuem um pendor, como o próprio título indica, de colectânea de ideias.

Ideias que, ao serem colocadas na prática, agitam, talvez perturbem, mas que são exemplo do que se desenvolve, no dia-a-dia, em pequenos universos de cultura do Médio Tejo.

Tomar, 12 de Novembro de 2013

PAINEL 1

OBSERVAR, EDUCAR, DIVULGAR: A GESTÃO PATRIMONIAL E
TURÍSTICA DA CULTURA

ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL, DUAS DÉCADAS DE PROGRAMAS DE INICIATIVAS

Ana Isabel Apolinário

Coordenadora do Serviço Educativo do Ecomuseu Municipal do Seixal

ecomuseu@cm-seixal.pt

Ecomuseu Municipal do Seixal, duas décadas de Programas de Iniciativas

Ana Isabel Apolinário

Historial do artigo:

Recebido a 25 de outubro de 2013

Aceite a 04 de novembro de 2013

RESUMO

O EMS é uma entidade permanente da estrutura orgânica da Câmara Municipal do Seixal. Ao longo de 30 anos de existência, tem procurado cumprir a sua missão de investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do homem e da sua relação com o meio, contribuindo para a construção e a transmissão das memórias coletivas e para o desenvolvimento sustentado do território concelhio. Nesse sentido, acompanhando a abertura dos vários espaços museológicos que o caracterizam (núcleos, extensões e embarcações tradicionais), criou um Serviço Educativo que tem procurado satisfazer as necessidades das comunidades, que partilham o seu território, e dos públicos, que durante estes anos têm participado nas inúmeras atividades programadas ou resultado de solicitações externas.

Projetos escolares, ateliês, visitas temáticas, passeios no Tejo, concertos, encontros, seminários e conferências, são algumas das atividades que se realizam regularmente nos núcleos e extensões do EMS, nas embarcações tradicionais e nos núcleos urbanos antigos do concelho. O Serviço Educativo promove atividades para todas as idades, durante os dias úteis e ao fim de semana, adaptando sempre que necessário as suas iniciativas a públicos com necessidades especiais. Para operacionalizar estas atividades organiza, desde 1992, Programas de Iniciativas (PI) anuais, que acompanham o calendário escolar (de agosto a setembro do ano seguinte), mas que preveem iniciativas para todos os públicos, num leque diversificado de horários.

Os Programas de Iniciativas integram ainda, nas atividades propostas, contributos de outros serviços municipais, parcerias externas ao município e as datas comemorativas habitualmente celebradas no mundo dos museus, nacional e internacionalmente.

Palavras-Chave: EcoMuseu, Seixal, Atividades

ABSTRACT

The EMS is a permanent entity of the organic structure of the Municipality of Seixal. Over 30 years of existence, has sought to fulfil its mission to investigate, preserve, document, interpret, valorise and disseminate evidence of people and their relationship with the environment, contributing to the construction and transmission of collective memories and the sustainable development of the municipal territory. In this sense, following the opening of different museology spaces that characterizes it (museums, extensions and traditional boats), created an educational service that has sought to meet the needs of communities that share

their territory, and public, which over the years have participated in numerous activities planned or the result of external requests.

School projects, workshops, themed tours, trips on the Tagus, concerts, meetings, seminars and conferences are some of the activities that take place regularly in the main areas and EMS extensions, the traditional boats and old urban areas of the county. The Education Department promotes activities for all ages, during working days and the weekend, adapting when necessary the initiatives for public with special needs. To operationalize these activities are organized since 1992 Initiatives Programs (IP) annually, accompanying the school year (from August to September of the following year), but which provide initiatives for all audiences in a wide range of times.

The Initiatives programs integrate further in the proposed activities, contributions from other municipal services, external partnerships to the municipality and the special dates usually celebrated in the world of museums, nationally and internationally.

Key-words: EcoMuseum, Seixal, Activities

Em nome da Câmara Municipal/ Ecomuseu Municipal do Seixal gostaria de agradecer o convite que nos foi endereçado para participar neste Colóquio, cujo tema, Turismo e Património, tem sido objeto de alguma reflexão da nossa parte. O Seixal situa-se na margem sul do rio Tejo, na área metropolitana de Lisboa e o fenómeno do turismo de massas não se faz sentir nas visitas ao nosso Ecomuseu. Somos visitados pontualmente por turistas quer internos quer do estrangeiro, situação que não nos coloca constrangimentos de maior. Os nossos públicos são essencialmente a comunidade escolar do concelho e da área metropolitana de Lisboa, sendo que, pontualmente recebemos grupos de outros pontos dos pais e até do estrangeiro. Para o público individual a maior incidência, em termos de origem, é a mesma que para o público escolar, sendo também habitual a afluência de visitantes de norte a sul de Portugal e do estrangeiro, particularmente aos fins-de-semana.

O Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), fundado em 1982, assumiu como linhas estruturantes da sua programação museológica a conservação dinâmica do património, sempre que possível *in situ*, e a interação com a população e as comunidades municipais. É uma entidade permanente da estrutura orgânica da Câmara Municipal do Seixal. Ao longo de 30 anos de existência, tem procurado cumprir a sua missão de investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do homem e da sua relação com o meio, contribuindo para a construção e a transmissão das memórias coletivas e para o desenvolvimento sustentado do território concelhio. Nesse sentido, acompanhando a abertura dos vários espaços museológicos que o caracterizam (diapositivo 3 – mapa dos núcleos, extensões e embarcações tradicionais), criou um Serviço Educativo que tem procurado satisfazer as necessidades das comunidades, que partilham o seu território, e dos públicos, que durante estes anos têm participado nas inúmeras atividades programadas ou resultado de solicitações externas.

Projetos escolares, ateliês, visitas temáticas, passeios no Tejo, concertos, encontros, seminários e conferências, são algumas das atividades que se realizam regularmente nos núcleos (Mundet, Naval, Moinho de Maré de Corroios e Olaria Romana da Quinta do Rouxinol) e extensões (Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços e espaço Memória Tipografia Popular do Seixal) do EMS, nas embarcações tradicionais (Varino Amoroso e bote de fragata Baía do

Seixal) e nos núcleos urbanos antigos do concelho (Amora, Arrentela e Seixal). O Serviço Educativo promove atividades para todas as idades, durante os dias úteis e ao fim de semana, adaptando sempre que necessário as suas iniciativas a públicos com necessidades especiais. A grande preocupação do Serviço Educativo, ao longo destes anos, tem sido programar e desenvolver as suas atividades ao pormenor. Uma atividade bem concebida torna-se mais inclusiva e está mais próxima de todos os tipos de públicos. Uma atividade em que haja espólio ou réplicas em que se possa tocar é gratificante para todos, uma descrição pormenorizada de uma peça é elucidativa para todos, o jogo, as múltiplas leituras, a simplificação do discurso sem o adulterar, são formas de abrir o museu a toda a gente, procurando satisfazer as suas necessidades. Para operacionalizar esta dinâmica o Serviço Educativo organiza, desde 1992, Programas de Iniciativas (PI) anuais, que acompanham o calendário escolar (de agosto a Setembro do ano seguinte), mas que prevêm iniciativas para todos os públicos, num leque diversificado de horários. Os Programas de Iniciativas integram, ainda, nas atividades propostas, contributos de outros serviços municipais, parcerias externas ao município e as datas comemorativas habitualmente celebradas no mundo dos museus, nacional e internacionalmente.

As diferentes atividades programadas ao longo deste período podem ser consultadas na coleção de boletins trimestrais Ecomuseu Informação, que foram editados até março de 2011, e que estão disponíveis no nosso Centro de Documentação e Informação (ver alguns exemplos de atividades nos diapositivos 5 a 11).

Relembramos mais uma vez que para Programar é fundamental ter em consideração a missão e os objetivos da instituição em que nos inserimos, o nosso público-alvo e os públicos que não frequentam o museu, mas que gostaríamos de cativar. Para criar maior dinâmica e envolver novos públicos é muito importante abrir portas ao exterior, criar parcerias e avaliar as nossas atividades, para que tenham sempre presente a nossa missão e objetivos e para que correspondam às necessidades dos nossos públicos e dos não públicos. Programar é fundamental no crescimento de um serviço de públicos, que vive no presente, com o passado como principal ferramenta de trabalho, sem perder de vista o futuro, a preservação dos patrimónios que estão à nossa guarda e a melhor forma de os dar a conhecer ao maior número de públicos possível.

Tal como a outros museus aqui presentes, preocupa-nos o fato de este desejado aumento de públicos não ser comportável pelos recursos que possuímos e que as visitas aos nossos espaços se tornem rotineiras e impessoais. Gostaríamos de acompanhar a quantidade com a qualidade a que todos os nossos visitantes têm direito e que as visitas aos nossos espaços museológicos, individuais ou com acompanhamento de técnicos do Museu, fossem cada vez mais ao encontro das necessidades de cada um e representassem uma experiência relevante nas suas vidas.

PAINEL 2

CONSERVAR, GERIR, EMPREENDER: PATRIMÓNIO E TURISMO
NO PODER LOCAL

O PROGRESSO E A IDENTIDADE CULTURAL

Carlos Fidalgo
Mestre em Estudos do Património
fidalgo.carlos@gmail.com

O Progresso e a Identidade Cultural

Carlos Fidalgo

Historial do artigo:

Recebido a 25 de outubro de 2013

Aceite a 04 de novembro de 2013

RESUMO

Não raras vezes se nos coloca a já bastante debatida questão entre o progresso e a manutenção da Identidade Cultural. Não se torna fácil abordar esta temática muito por culpa do que se poderá entender por “progresso” e pela unicidade da Identidade Cultural de uma qualquer comunidade. A Nazaré representava, por assim dizer, um claro exemplo da luta pela sobrevivência, a união da comunidade piscatória em prol de um objetivo comum, o mar. Talvez por isso, a Nazaré tenha sido propagandeada, aquém e além-fronteiras, como um exemplo daquilo que era o sofrimento, a luta e a coragem diária de o enfrentar. Terá sido, provavelmente, este conjunto de particularidades que despoletou o interesse do Estado Novo** em promover esta praia à praia mais portuguesa de Portugal. Contudo, com a inauguração do porto de pesca, o espaço cénico sofre uma mudança geográfica. A comunidade piscatória desagrega-se. Acabando por sucumbir aos velhos e legítimos anseios de uma comunidade: a segurança de um porto de pesca. Hoje, a Nazaré vive como que uma crise de identidade social e cultural que teve origem, na nossa opinião, num progresso necessário, mas cujas políticas culturais não acautelaram as consequências sociais que viriam a traduzir-se numa mutação identitária que ainda não estabilizou.

Palavras-Chave: Nazaré, Comunidade, Identidade, Cultural

ABSTRACT

Often arises the already much debated issue between progress and the maintenance of cultural identity. It is not easy to address this issue much the fault of what might be meant by "progress" and the uniqueness of Cultural Identity of any community. The Nazaré represented, as it were, a clear example of the struggle for survival, the union of the fishing community towards a common goal, the sea. Maybe this was why the Nazaré has been advertised, within and beyond its borders, as an example of what was the suffering, struggle and the daily courage to face it. Was probably, this group of details that triggered the New State's*** interest in promoting this beach to the most Portuguese beach of Portugal. However,

** Merece especial destaque nesta “propaganda” do Estado Novo a presença de barcos, apetrechos de pesca, manequins e um pescador da Nazaré, na Exposição do Mundo Português que teve lugar em Lisboa no ano de 1940. Sobre este assunto confira-se o que escreveu José Pedro no jornal “O Mensageiro”.

Não deixaremos de referir que alguns autores locais referem que a vinda a banhos à Nazaré remonta à segunda metade de Setecentos e certamente durante o primeiro quartel de Oitocentos. Cf. MONTEIRO, João Oliva. (1995:153 - 168).

*** Of particular note in this "propaganda" of the New State is the presence of boats, fishing tackle, mannequins and a fisherman of Nazaré in Portuguese World Exhibition held in Lisbon in the year 1940. On this subject check-up what wrote José Pedro in the newspaper "The Messenger".

Not fail to mention that some local authors report that the coming to baths in Nazaré dates back to the second half of the eighteenth century and certainly during the first quarter of the nineteenth century. Cf. MONTEIRO, João Oliva. (1995: 153-168).

with the opening of the fishing port, the stage space undergoes a geographical shift. The fishing community disintegrates. Eventually, succumbing to the old and legitimate demands of a community: the security of a fishing port. Today, Nazaré lives as a crisis of social and cultural identity that was originated, in our view, in a necessary progress, but whose cultural policies cautioned not the social consequences that would lead to an identity mutation that has not yet stabilized.

Key-words: Nazaré, Community, Identity, Cultural

Se tivermos em conta que uma das definições de Progresso se prende com um conjunto de ações que determinam mudança, alterações de ordem física, social e económicas, e quanto à Identidade Cultural, como um sistema que nos remete para a pertença a uma determinada ordem social e cultural, língua, cultura, usos e costumes, poderemos, numa hipotética relação entre estes dois conceitos, verificar que a sua relação se torna intemporal.

Hubert Reeves refere que para o homem antigo os imperativos da conduta estão intimamente ligados à visão do mundo. As atitudes são marcadas pela reverência para com a natureza e o que ela representa.¹

A procura de novas condições de sobrevivência, um estabelecimento social e, por conseguinte, cultural, mais favorável à criação de relações sociais permitem-nos defender que o progresso e a identidade cultural se inter-relacionam desde os tempos pré-históricos.²

Posto isto, na formação do núcleo urbano conhecido como Nazaré, ter-se-ão observado essas premissas?³

Como não temos conhecimento que se tenha feito algum estudo sobre esta temática, que abranja os finais do século XIX e todo o século XX, permitimo-nos avançar com alguns elementos que poderão, num futuro trabalho, aprofundar este tema.

Assim, inicia-se esta reflexão com a menção, em jeito de cronologia, às duas migrações que, no nosso ponto de vista, estiveram na origem da criação do novo núcleo urbano da praia da Nazaré, local onde, também, se deu a última das migrações sociais, económicas e, por conseguinte, uma inevitável alteração da identidade social e cultural.

Durante o século XVI (1542), com o assoreamento do porto de Paredes, iniciava-se um processo migratório⁴ que teve como destino, entre outros locais do litoral, a Pederneira.

Uma das primeiras referências que existe sobre essa migração é a tão conhecida descrição do Padre António Carvalho da Costa, que menciona a migração da população de Paredes para esta Villa da Pederneyra, trazendo tudo quanto tinham, & seus foraes, & privilégios, que hoje se conservão na Camera desta Villa. Os que ficarão, fundarão seus edifícios à borda do mar e erigiram sua igreja da invocação de S. Pedro; durarão pouco neste sítio, & se passarão para cima aonde estão, & fizeram a Igreja de S. André, & lhe puseram o

¹ REEVES (1986:177).

² Sobre este assunto confira-se: CAMERON, Rondo. (2000: 39 - 57)

³ Entenda-se por núcleo urbano da Nazaré, os locais de Pederneira, Sítio e Praia.

⁴ Sobre a formação da Nazaré, Cf. GONÇALVES, Iria. (1989). MONTEIRO, Adriano. (1995). BARBOSA, Pedro Gomes. (1996). HENRIQUES, Maria Virgínia. (1996). BERNARDES, João Pedro. (2008). FIDALGO, Carlos. (2010). FIDALGO, (2012).

nome de Pederneyra, por acharem alli hum marco grosso como hum pinheyro redondo, de altura de cinco palmos de pederneyra, que inda hoje existe; dahi a tempo fizerão a Igreja Matriz da invocação de N. Senhora da Areas com hum Vigario, e quatro Beneficiados.⁵

Independentemente das consequências diretas⁶ que esta migração viria a ter para a alteração da identidade social e cultural da comunidade autóctone, uma outra migração, que terá ocorrido na segunda metade do século XVIII, viria a marcar, de uma forma mais profunda, as vivências sociais, económicas e geográficas desta zona do litoral estremenho: a migração da comunidade piscatória de Ílhavo.⁷

Uma pequena parte desta classe das gentes de Ílhavo limitou-se à pesca na Ria e outra emigrou para Lavos, Gala Cova, Buarcos, Matozinhos, Peniche, Nazaré, S. Martinho do Porto, etc. onde têm formado verdadeiras colónias piscatórias. Direi de passagem que é muito interessante terem conservado, naquelas praias, o dialeto e o sotaque de origem, que Ílhavo quasi tem perdido.⁸

Assumindo como correta esta conjuntura, uma vez que se encontra bem documentada, deveremos, em abono dos nossos argumentos, relevar a grande aculturação que esta migração viria a ter nas comunidades do Sítio e da Pederneira.

Se assim foi, como terá reagido a comunidade local perante um novo dialeto, um novo sotaque e a introdução de novas artes de pesca?

É provável que o isolamento em que viviam na Gafanha e em seguida na Nazaré, tenha acentuado as tensões com as populações locais, agravadas pela falta de um regulamento definitivo da arte xávega⁹, que só foi criado em 1926.

Tal situação poderá ter contribuído para que, chegados à praia da Nazaré em grande contingente, não fossem bem recebidos pelas populações do Sítio e da Pederneira, que os terão hostilizado e segregado.¹⁰

Apesar deste ambiente hostil, que terá acontecido em finais de Setecentos, inícios de Oitocentos, o facto é que os ílhavos por cá se estabeleceram e criaram laços sociais com os locais.

Os casamentos entre ílhavos e naturais da Praia, Sítio e Pederneira viriam a demonstrar que a comunidade assumia, agora, uma nova identidade, uma nova cultura fruto da junção de três povos, os do Sítio, os da Pederneira e os de Ílhavo.

Os novos laços sociais, como é exemplo o casamento, não seriam exclusivos entre pessoas oriundas destes três locais. Temos conhecimento de migrações e associações matrimoniais com pessoas de outras áreas geográficas.¹¹

⁵ COSTA, António Carvalho da – Corografia portugueza, e descripçam topogafica do famoso reyno de Portugal, p.135.

⁶ Em trabalho anterior questionou-se sobre a possibilidade, defendida por alguns autores, desta comunidade de Paredes fundar a povoação de Pederneira. Contudo, não cabe na presente reflexão aprofundar este assunto. Para tal dever-se-á consultar: Cf. FIDALGO, Carlos. (2012: 27 - 65)

⁷ Sobre este assunto; Cf. MONTEIRO, Adriano. (1995)

⁸ REZENDE (1944:196).

⁹ Sobre a arte xávega, consulte-se: GRILLO, João Sales. Um olhar próximo sobre a “Xávega” e o “Candil” na Nazaré enquanto elementos da sua vida turística. I Jornadas sobre Cultura Marítima, I Volume, Nazaré, 1995, pp. 169 – 173. NUNES, Francisco Oneto. A Arte xávega na Praia da Vieira – Histórias e Imagens, documentos fotográficos de Dora Landau, Vergílio Guerra Pedrosa e outros, Edição, Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, Câmara Municipal da Marinha Grande, 2004. A Diáspora dos Ílhavos, Edição da Câmara Municipal de Ílhavo e Museu Marítimo de Ílhavo, Coordenação Editorial, Álvaro Garrido e Márcia Carvalho, 2007.

¹⁰ MONTEIRO (1995:146).

Assim, em 1825, fixam-se aqui dois irmãos do mesmo apelido, vindos de S. Salvador de Ílhavo e que usam o mesmo nome, sendo ambos João de Almeida Laborinho.

Estabelecem-se na Praia onde casam e logo o povo os distingue: o que casa c. Barbara Francisca, também ela de Ílhavo, é o João Grande; o que casa c. Eufrásia de Jesus, do Sítio, é o João Pequeno.¹²

Não mais terminaria, como parece facilmente entendível, esta união de culturas entre os que vieram de outros locais.

Na origem de todo este processo estaria a intemporal relação entre o Homem e a Natureza, entre a necessidade de progredir, de criar mais e melhores condições para o estabelecimento de uma nova comunidade, obviando, desta forma, à criação de uma nova identidade social e cultural.

As migrações do povo de Paredes e, com maior interesse para a nossa reflexão, o de Ílhavo, acabariam por ter na sua origem os processos de alterações naturais ocorridos à época. Ao Homem, mais uma vez, restava adaptar-se aos novos espaços que lhe permitiam um reinício de uma estabilidade social, económica e cultural, em territórios desconhecidos.

E desta colaboração da Natureza e dos homens nasceu a Nazaré.¹³

A Nazaré contém, em potência, mil telas de pintores. Telas figurativas ou abstratas, mas em que a cor é o sangue da arte. Realiza, além disso, na vida quotidiana, uma das mais belas criações do povo português. Criação humana moldada pelo mar, mas em que se fundiram as experiências seculares, as velhas tradições, as virtudes mais tenazes e o senso estético das remotas povoações do litoral. As tortuosas ruas estreitas com as casas deslumbrantes de cal e as sacadas em madeira, a graça um tanto levantina do aglomerado, os barcos de proa normanda recurva e alta, as redes de xávega mourisca, os tipos e o vestuário dos homens e das mulheres, a vasta enseada em meia-lua com águas de esmeralda translúcida, vistas do alto do Sítio, tudo concorre para fazer da Nazaré um dos mais belos e originais recantos da costa portuguesa. Um, mas não o único, é bom lembrar.¹⁴

Seria esta Nazaré, terra de pescadores, eternizada pela pena de alguns dos nossos maiores romancistas.¹⁵

Contudo, a evolução contínua que os tempos modernos nos colocaram; os novos desafios, as novas filosofias, que viriam a presidir pós “revolução dos cravos”, teriam como consequência a diminuição, não das necessidades da população em continuar na sua labuta com o mar e com a terra, mas um acelerado processo de adaptação e uma transmutação da identidade social e cultural.

Mas se na década de setenta se assistiu a uma readaptação nas vivências sociais em todo o território Português, seria, para o caso da Nazaré, nos inícios da década de 80 do século passado que a maior alteração social e cultural viria a acontecer.

¹¹ Como é exemplo o batizado celebrado em 27-2-1840 [entre] Manoel Midões e Anna Luzindra a parteira, esta c. prenda de Nossa Senhora da Nazareth, foram p.p. do bapt. de Manuel de Almeida Granada f. de José de Almeida Granada ou Granadinha e de Josefa de Oliveira, ele do Sítio da Nazareth ela do lugar do Seião, junto a Montemor o Velho. GRANADA (1996:453).

¹² GRANADA (1996:412).

¹³ CORTESÃO (1995:180).

¹⁴ CORTESÃO (1995:179).

¹⁵ Entre outros; CORTESÃO, Jaime. Portugal a Terra e o Homem, Lisboa, 3ª Edição, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, pp. 179 – 181. BRANDÃO, Raul. Os Pescadores, Clássicos da Literatura Portuguesa, Série B, Marujo Editora, Lisboa, 1986, pp.81 – 88. REDOL, Alves. Uma fenda na muralha, Europa – América, Lda, 5ª edição, Lisboa, 1980.

Sem prejuízo de épocas anteriores, no séc. XIX, a praia de banhos da Nazaré desenvolve-se apoiada na pesca¹⁶ e no turismo; e esses dois pilares têm sido a base da sua economia até ao presente. Até aos anos setenta do século passado, a pesca representava cerca de dois terços do peso da atividade económica da Nazaré; hoje é o turismo que ocupa a maior parte da população, e representa para a economia local, apoiada nas atividades como a hotelaria, o comércio e a restauração voltadas para o turista, a maior fonte de receitas.

Em 1983, com a inauguração do porto de abrigo, barcos e pescadores deixaram a praia para se instalarem no porto. Da noite para o dia, a Praia da Nazaré perdeu o colorido e a vida que lhe tinha granjeado o título da praia mais pitoresca de Portugal.¹⁷

Foi esta mudança geográfica do espaço cénico que acabaria por alterar todo um conjunto de premissas, até aqui, associadas à imagem da Nazaré dos Pescadores.

Posto isto, não parecem restar dúvidas que a construção do porto de pesca viria a revelar-se como um ato progressista¹⁸, em particular na segurança dos pescadores. Contudo, essa infra-estrutura não viria a revelar-se como uma alternativa de continuidade de uma identidade social e cultural e muito menos uma mais-valia económica.

Nem poderia, sabemos hoje, aspirar a sê-lo.¹⁹

De facto, o distanciamento da classe piscatória do antigo centro social viria a determinar um conjunto de alterações nos usos e costumes da comunidade local.

A mudança do espaço físico associada a uma mudança do centro social piscatório e, por conseguinte, económico, viria a classificar-se como a última migração, intra-muros, na comunidade piscatória nazarena.

Conforme já foi referido, terá sido a inauguração do porto de pesca que viria a transformar toda uma comunidade de uma forma definitiva, pelo menos até aos dias de hoje.

A atividade piscatória encontra-se agora ao sul, a pouco mais de 2 quilómetros do antigo centro social, económico e turístico. Os pescadores já não pisam o areal nas tarefas diárias que tinham até 1983, os barcos já não descansam no areal, as mulheres já não exibem o seu fulgor, os jogos tradicionais e as discussões na rua, não resistindo a essa mudança geográfica dos atores sociais.

Posto isto, a comunidade²⁰ nazarena desagregou-se, diversificou as suas atividades económicas. O turismo de aluguer, o comércio, a restauração vieram, definitivamente, substituir a principal atividade económica da Nazaré, a pesca.

¹⁶ O mesmo não acontece nas freguesias de Famalicão e Valado dos Frades, todas pertencentes ao Concelho de Nazaré, onde a atividade agrícola desempenha um papel de extrema importância no tecido económico local.

¹⁷ TRINDADE (2007:s.n.p.).

¹⁸ Entenda-se aqui a palavra progressista como a adjetivação para a criação de uma infra-estrutura que era desejada pelos pescadores há muitas décadas e, como tal, a criação e exploração desse equipamento, na nossa opinião, deverá considerar-se um ato de progresso. Mencione-se também que para uma mudança na identidade cultural de uma qualquer comunidade poderão contribuir, as alterações climáticas extremas, as migrações sociais e a consequente adaptação do Homem ao Meio assim como um aumento e diversificação geográfica da população congregada no mesmo espaço territorial/comunitário.

¹⁹ Releve-se que para a incapacidade de dinamizar o porto de pesca, inaugurado em 1983, contribuiu, na primeira década de 90 do século passado, a política europeia de redução de quotas de pescado e dos incentivos ao abate das embarcações de pesca tradicional. Ainda assim, no meio piscatório, não se procurou criar Cooperativas de pesca que pudessem concorrer com as que rumavam agora a um novo local de acostagem e venda de peixe. Barcos oriundos dos portos nortenhos, de Peniche e de outros portos, acabariam por iniciar um processo de estabelecimento social, assumindo-se assim um novo fenómeno de migração. Necessita este assunto de um estudo que ainda não foi realizado.

²⁰ Sobre o conceito de comunidade confira-se: TRINDADE (2008:69 - 84).

As ruas estreitas foram perdendo a vida, as cores e as pequenas casas foram sendo substituídas por edifícios novos.

Novas zonas de expansão urbanística afastaram e desertificaram a zona antiga, na procura de novas casas com o objetivo de alugar as mais antigas no recente e muito pouco regulamentado aluguer de chambres, zimmers e rooms.

Por seu turno, o turismo religioso, nomeadamente as peregrinações ao Santuário de Nossa Senhora da Nazaré, acabaram por deixar de ter o seu fulgor com o aparecimento, divulgação e imposição do Santuário Mariano de Fátima.

A agricultura, atividade de extrema importância para a fixação das populações, que serviu de complemento à pesca para a subsistência das comunidades, é residual.

Esta é a realidade atual da Nazaré.

Mas qual a relação entre a migração da década de oitenta e as migrações dos século XVI e XVIII?

Terão sido apenas os aspetos sociais, económicos e culturais que se alteraram com essas mudanças?

Pensamos que não. Como tal, considera-se que, nesta fase da nossa reflexão, se torna pertinente apresentar em jeito de cronologia os fatores naturais que estiveram na origem de uma povoação que, até ao século XVI se remetia à Pederneira, ainda que concordemos com alguma atividade social no Sítio mas de cariz não religioso.²¹

Justifica-se, para um melhor enquadramento das alterações sociais, geológicas e marítimas, ocorridas no litoral português, um recuo à época da presença romana na faixa litoral oeste, em particular, na laguna da Pederneira.

Por altura da ocupação romana na área circundante à lagoa da Pederneira e, apesar do mar avançar pelo interior dos estuários nas zonas de reentrâncias, (rios, ribeiros e engueiros) em outras, como as arribas ou falésias, encontrar-se-ia mais recuado, sendo o aspecto geral o de uma linha de costa muito mais recortada do que aquela que temos hoje. Tal é perfeitamente compreensível, já que na época romana, pelo menos no Alto Império, o nível do médio das águas do Oceano se encontrava abaixo do de hoje.²²

Há 2000 anos atrás, a lagoa da Pederneira estaria já num processo regressivo, criando nas zonas mais a nascente pequenos espaços palustres, que iam progredindo para poente acompanhando a diminuição de área da lagoa.

Considerando que o processo de assoreamento deriva de uma ação contínua, conjugando vários fatores, não deve ter havido interrupções muito prolongadas no tempo que, de alguma forma, obviassem à interrupção do processo de colmatção da laguna.

Considerando, também, as variações climáticas, muitas vezes prolongadas e adversas, que ocorreram desde esses séculos até ao século XVII, a laguna da Pederneira poderá ter

²¹ Sobre a ocupação humana no local denominado Sítio, modernamente conhecido como Sítio de Nossa Senhora da Nazaré, deverá consultar-se, entre outros; PENTEADO, Pedro. Peregrinos da Memória, O Santuário de Nossa Senhora da Nazaré, 1600 – 1785, Edição do Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1998. ALÃO, Manuel de Brito. Antiguidade da Sagrada Imagem de Nossa Senhora de Nazaré, Lisboa, Edições Colibri/Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, 2001.

²² BERNARDES (2008:35).

continuado a ser navegável antes da reconquista, embora com uma menor dimensão na sua extensão para nascente e, por conseguinte, com uma redução de caudal.

Este facto terá impedido a navegação de barcos de grande calado, mas poderá ter permitido a entrada e saída de embarcações de pequeno calado.²³

Iria Gonçalves refere que os abrigos marítimos interiores de Alfeizerão e Pederneira nos séculos XIV e XV se constituíam como dois esplêndidos abrigos como eram a lagoa da Pederneira e a concha de S. Martinho, para já não falar no porto de Paredes, os coutos de Alcobaça tinham todas as condições para neles se desenvolver grande actividade ligada ao mar. [...] Estão neste caso os estaleiros da Pederneira e da foz de Alfeizerão, onde a construção naval se desenvolveu a bom ritmo nos derradeiros séculos da Idade Média.²⁴

A partir do século XV, o declínio da atividade do porto da Pederneira foi rápido, devido ao intenso assoreamento resultante da expansão da agricultura em toda a área dominada pelo Mosteiro de Alcobaça.

A destruição de parte das florestas e matos acelerou substancialmente a possibilidade de erosão daquele espaço. Os detritos resultantes, transportados pela rede hidrográfica, depositaram-se nas baixas adjacentes, entulhando o leito e a foz dos rios, diminuindo o caudal dos mesmos e aumentando a deposição de sedimentos ao longo dos rios, ribeiros e engueiros.

Esta situação, que tinha sofrido um grande incremento com o exposto no parágrafo anterior, foi objeto de algumas ações com o objetivo de manter a entrada da laguna aberta.²⁵

A viagem pela lagoa em direção a S. Gião²⁶ tinha de ser feita na maré-cheia. Os vários assoreamentos da barra da Pederneira, conforme tem vindo a ser provado neste ponto, que aconteceram desde os séculos XIV e XV, não permitiam a entrada na antiga lagoa, antes porém essa lagoa estava, já em pleno século XVII, fora da zona interior da lagoa, localizando-se agora a poente da antiga entrada. O chamado “setor litoral” era agora a zona por onde se espraiava, para sul até S. Gião e para norte o rio de Alcobaça.

Durante todo o século XVII, o assoreamento da barra da lagoa da Pederneira fez com que o rio continuasse o seu desvio para norte, até chegar próximo do promontório.

O porto da Pederneira, localizado no interior da várzea da Nazaré, tinha desaparecido, a enseada era em frente à vila da Pederneira que ficava agora a nascente da mesma.

O único elo de ligação entre a várzea da Nazaré e o “novo” porto da Pederneira nesta época era o rio de Alcobaça que, mais tarde, se viria a chamar Ribeira da Pederneira.²⁷

Tinha-se criado, desta forma, a conhecida enseada da praia da Nazaré.

²³ FIDALGO (2010:30).

²⁴ GONÇALVES (1989:129).

²⁵ FIDALGO (2010:33).

²⁶ Normalmente conhecida como Igreja Visigótica de São Gião da Nazaré. Este pequeno templo encontra-se implantado numa zona de forte atividade agrícola, denominando-se esse local, como “campos de São Gião. Sobre este templo confira-se entre outros; FIDALGO. (2010:93 – 106 e 112 - 132).

²⁷ FIDALGO (2010:36).



Figura 1: Porto da Pederneira 1634 de Pedro Teixeira, In El Atlas del Rey Planeta, Editora Nerea, San Sebastian, 2003, p. 45.

Durante o século XVII e o século XVIII, a ocupação da Ribeira da Pederneira faz-se de uma forma tímida, deixando antever um elevado grau de insegurança da comunidade, dado os constantes ataques de pirataria típicos na costa portuguesa neste e em séculos seguintes.²⁸

Segundo Frei Manoel de Figueiredo, nas areias próximas do mar, junto ao promontório da Nazaré, contavam-se, por volta de 1780, cinquenta e oito casas na maioria térreas “em que os pescadores guardão os apetrechos [...] e vivem de verão com muitas pessoas que aqui veem tomar banhos salgados.”²⁹

Só a partir da segunda metade do século XIX é que acabariam por estar reunidas as condições para que o estabelecimento comunitário fosse uma realidade.

As primeiras construções na Praia devem ter surgido a Norte de forma espontânea, ao abrigo do promontório, e ter obedecido posteriormente a um esquema pré-estabelecido com ruas estreitas, quase paralelas entre si, conduzindo à beira-mar, onde se centra a vida das comunidades piscatórias e balnear.

²⁸ Sobre este assunto, confira-se; ALÃO, Manuel de Brito. (2001: 131 – 134).

²⁹ FIGUEIREDO, Frei Manuel de. Códice – E - 3 – 8.



Figura 2: Após o encerramento das Ordens Religiosas, em 1834, a Praia ficou praticamente abandonada, permitindo que os pescadores sazonais de Ílhavo se fixassem começando então a construir casas em alvenaria. Autor desconhecido, Espólio de Adriano Monteiro.

Em 1889, foi inaugurado o ascensor ligando as povoações da Praia e do Sítio.

No final do século XIX, a Praia da Nazaré, acolhendo no Verão uma numerosa população banhista, era já maior e mais populosa que o Sítio e a Pederneira, o que ocasionou a instalação dos paços do renovado concelho na Praia.

Os hábitos peculiares da comunidade piscatória, vividos no imponente cenário da beira-mar, fizeram da Praia da Nazaré, a partir de meados deste século, um dos destinos turísticos mais procurados de Portugal.³⁰

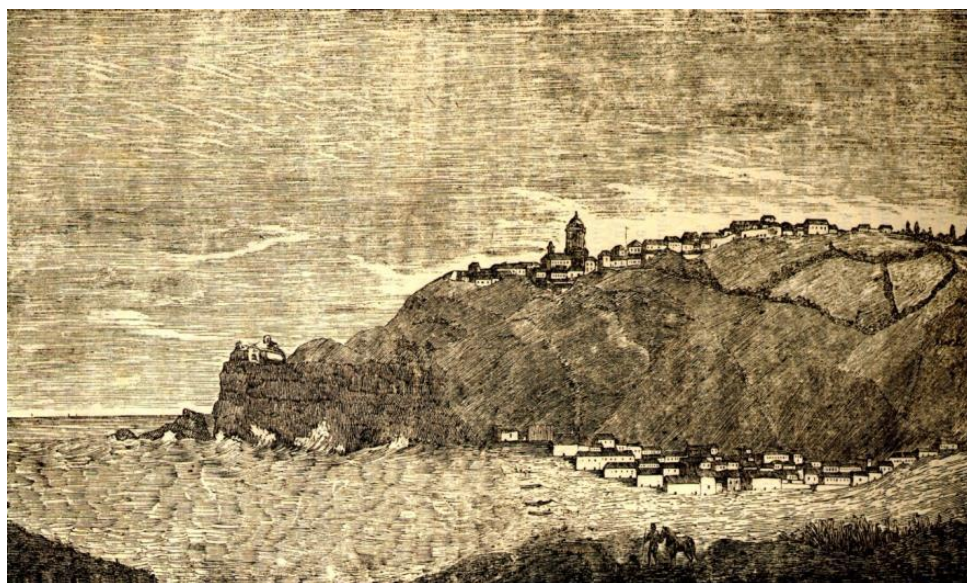


Figura 3: Praia da Nazareth, 1857. Gravura, O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo, nº 32, Vol. 1.º, 4.ª Série, Tip. J. F. Flores, 1857, Lisboa, p. 249.

³⁰ MONTEIRO (1995:160).



Figura 4: Vista geral da Praia, Revista Brasil, Portugal, nº 17,1/10/1898, p.3

Já, durante o século XX, pelo menos até 1983, que como já se referiu, ano em que foi inaugurado o porto de pesca, a Nazaré continuou e continua a ser um destino turístico, embora as motivações e a oferta patrimonial tenham sofrido profundas alterações, no que à sua natureza diz respeito.

Assim, permitimo-nos abordar uma época que ainda não se encontra estudada e que relaciona a problemática da relação entre o progresso e a identidade cultural entre o ano de 1983 e a atualidade.

Conforme foi referido, a partir de 1983, a comunidade nazarena assiste à inauguração do seu porto de pesca, velha aspiração da comunidade local que via, nesse ano, finalmente concretizado esse sonho e, acima de tudo, o fim de uma época, marcada pelo sofrimento, pela incerteza, pela morte, quase previsível, que ao longo de séculos a acompanhou.

Com a inauguração do porto de pesca os pescadores, a partir de junho, deixavam de estar obrigados a deslocar os seus barcos para a parte sul da praia, para deixar aos turistas a parte a norte, abrigada pelo promontório.³¹

Mas, se este vai e vem sazonal dos barcos acabaria por estender o espaço cénico uma vez que os mesmos não se retiravam do areal, estando, como se de uma exposição permanente e viva se tratasse, ao dispor das objetivas dos turistas, antropólogos, historiadores ou simples curiosos, já a criação do porto de pesca acabaria por prender as embarcações, as redes, os homens e uma identidade esquecida a norte.

A praia ficaria, apenas e só, para utilização dos turistas. Os pescadores, de um dia para o outro, acabariam por trocar o areal pelo betão do cais de acostagem, as mulheres da Nazaré

³¹ TRINDADE (2009:53 – 54).

deixavam de apregoar o peixe pelas ruas e na lota comunitária, transferindo-se para uma outra, de cariz industrial, longe dos olhares de todos os que pretendiam vivenciar a experiência do mar, a venda do peixe, a chegada dos barcos e, por fim, aquele ambiente, quase medieval, da relação do Homem com o Mar.

A importância da realidade nazarena atual reside no facto de as suas instituições, comportamentos e crenças representarem uma fase especial de interesse na grande transformação da existência humana, provocada pela ascensão do capitalismo e da civilização industrial. No caso da Nazaré, porém, não se trata de saber como esta comunidade local foi afetada por essa grande transformação, mas antes pelo contrário, por que razão não foi afetada.

O facto de a vida comunitária característica das aldeias rurais da Idade Média ter subsistido na Nazaré, possibilitou-nos a observação dos modelos sociais tradicionais. Comparando estes modelos sociais modernos, foi possível explorar o processo da grande transformação.³²

Pensamos que a questão que se coloca nesta fase é saber se um sonho tão grande, a construção do porto de pesca da Nazaré, embora seja inquestionável a questão da segurança que veio proporcionar a todos os que viviam e vivem da pesca, não acabou por se traduzir no fim de uma época, com a agravante de não ter permitido criar uma outra que lhe fosse continuada.

Este foi o nosso desafio. A criação de uma obra que, nesta reflexão, personifica uma atitude progressista e a alteração de uma identidade social e cultural.

Na reflexão que agora se apresenta verifica-se que o progresso pode ser ameaçador, desde que não se observem todas as consequências que daí advenham para a manutenção de uma identidade comunitária (social e cultural).

No caso da Nazaré e apesar de se assumir essa evidência deve relevar-se que a modernização e aburguesamento das famílias piscatórias têm sido acompanhados de uma profusão de discursos identitários que, se por um lado podem ser interpretados como forma de resistência à homogeneização cultural do mundo, associada ao processo de mundialização da cultura e da globalização; pode, por outro lado, argumentar-se que representam uma busca de sentido e uma renegociação.

Neste processo, os pescadores, que ontem construíam a sua identidade numa lógica de oposição à pequena burguesia local, por um lado, e aos rurais, por outro, gerem hoje estrategicamente essa identidade, entretanto apropriada por todos os grupos para afirmar a sua diferença perante a gente de fora.³³

Apesar de concordarmos com esta observação, não deixaremos de referir que, segundo a nossa opinião, a gestão estratégica, de que nos fala José Maria Trindade, se revê mais numa gestão unipessoal ou unifamiliar do que comunitária, ainda que se aceite a integração de normas intra-grupos sociais muito virados para as relações familiares, sociais ou profissionais, esta última um claro exemplo da comemoração de um passado que urge recordar por parte da população mais idosa.

³² BROGGER (1992:220). Devemos levar em linha de conta os anos em que este estudo foi feito. Nos finais dos anos de 70, princípios dos anos 80. Como tal, no seu conteúdo não se aborda as alterações sociais e culturais provocadas na comunidade após a inauguração do porto de pesca que, como já várias vezes foi referido, aconteceu em 1983. Ainda assim trata-se de um documento de grande importância para a compreensão da comunidade nazarena na vertente puramente antropológica.

³³ TRINDADE (2009:157).



Fig.5: O passado - Pescadores na praia



Fig.6: O presente - O homem da Nazaré de costas viradas para o mar

De facto, as transformações sociais e a contestação do historicismo e seus postulados – perfectibilidade, evolução, progresso, previsibilidade – instalaram um exclusivo sentimento de descontinuidade, pluralidade e não sentido em relação ao tempo psicológico e ao tempo histórico. Isto é, sob o efeito de uma crescente dissolução da vivência do tempo como presente real (complexo e tensional) na atemporalidade e anacronia do tempo real, tende-se a esquecer que a própria memória é indissociável da ideia de futuro.³⁴

Por esse motivo, a multi-funcionalidade em que a comunidade nazarena se encontra mergulhada apenas poderá ter como consequência o esquecimento do passado, a não unificação de um presente comunitário e, por conseguinte, a quebra dos laços sociais e culturais que, desta forma não se projectarão para o futuro, deixando, por inerência, que a memória passada de um povo se desvaneça nas brumas identitárias do presente, fruto de um progresso não planeado para as pessoas mas apenas e só para as questões do ordenamento do território.

³⁴ CATROGA (2001:32).



Fig.7: Vista geral da Praia da Nazaré. O porto de pesca ao fundo e a antiga zona onde a atividade piscatória criava o espaço cénico que terminaria com a inauguração do porto de pesca. Foto: Carlos Fidalgo

BIBLIOGRAFIA

ALÃO, M. B. (2001) - *Antiguidade da sagrada imagem de Nossa Senhora de Nazaré*. Lisboa: Colibri.

BARBOSA, P. G. (1992) - *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura central*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

BERNARDES, J. P. – A Lagoa da Pederneira, Porto Natural de Parreitas. In BARBOSA, P. G. (ed.) - *A Região de Alcobaça na Época Romana*. Alcobaça: Município de Alcobaça e Instituto de Estudos.

BARBOSA, P. G. (2008) - *A região de Alcobaça na época Romana: a estação arqueológica de Parreitas*. Alcobaça: Município de Alcobaça, p. 34-45.

BROGGER, J. (1992) - *Pescadores e Pés – calçados*. Nazaré: Livraria Suzy de Abílio dos Santos Figueira. 1ª Edição.

CAMERON, R. (2000) - *História Económica do Mundo. De uma Forma Concisa de há 30.000 anos até ao presente*. Mem – Martins: Publicações Europa – América.

CATROGA, F. (2001) - *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora.

CORTESÃO, J. (1995) - *Portugal a Terra e o Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 3ª Edição.

COSTA, A. C. da (1712) - *Corografia portuguesa, e descripçam topogafica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Tomo 3.

FIDALGO, C. (2012) - *As Igrejas da Pederneira: do séc. XII ao séc. XVII. Uma análise*. Nazaré: Caldas Editora, Lda.

FIDALGO, C. (2010) - *O povoamento na área da Lagoa da Pederneira: Da ocupação romana até ao século XII*. Lisboa: [s.n.]. 2 Vols. Dissertação para obtenção do grau de Mestre.

FIGUEIREDO, F. M. de (1960) - *Códice E – 3 – 8. In NATIVIDADE, M. V. - Mosteiro e coutos de Alcobaça*. Alcobaça: Tipografia Alcobacense, 123.

GONÇALVES, I. (1989) - *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação para obtenção do grau de Doutor.

GRANADA, J. A. G. (1996) - *Nazareth – Pederneira, Sítio, Praia – Para a história da terra e da gente*. Nazaré: Livraria Suzy.

MONTEIRO, A. (1995) - Incidências da transformação da costa atlântica na constituição da Nazaré. *I Jornadas sobre Cultura Marítima*. Nazaré: [s.n.], Vol. 1, p. 115-151.

MONTEIRO, J. O. (1995) - Um Século de imagens da Nazaré no Bilhete-postal Ilustrado. *I Jornadas de sobre Cultura Marítima*. Nazaré: [s.n.], Vol. 1, p. 81 – 103.

PEDRO, J. (26 de Julho de 1947) – Coisas ouvidas, Lidas e Vistas. *Jornal O Mensageiro*.

REEVES, H. (1986) - *A hora do deslumbramento – Terá o universo um sentido*. Lisboa: Edições Gradiva.

REZENDE, P. J. V. (1944) - *Monografia da Gafanha*. Coimbra: [s.n.], 2ª Edição.

TRINDADE, J. M. (2008) - *Nazaré dos Pescadores: Identidade e Transformação de uma Comunidade Marítima*. Leiria: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Leiria.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

TRINDADE, J. M. (2007) - Nazaré, a mais típica praia portuguesa. *V International Tourism Congress of Leiria and Oeste*, [s.n.p.]. Disponível em [www: <URL: http://cassiopeia.ipleiria.pt/esel_eventos/files/3902_03_JoseTrindade_4bf50b0b97a87.pdf>](http://cassiopeia.ipleiria.pt/esel_eventos/files/3902_03_JoseTrindade_4bf50b0b97a87.pdf).

COMO COLOCAR O PATRIMÓNIO AO SERVIÇO DO TURISMO – O CASO DE TOMAR

Carlos Carrão

Presidente da Câmara Municipal de Tomar em 20 e 21 de Outubro de
2012

Como Colocar o Património ao Serviço do Turismo – O Caso de Tomar

Carlos Carrão

Historial do artigo:

Recebido a 22 de novembro de 2013

Aceite a 29 de novembro de 2013

Este texto não obedece às normas do acordo ortográfico de 2012

Estou aqui hoje para vos falar da minha experiência enquanto autarca na cidade de Tomar, e da maneira como naquele município nos temos esforçado para colocar o património ao serviço do turismo.

Em primeiro lugar queria agradecer o amável convite para aqui estar presente a abordar este assunto.

Em segundo, afiançar-vos que este esforço para colocar o património tomarense ao serviço do turismo não é propriamente tarefa fácil, ao contrário do que se possa pensar olhando para o imenso e rico património que a cidade possui.

Um dos maiores problemas que se nos deparam, desde logo, enquanto responsáveis pela gestão urbanística da cidade, é que, em Tomar, é praticamente impossível abrir uma vala no chão sem que salte à vista algum vestígio arqueológico.

E não falo apenas do centro histórico, maioritariamente situado na margem direita do rio Nabão.

Na margem esquerda, para onde a cidade se tem expandido, foram surgindo, entre outros de menor dimensão, a antiga urbe romana e, mais recentemente, a vasta necrópole em frente da igreja de Santa Maria dos Olivais, só para revelar alguns exemplos mais notórios.

Ora, estas situações criam de imediato diversos dilemas, provocando atrasos nas empreitadas e obrigando muitas vezes a refazer projectos, com os custos inerentes.

Por outro lado, gerir uma cidade em que o número de edifícios com valor patrimonial histórico é muito elevado, levanta também incontáveis problemas, pois aquilo que à partida parece óbvio – é preciso preservar esses edifícios – nem sempre é tão simples de resolver.

Muitas vezes são imóveis que pertencem a privados. Quando a sua tutela é da autarquia, há trâmites burocráticos complexos, há tentativas de concessão que nem sempre encontram interessados e há ainda, no fim de todas as vicissitudes, esse óbice cada vez mais incontornável: como pagar intervenções quase sempre inevitavelmente caras.

Se tudo isto é verdade para qualquer cidade ou vila com centro histórico, ganha especial acutilância num caso como o de Tomar, que sofre ainda de um paradoxo. É que, apesar de, só por si, o seu casco histórico poder funcionar como atracção turística, o facto de possuir um conjunto monumental da dimensão do Castelo Templário e do Convento de Cristo

provoca um desequilíbrio intenso no número de visitantes, uma vez que a maioria dos forasteiros vai directamente ao monumento e não chega a visitar a cidade.

Não sendo um problema novo, este facto ganhou maior importância à medida que, pressionado pelo declínio industrial de um concelho em que as grandes unidades fabris tiveram um peso crucial no século passado, o município de Tomar se confrontou com a evidência de ter agora no turismo um dos pilares da sua economia.

No sentido de tentar inverter essa situação começámos por delinear uma estratégia que se consubstanciou em dois programas candidatados e posteriormente apoiados pelo QREN.

O PIVUT (Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar), centrado na cidade, permitiu-nos, no que a esta questão diz directamente respeito, investir na requalificação e valorização da envolvente do Convento de Cristo e da Mata dos Sete Montes, na requalificação urbana do Centro Histórico, bem como na sua animação cultural (através do projecto Praça Viva) e na construção, assim como na dinamização científica e pedagógica do Museu da Levada.

Por outro lado, o Programa Estratégico Rede de Mosteiros Património da Humanidade lançou as pontes entre Tomar, Lisboa, Alcobaça e Batalha, os quatro municípios que possuem espaços conventuais reconhecidos pela UNESCO como sendo de interesse mundial.

Liderada por Tomar, a Rede constituiu um novo paradigma da cooperação interurbana em Portugal, com o objectivo, assumido pelo próprio Estado, de tornar “sustentáveis” o Convento de Cristo, o Mosteiro dos Jerónimos, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha, enquanto âncoras de desenvolvimento urbano.

Essa sustentabilidade assenta na criação de uma nova marca turística com alcance internacional, bem como na requalificação e valorização das zonas urbanas circundantes aos monumentos, e ainda na produção e animação cultural.

Um dos aspectos já visíveis, e que é tangencial a estes dois programas, são os acessos ao conjunto monumental constituído pelo Castelo e pelo Convento. Procurou-se incentivar os visitantes a acederem a pé ao monumento, embora, pelas características do relevo circundante, não se possa impedir o acesso automóvel ao mesmo.

Mas, ao criar ou requalificar quatro caminhos alternativos, conseguimos efectivamente aproximar o castelo e o centro histórico. Assim, os visitantes passaram a poder optar por:

- um passeio panorâmico, que circunda toda a estrada de ligação ao monumento e que permite observar detalhadamente a cidade;

- dois caminhos históricos (cujas calçadas foram recuperadas), o de Santo André e o de Santiago, este último especialmente importante pelo facto de a rota de peregrinação para Compostela ter vindo a ganhar nos tempos mais recentes um número crescente de adeptos;

- e finalmente, mas não menos importante, um percurso em plena natureza, através da Mata Nacional dos Sete Montes (um dos pulmões da cidade de Tomar), que permite simultaneamente uma abordagem ao Convento através do espaço que funcionou como cerca

dos frades da Ordem de Cristo, mas serve também para divulgar o autêntico tesouro verde constituído por aquele espaço.

Não é, porém, suficiente melhorar os acessos se não se criarem condições de atracção no centro histórico e eventos marcantes que ali façam acorrer o público.

Ora, Tomar, da mesma forma que possui um património arquitectónico de valor invulgar, tem também uma das festividades mais originais do país, e de características únicas no mundo, a Festa dos Tabuleiros, que traz, só por si, centenas de milhares de pessoas à cidade.

Todavia, esta Festa tem um óbice: acontece apenas de quatro em quatro anos, e é inviável reduzir essa periodicidade sem colocar em causa a sua qualidade e genuinidade, pelo que implica de mobilização de grande parte da população do concelho, cujo trabalho começa quase um ano antes.

Era necessário, pois, criar um outro evento para os três anos intermédios em que não há Tabuleiros, capaz de movimentar um número elevado de turistas, mas com um selo de qualidade e de originalidade.

A opção recaiu no Festival de Estátuas Vivas, uma aposta ganha que logo no primeiro ano conseguiu atrair uma centena de milhar de pessoas e não mais baixou a fasquia, e que inclusivamente já chegou, este ano, aqui ao concelho da Barquinha.

Qual foi o segredo do sucesso deste evento?

A ideia em si nem é nova – existem alguns festivais de estátuas já com alguma tradição no país. O que o tornou inovador foi o conceito: trata-se de um festival temático em que os homens-estátua recriam figuras e quadros da História de Portugal, enquadrados por um cenário patrimonial único em que se inserem na perfeição.

Ao mesmo tempo, consegue também distinguir-se das inúmeras recriações históricas hoje em dia muito em voga, devido a um profundo envolvimento pedagógico, que faz deste também um evento didáctico. O festival, aliás, é organizado pelo projecto Máquina do Tempo, que envolve, além da Câmara Municipal de Tomar, o Convento de Cristo e duas instituições de ensino, a Escola Básica 2, 3 Nuno Álvares Pereira e o Instituto Politécnico de Tomar.

Assim, todos os pormenores do evento são pensados numa perspectiva pedagógica de forma a proporcionar aos visitantes um contacto o mais fiel possível, e bem documentado, com acontecimentos e vivências do passado.

Por outro lado, o Festival de Estátuas faz a ligação ideal entre o centro histórico e o Convento de Cristo, com os turistas a terem necessidade de se deslocar aos dois lugares para o fruírem na totalidade.

Igualmente importante é o facto de termos consciência de que este é um evento que tem sido apoiado em cerca de 80% pelo QREN, mas que no futuro terá que ser auto-sustentável. Assim, fez-se nestas primeiras edições o investimento em custos como infra-estruturas, merchandising ou website que servirão para o futuro.

Apostou-se também na formação, como garantia para a continuidade. Em 2011 e 2012, cerca de quatro dezenas de jovens tomarenses participaram em workshops ministrados por António Santos, o primeiro homem-estátua português. A maioria deles já teve intervenção nestas edições do festival e, pelo empenho demonstrado, temos a garantia de que no futuro teremos cada vez menos necessidade de recorrer ao recrutamento fora do concelho.

Apesar de esta ter sido uma aposta ganha, sabemos bem que também não é suficiente. O centro histórico precisa de ter em permanência um pólo de atracção que funcione como complemento e contraponto ao Convento de Cristo, capaz de trazer turistas individuais e grupos organizados e que constitua, por si só, motivo para uma visita a Tomar.

Esse lugar já existe: é o complexo dos moinhos e lagares da Levada, vulgarmente conhecido como Lagares d'El Rei.

É um espaço que acompanhou a vida de Tomar durante séculos, constituindo sempre um pólo de modernidade para as épocas em causa, de que são exemplo a criação da própria levada de água para funcionar como força motriz de um complexo que aos olhos de hoje quase poderíamos designar já como industrial, ou a central eléctrica que permitiu a Tomar ter sido pioneira nessa área no século XIX.

O impiedoso declínio industrial das últimas décadas do século XX ameaçou esse tesouro patrimonial, então pertença do grupo Mendes Godinho, cuja falência o deixou nas mãos do Banco Espírito Santo. A doação que aquela entidade bancária efectuou ao Município de Tomar, há pouco mais de uma década, abriu as portas à sua devolução à comunidade tomarense, mas, ao mesmo tempo, deixou a autarquia como responsável de uma área tão vasta e com um tão amplo legado industrial e histórico, que a sua gestão e manutenção não se afiguraram fáceis.

O programa Polis ajudou a começar a definir um projecto para aquele espaço, que foi tendo continuidade posterior. Mais recentemente, o projecto Museu da Levada começou a solidificar as suas estruturas de tal modo que hoje temos consciência plena de que aquilo que se pretende criar no local será efectivamente esse pólo de atracção de que o centro histórico necessita.

Um pólo de atracção que consistirá num espaço onde as memórias do passado não se limitem a peças bem conservadas para serem vistas passivamente, mas onde, pelo contrário, essas mesmas peças possam de novo ganhar vida e contar através do seu próprio movimento as histórias do nosso passado colectivo.

Apesar dos condicionalismos decorrentes desde logo da conjuntura económica e financeira em que nos encontramos, mas também das extraordinárias descobertas arqueológicas que têm vindo a implicar a redefinição de todo o projecto arqueológico e museológico para aquele espaço; apesar de todos estes condicionalismos, dizia, aquilo que prevemos para o Museu da Levada é, de facto, colocar em prática, num espaço de grande valor patrimonial, um pólo de atracção turística cujo chamariz será, também neste caso, o valor intrínseco do lugar e o cuidadoso planeamento da sua exposição pública.

Mau grado o peso, por vezes quase esmagador, do património histórico que possui na sua área urbana, Tomar não se esgota na cidade. Seria um erro crasso definir a nossa estratégia turística dessa maneira.

O rio Nabão, que constitui por si só um dos factores de atractividade da cidade, cruza grande parte do concelho e tem um papel importante na sua própria estruturação, não podendo, pois, ser visto apenas na perspectiva do seu atravessamento urbano. É património natural, bem valioso, que nos âmbitos do turismo de natureza, do turismo em espaço rural e do turismo industrial, pode e deve ser aproveitado.

De forma mais óbvia, o rio Zêzere, em particular no seu trecho para montante da barragem do Castelo do Bode, onde se apresenta como um magnífico lago, é uma mais-valia turística, cuja exploração ainda está muito longe do que pode vir a ser.

Acreditamos que também ele poderá dar um contributo decisivo para mudar no futuro o paradigma do turista que visita Tomar, de forma a que cada vez mais ali pernoite ou permaneça alguns dias, ao invés de se limitar a visitas rápidas.

Existem já, aliás, planos de pormenor e investidores para a criação de empreendimentos turísticos na albufeira, assim como para um empreendimento ligado ao golfe, a implementar numa zona hoje praticamente arredada dos circuitos turísticos, mas com um imenso potencial: as imediações dos Pegões Altos, o troço mais monumental do Aqueduto dos Pegões, que outrora abastecia de água o Convento de Cristo, e que se situa precisamente nas traseiras do monumento.

É outro exemplo de como o próprio cenário monumental, mesmo que funcionando apenas como horizonte visível, pode ser aproveitado da melhor maneira para a criação de produtos turísticos de qualidade.

Por último, não poderia deixar de referir a importância de alimentar, igualmente, o espírito de rede entre o município de Tomar e os seus vizinhos.

Já referi a integração do concelho da Barquinha e também de Ferreira de Zêzere, este ano, no Festival de Estátuas Vivas. Essa participação ocorreu no âmbito daquilo que a organização do Festival designou como Rota dos Templários, abarcando o Castelo de Tomar, o vosso fascinante Castelo de Almourol e a Torre de Dornes, todos eles edificadas pela Ordem do Templo.

Do mesmo modo que a Rede de Mosteiros Património da Humanidade tem uma importância estratégica para nós, em Tomar, é fundamental também aumentar estas sinergias com os territórios vizinhos, valorizando como um todo o património que temos em comum, e em que sobressai desde logo, de forma evidente, o legado templário.

Mas não só. A importância dos rios é transversal e não faz sentido que a barragem do Castelo do Bode constitua uma fronteira, mas antes que a bacia do Zêzere e a do Tejo se complementem como oferta turística baseada no património natural.

Também o turismo religioso, que tem aqui bem perto de todos nós, em Fátima, o seu ponto principal no nosso país, pode ser explorado valorizando o vasto património construído e as inúmeras tradições que os concelhos do Médio Tejo possuem, não apenas nas suas sedes, mas espalhados um pouco por todo o respectivo território.

Temos que ter noção plena de que nos integramos hoje num movimento turístico à escala planetária. Apesar de todas as crises, a capacidade física de viajarmos para os locais mais recônditos é maior a cada dia que passa. Por isso mesmo, uma pequena cidade, por mais

imponente que seja o seu património, dificilmente o consegue “vender” aos mercados turísticos sem ser integrado em pacotes mais vastos.

Fazer de conta que não é assim e avançarmos em frente orgulhosamente sós, é uma atitude que não prejudica apenas cada município isoladamente, mas que nos prejudica a todos, pois quanto maior for o fluxo de visitantes para a região, mais temos todos a ganhar com isso, seja em visitas directas ao nosso património, seja indirectamente através da criação de emprego e da atracção de investidores, por exemplo.

Em resumo, tentei mostrar-vos de que modo, sendo herdeira de um património monumental fora do vulgar, a cidade de Tomar, num esforço que envolve não apenas o município mas todas as suas forças vivas, tem trabalhado no sentido de valorizar esse património e de o colocar ao serviço do turismo, mas com reflexos práticos na economia local.

Aproximar o Convento de Cristo do centro histórico tem sido a nossa grande prioridade, ao mesmo tempo que se aposta na criação de novas atractividades que façam com que os turistas passem mais tempo na cidade.

O Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar e a Rede de Mosteiros Património da Humanidade foram duas âncoras da ligação entre o centro histórico e o conjunto monumental distinguido pela UNESCO. O Festival Estátuas Vivas e o Museu da Levada dois exemplos de projectos concretos que pegaram em vertentes diversas da herança patrimonial e as transformaram, ou estão em vias de transformar, em motivos de atracção.

O aproveitamento do património natural, particularmente dos dois rios que banham o concelho, e o aprofundamento da relação entre Tomar e os municípios vizinhos no que ao turismo diz respeito, são caminhos que importa de igual modo não perder de vista.

Prosseguindo neste rumo, não só Tomar terá capacidade para se promover cada vez mais como destino turístico de excelência, mas será toda esta região envolvente que ficará a ganhar economicamente e em prestígio.

NOVOS RECURSOS, NOVOS DESAFIOS

Vasco Estrela

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mação em 20 e 21 de

Outubro de 2012

vasco.estrela@cm-macao.pt

Novos Recursos, Novos Desafios

Vasco Estrela

Historial do artigo:

Recebido a 02 de dezembro de 2013

Aceite a 09 de dezembro de 2013

Este texto não obedece às normas do acordo ortográfico de 2012

RESUMO

Os principais recursos turísticos do Concelho de Mação têm como base o seu património natural e ambiental, onde se destacam equipamentos e produtos ligados ao lazer, como a Praia Fluvial de Carvoeiro, Bandeira Azul há sete anos consecutivos e distinguida com a qualidade de Ouro pela Quercus desde há dois. A complementar estas potencialidades está ainda a importante componente histórica sendo este um território marcado pela forte presença de vestígios arqueológicos. O ano 2000 marcou decisivamente uma nova fase na história do Município, com a descoberta das gravuras rupestres no Vale da Ribeira do Ocreza. Foi o início da afirmação do Concelho ao nível científico e cultural e que resultou na criação de um novo núcleo museológico, em colaboração com o IPT e outras entidades nacionais e internacionais, assim como na criação de novos produtos turísticos e novas iniciativas científicas e culturais concretizadas com base neste património arqueológico. O Instituto Terra Memória, que congrega a comunidade científica de todo o Mundo que estuda o território de Mação e aqui desenvolve intercâmbios culturais, é apenas um dos exemplos do que se tem feito em Mação e uma referência consolidada a nível internacional ao nível da investigação. Mas muitas outras iniciativas e parcerias se têm materializado a partir do trabalho desenvolvido neste Município e replicadas em vários países, nomeadamente no Brasil, através de um interessante intercâmbio cultural.

A sensibilidade da Câmara Municipal de Mação para a questão cultural e a definição de estratégias políticas a nível local, devidamente apoiadas a nível nacional e inseridas num consistente contexto internacional – através de programas da União europeia –, têm permitido a este Município do interior atingir outros patamares. Um trabalho que, feito em rede, em união com Municípios vizinhos, fará sobressair toda uma região e daí retirar proveitos que poderão ser decisivos para o futuro.

Palavras-Chave: Município, Mação, Cultura

ABSTRACT

The main tourism resources of Mação Municipality are based on their natural and environmental heritage, which features equipment and products related to leisure, as the river beach of Carvoeiro, Blue Flag for seven consecutive years and awarded the quality of Gold by Quercus since two. Complementing these capabilities is still important the historical component, it is a territory marked by the strong presence of archaeological remains. The year 2000 decisively marked a new phase in the history of the municipality, with the discovery of rock carvings in the Valley of the Ribeira Ocreza. It was the beginning of Council claim to

scientific and cultural level and that resulted in the creation of a new museum center, in collaboration with the Polytechnic Institute of Tomar and other national and international entities, as well as the creation of new tourism products and new scientific and cultural initiatives implemented based on this archaeological heritage. The Earth and Memory Institute, bringing together the scientific community worldwide that studies the territory of Mação and here develops cultural exchanges are just one example of what has been done in Mação and a consolidated international reference in terms of research. But many other initiatives and partnerships have been materialized from the work developed in this municipality and replicated in several countries, including Brazil, through an interesting cultural exchange.

The sensitivity of the Municipality of Mação to the cultural issue and policy development strategies at the local level, duly supported at national level and inserted in a consistent international context - through the European Union programs - have enabled this inland city to achieve other levels. A job that made in network, in union with neighboring municipalities, shall bring together an entire region and to draw income that could be decisive for the future.

Key-words: City, Mação, Culture

1. RECURSOS ENDÓGENOS

Os principais recursos turísticos do Concelho de Mação têm como base o seu património natural, gastronómico e ambiental, onde se destacam equipamentos e produtos ligados ao lazer, como a Praia Fluvial de Carvoeiro, Bandeira Azul há sete anos consecutivos e distinguida com a qualidade de Ouro pela Quercus desde há dois.

A complementar estas potencialidades está ainda a importante componente histórica sendo este um território marcado pela forte presença de vestígios arqueológicos.

2. PATRIMÓNIO

O Concelho de Mação é bastante rico em vestígios arqueológicos que se encontram espalhados um pouco por toda a região.

Achados do Paleolítico foram encontrados sobretudo junto à Ribeira das Boas Eiras.

Há cerca de uma década foram descobertas algumas gravuras rupestres junto à Ribeira da Ocreza, entre elas a representação de um equídeo (cavalo), o primeiro achado de arte paleolítica ao ar livre no sul de Portugal, que segundo os especialistas terá mais de 20 mil anos.

Das inúmeras antas existentes no Concelho, apenas uma se encontra de pé, a Anta da Foz do Rio Frio, na Freguesia da Ortiga. Dois Castros no Concelho merecem uma visita: o Castelo Velho do Caratão, da Idade do Bronze, e o Castro de São Miguel, da Idade do Ferro, ambos monumentos classificados.

Do período romano podem ser visitadas várias pontes que se espalham um pouco por todo o Concelho, entre elas a Ponte da Ladeira (Envendos), a maior, com seis arcos de volta perfeita e proporções diferentes, a Ponte da Isna, apenas com três arcos, e a Estação Arqueológica Romana do Vale do Junco (Ortiga), monumentos classificados.

Destaque ainda para a Igreja Matriz de Mação, datada do século XVI, assim como para as inúmeras capelas no Concelho.

2.1. Gravuras rupestres - Vale do Ocreza

O ano 2000 marcou decisivamente uma nova fase na história do Município, com a descoberta das gravuras rupestres no Vale da Ribeira do Ocreza. Foi o início da afirmação do Concelho ao nível científico e cultural e que resultou na criação de um novo núcleo museológico, em colaboração com o IPT e outras entidades nacionais e internacionais, assim como na criação de novos produtos turísticos e novas iniciativas científicas e culturais concretizadas com base neste património arqueológico.

2.2. Novo Museu de Mação

Fundado a 6 de Maio de 1943 por João Calado Rodrigues, este espaço denomina-se, actualmente, Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo. Sofreu grandes obras de remodelação, recuperação e reorganização do espólio já existente.

Reabriu ao público em 2005 em consequência da descoberta das novas gravuras rupestres e início da colaboração com o IPT.

Conta regularmente com novas exposições temporárias, tratando-se de um espaço aberto à comunidade científica e local.

2.2.1. Projectos a decorrer

O Museu recebe estudantes e investigadores de todo o Mundo. É um pólo internacional de investigação de arte rupestre. A investigação reside no centro das prioridades do Museu e, para o seu enquadramento, foi criada uma Comissão Científica Internacional, integrando especialistas de diversos centros de excelência europeus, bem como uma rede de parcerias nacionais.

Acolhe o Mestrado Erasmus Mundus de Arqueologia e Arte Rupestre e o Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas, ambos integrados na rede laboratorial do Doutoramento Europeu em Dinâmicas Humanas, Ambientais e Comportamentais

Para além dos espaços de exposição o Museu tem à disposição dos seus visitantes uma Biblioteca especializada em Arte Pré-Histórica e Arqueologia e um variado programa de actividades e ateliers promovidos pelos Serviços Educativos especialmente vocacionados para públicos escolares (Andakatu).

3. BENEFÍCIOS

Intercâmbio Cultural

Geminação

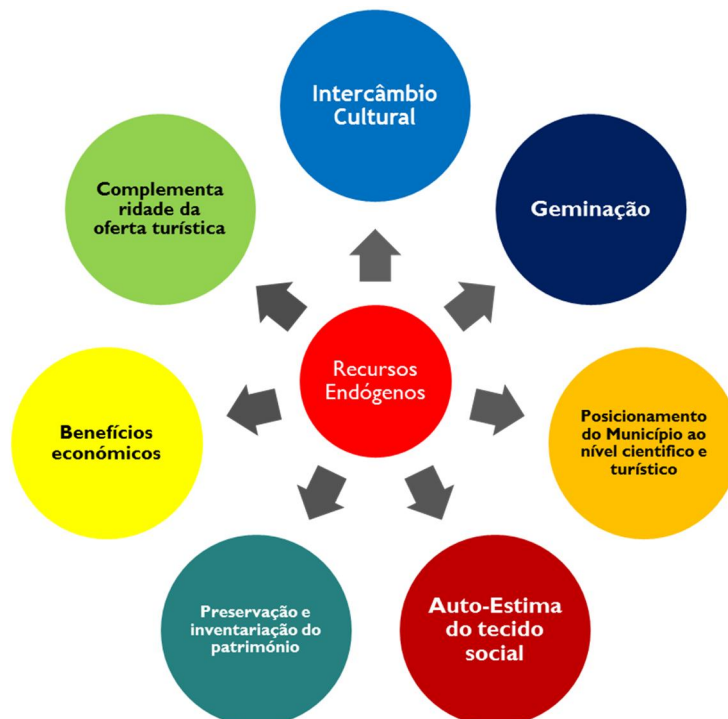
Posicionamento do Município ao nível científico e turístico

Auto-Estima do tecido social

Preservação e inventariação do património

Benefícios económicos com novas e crescentes oportunidades de negócio, seja pelo aumento de visitantes, pelo aumento habitantes e consequente animação do mercado de arrendamento

Complementaridade da oferta turística local.



PAINEL 4

PATRIMÓNIO E SOCIEDADE: UM CRER AINDA POR
CONCRETIZAR

PATRIMÓNIO, MODELAÇÃO E RECONCILIAÇÃO MEMORIAL: O CASO DA BATALHA E DO SEU MOSTEIRO

Pedro Redol

Diretor do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha
predol@mbatalha.dgpc.pt

Património, Modelação e Reconciliação Memorial: O Caso da Batalha e do seu Mosteiro

Pedro Redol

Historial do artigo:

Recebido a 29 de novembro de 2013

Aceite a 09 de dezembro de 2013

RESUMO

O Mosteiro e, por consequência, a vila da Batalha - que com ele surgiu e ganhou forma - foram objeto de drástica reconfiguração a partir do momento em que, após extinção da comunidade conventual, o edifício passou a ser encarado exclusivamente como monumento à glória dos portugueses. A esta drástica transformação do edificado e da paisagem, estruturada ao longo de pouco mais de 120 anos, opõe-se uma história ancestral de 450 anos.

A presente comunicação pretende identificar as motivações das transformações ocasionadas na paisagem e apresentar as soluções de reconciliação memorial que têm sido encontradas e implementadas localmente, tanto pelo Estado como pela autarquia.

Palavras-Chave: Memória, Território, Paisagem, Urbanismo, Arquitetura

ABSTRACT

The Monastery and, consequently, the Batalha village - with which it emerged and took shape - were subject to drastic reconfiguration from the time when, after termination of the monastic community, the building came to be regarded exclusively as a monument to the glory of Portuguese. To this drastic transformation of the building and landscape, structured over slightly more than 120 years, opposes an ancestral history of 450 years.

This communication aims to identify the motivations of changes caused in the landscape and present the memorial reconciliation solutions that have been found and implemented locally, both by the state and municipality.

Key-words: Memory, Territory, Landscape, Urbanism, Architecture

O património é lugar de identidade e encontro. Perguntamos de quem, como e porquê. Cientes da finitude da existência, dificilmente nos será estranha a ideia de uma vida sem caminho, história ou valor, isto é, sem um sentido. No entanto, é interessante verificar que, em face dos testemunhos de valor a que chamamos património cultural, nem todos se

reveem do mesmo modo. Normalmente, a escala geracional é determinante e a apropriação do testemunho varia e flutua com o tempo, a ponto de uma geração poder promover um testemunho ao estatuto de património que por outra foi negado e vice-versa. A modelação da memória é sempre corporizada por transformações arquitetónicas e paisagísticas, pela transplantação de património integrado e móvel para outros horizontes de afeto, ou pela sua sepultura e exumação em e de depósitos vários. Importa saber como ela se operou e, mais do que isso, devolver a todos essa história mais longa, que se perde muitas vezes na noite dos tempos; essa história da história que, em nosso entender, é dever de todos aqueles que têm ao seu cuidado património cultural e artístico investigar e divulgar, no mais alargado espectro possível. A promoção da consciência histórica profunda é um ato de civismo, na medida em que as escolhas hoje feitas em nome do património não podem ignorar a história de vida do mesmo, tantas vezes traduzida na reincidência crónica em circunstâncias que reduzem o alcance do seu valor para todos. Assim, entendemos que aquilo a que hoje chamamos interpretação de paisagens, conjuntos e edifícios não pode ser a última interpretação mas antes uma “radiografia” acessível das interpretações que é possível recuperar. Todo o visitante tem direito à abertura de uma janela crítica sobre a realidade patrimonial que escolhe conhecer e normalmente fica grato pelo enriquecimento que daí colhe.

O mosteiro e a vila da Batalha, cujos destinos são interdependentes, constituem um exemplo extremo de remodelação e reapropriação memorial da raiz comemorativa simbólica do lugar, na dimensão de culto da Nação e dos seus veneráveis mortos. As sucessivas opções de ampliação e amputação do complexo conventual tiveram profundas consequências na estruturação e desestruturação do tecido urbano e rural e, portanto, também da vida que lhe está associada, ocasionando reconfigurações sem retorno da paisagem, bem como a criação e o enfraquecimento de vínculos da mais diversa ordem entre o monumento e a vila. É extremamente interessante verificar que a mais significativa transformação do edificado e de uma paisagem constituídos e consolidados ao longo de quatro séculos e meio conta apenas com 120 anos de história, consubstanciando-se numa versão da Batalha que raramente é questionada, exceto na nostalgia manifesta da geração que localmente assistiu às demolições do período do Estado Novo, nos decénios de 1950 e 1960. Foi este o tempo em que o monumento foi definitivamente separado da vila, com consequências de grande impacto para a paisagem e, naturalmente, para a vida das populações e para a autenticidade do lugar. Especialmente a partir de final da década de 80, a vila cresceu sem plano de urbanização, para além da clareira que anos antes fora aberta em torno do mosteiro e a que, depois de todas as demolições e novas construções, se fez corresponder uma zona especial de proteção que veio a incluir a Estrada Nacional nº1, atual IC2, e a excluir praticamente toda a antiga cerca conventual (Portaria nº 714/77).

O pormenor do Mappa Topographico de 1793, que aqui apresentamos (figura 1), proporciona uma imagem bastante completa da estrutura urbana da Batalha, tal como ela se havia consolidado em meados do século XVI: uma sequência de praças encostadas aos lados poente, sul e nascente do mosteiro, ligando a estrada de Rio Maior para Leiria à vila, através da rua direita, documentada desde o final da Idade Média, e esta às estradas secundárias para Porto de Mós e a Góvilheira. O quadrante norte, um pouco além do rio Lena, era ocupado pela cerca conventual, construída na década de 40 do século XVI, que, juntamente com o restante edificado, configurava o território destinado ao uso exclusivo da comunidade dominicana. Na verdade, a construção da cerca no espaço sobranceiro da Quinta do Pinhal, adquirida século e meio antes por D. João I para a edificação do mosteiro, foi apenas o primeiro passo na última grande remodelação do território que o complexo monástico haveria de ocasionar. Seguiu-se-lhe, pois, na década seguinte e dentro da mesma lógica de reforma de outras grandes fundações de patrocínio régio, como os mosteiros de Santa Cruz e Alcobaça, e o convento de Cristo, nesta época, a construção de dois novos claustros – o da portaria e o da

botica – e das respetivas dependências, bem como a reafecção funcional do claustro de D. Afonso V em articulação com os mesmos (REDOL, 2011: 55-70). Apesar do apagamento a que, como veremos, esta componente maior da memória conventual havia de ser sujeita, no século XIX, algumas fontes gráficas permitem-nos reconstituir, ainda não definitivamente mas de uma forma bastante aproximada, o mosteiro entre meados do século XVI e meados do século XIX (figura 2 e 3). A ampliação do mosteiro implicou a remodelação do mais antigo centro cívico e religioso da Batalha - a praça em que se encontrava a primeira igreja que serviu convento e comunidade laica e ficaria conhecida pelo nome de Santa Maria-a-Velha (VIEIRA, 2008). A igreja passou a fazer parte da cerca e a praça foi monumentalizada pela nova fachada do mosteiro em que se abria a portaria, ponto fulcral de contacto com o exterior e de materialização da atividade assistencial do convento. Também a capela que hoje conhecemos sob a invocação de Nossa Senhor do Caminho – ancestralmente relacionada talvez com a saída da Batalha para a Golpilheira, na proximidade da antiga Ponte Nova – foi incorporada na cerca dos frades, continuando a desempenhar o seu papel a par do caminho que ladeava a mesma.

Foi este o organismo urbano que, após a expulsão dos frades pregadores e a nacionalização dos seus bens, se deparou aos que haviam de tratar do velho edifício monástico, entendido agora exclusivamente como monumento gótico comemorativo da Nação, isto é, como símbolo cívico validado pela apropriação de uma estética passada, em detrimento da longa memória de casa de religião que, no conturbado contexto liberal, urgia fazer esquecer. O restauro do edifício e o tratamento da sua envolvente, a partir de 1841, a instâncias de D. Fernando II, foi projetado por Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, cujas ideias seriam seguidas, no essencial, pelos seus sucessores na direção da obra, até ao início do século XX (ALBUQUERQUE, 1881). Durante esses sessenta anos, iria operar-se a primeira grande reformatação da memória da Batalha, marcada pela desanexação da quinta da cerca, que foi vendida a um particular, e pela demolição de todos os edifícios que não eram góticos, ou seja, aqueles que, juntamente com a cerca, tinham dado à Batalha o fâcies que permanecera praticamente inalterado de meados do século XVI a meados do século XIX. No quadrante nascente, onde até então se conservava o mais antigo centro cívico e religioso da vila, abria-se, assim, uma ferida que perdura até hoje, a despeito do arranjo paisagístico dos anos de 1960. A igreja de Santa Maria-a-Velha foi separada do respetivo contexto e abandonada, juntamente com o seu cemitério, ficando as ruínas agregadas a um quarteirão, de morte aprazada, que era atravessado pela antiga Rua Velha para o Convento. Enquanto a norte se mantinha a unidade territorial da quinta da cerca, a sul e poente começava o grande labor de “desafogar” o mosteiro que só terminaria à volta de 1964, através da demolição de construções consideradas indignas de figurar frente ao monumento, de desaterros e da construção de adros junto dos portais principal e lateral.

No dealbar do século XX, com o incremento e racionalização do turismo como setor económico específico, começa-se a preconizar a necessidade de reconfigurar a rede viária, no sentido de possibilitar, por um lado, os novos prazeres da viagem de automóvel em torno do mosteiro e, por outro lado, uma melhor ligação à estrada nacional. O processo culminaria com a construção, já na primeira metade da década de 60, de uma variante da própria estrada nacional (atual IC2), a uma cota mais próxima da do mosteiro, permitindo a sua abordagem panorâmica pelos potenciais visitantes. Todas as estradas construídas, em particular esta última, acarretaram demolições, desaterros e terraplanagens que consagrariam o topos ainda hoje conservado, se não considerarmos a construção, durante os últimos trinta anos, fora da zona especial de proteção. De particular impacto nas alterações sofridas pela herança territorial mais antiga, até então conservada incólume, foi a venda, em 1988, da quinta da cerca e o seu subsequente loteamento para a construção de equipamentos públicos, comerciais e hoteleiros, destruindo muros e deixando ao abandono a rede hidráulica, um lagar de azeite e uma azenha.

O sucesso do apagamento e reformatação memorial da Batalha foi tal que até aos historiadores tem sido difícil aceitar ter tido a Batalha, até há pouco tempo, um outro passado. Parece que à má consciência pós-liberal se veio juntar a falta de consciência cultural, sendo possível negar valores preexistentes que as fontes históricas revelam, aliás, com bastante eloquência. Por outro lado, é, desde há muito, notório um vago mal-estar sobre aquilo que é, afinal, a falta de autenticidade da Batalha. Como reverter semelhantes circunstâncias?

O século XXI parece estar a ser, para a Batalha, o momento de despertar para a sua própria consciência histórica e cultural, entendendo a vila e o seu mosteiro com um todo, ainda que sujeito a administrações diversas, as quais, por todas as razões, devem cooperar em vez de se enfrentarem. A marca deixada na paisagem é praticamente irreversível, apesar do projeto de estudo para reformulação da zona especial de proteção que a Direção Geral do Património Cultural está a promover, nela pretendendo incluir aquilo que resta da antiga cerca do mosteiro. É certo, porém, que proteger não é apenas circunscrever e levantar interdições; é também e sobretudo revivificar pela sensibilização para uma utilização mais equilibrada da paisagem por parte de proprietários e da população em geral. Neste capítulo, tanto o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, enquanto serviço dependente da DGPC, como o Município da Batalha, têm desempenhado um importante papel na reaproximação da população à sua história, através de inúmeras atividades, entre as quais se destacam as visitas temáticas ao território da vila e do mosteiro, mas também dotando o monumento e a vila dos equipamentos necessários à interpretação inclusiva dos mesmos. Ao cabo de muitos anos de trabalho, foram abertos ao público, entre 2011 e 2012, o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha e o Centro de Interpretação do Mosteiro da Batalha (figura 4), fechando um ciclo que fora iniciado, anos antes, pelo vizinho Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, L. da S. M. de (1881) – *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*. Lisboa.

REDOL, P. (2011) – Abordagem crítica ao levantamento arquitectónico do Mosteiro da Batalha realizado por James Murphy. *Batalha – Viagem a um Mosteiro Desaparecido com James Murphy e William Beckford*. Batalha: Centro do Património da Estremadura.

VIEIRA, S. R. C. (2008) – *Santa Maria-a-Velha da Batalha. A Memória da Igreja (Séculos XIV a XX)*. Batalha: Câmara Municipal da Batalha.



Figura 1: Mappa Topographico, pormenor. Instituto Geográfico Português

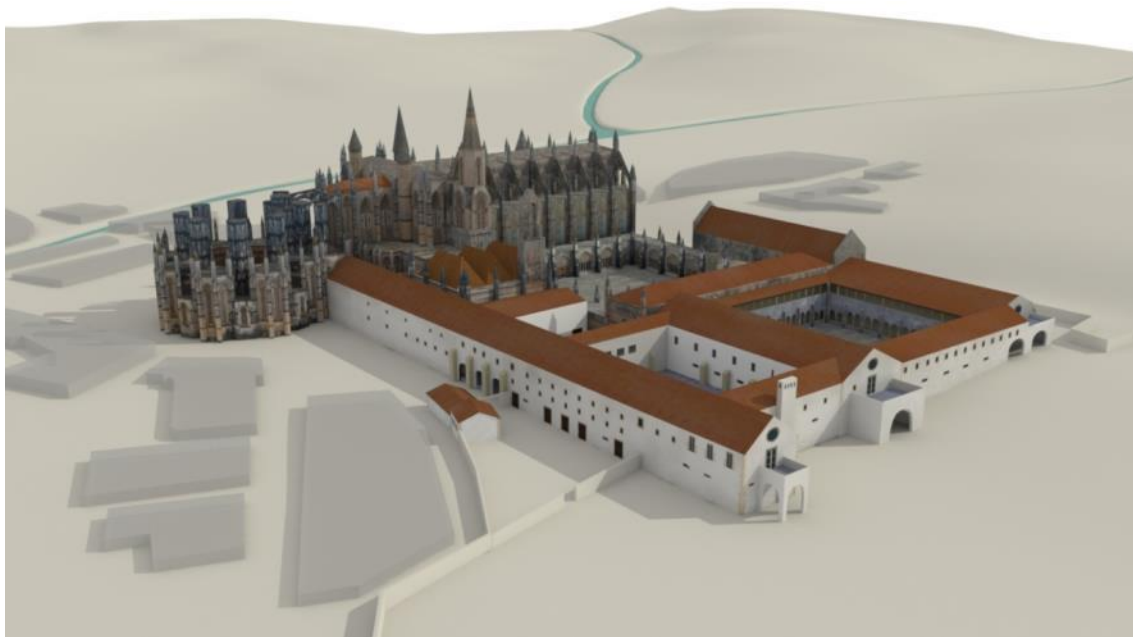


Figura 2: Reconstituição das dependências conventuais da Batalha demolidas no séc. XIX e da sua envolvente, vista de nordeste.
Mosteiro da Batalha | Direção-Geral do Património Cultural

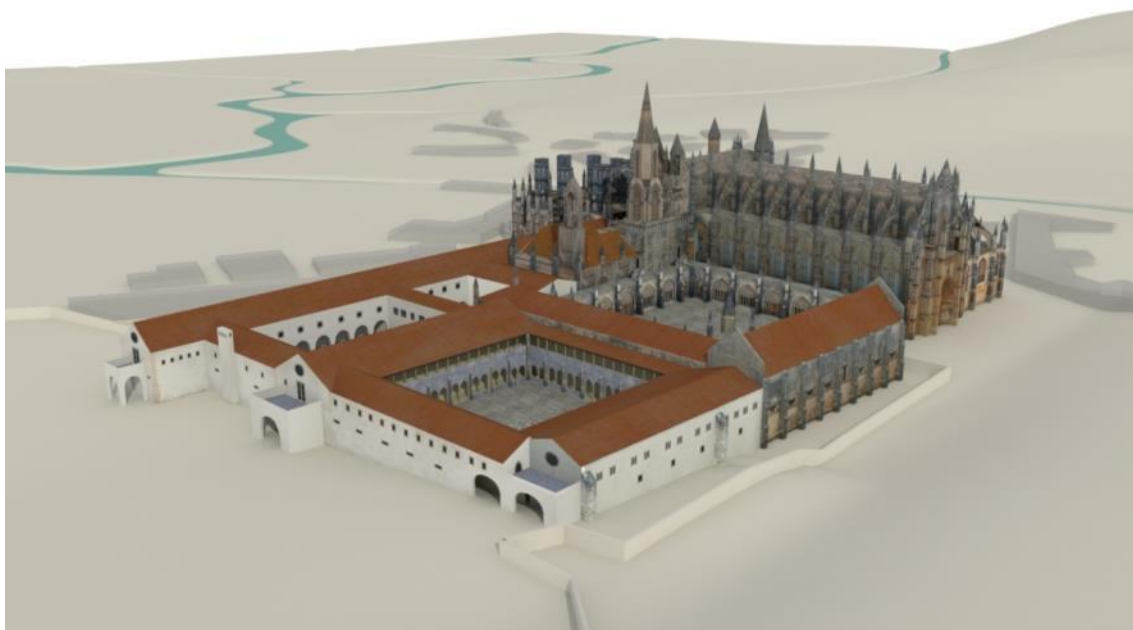


Figura 3: Reconstituição das dependências conventuais da Batalha demolidas no séc. XIX e da sua envolvente, vista de noroeste.
Mosteiro da Batalha | Direção-Geral do Património Cultural

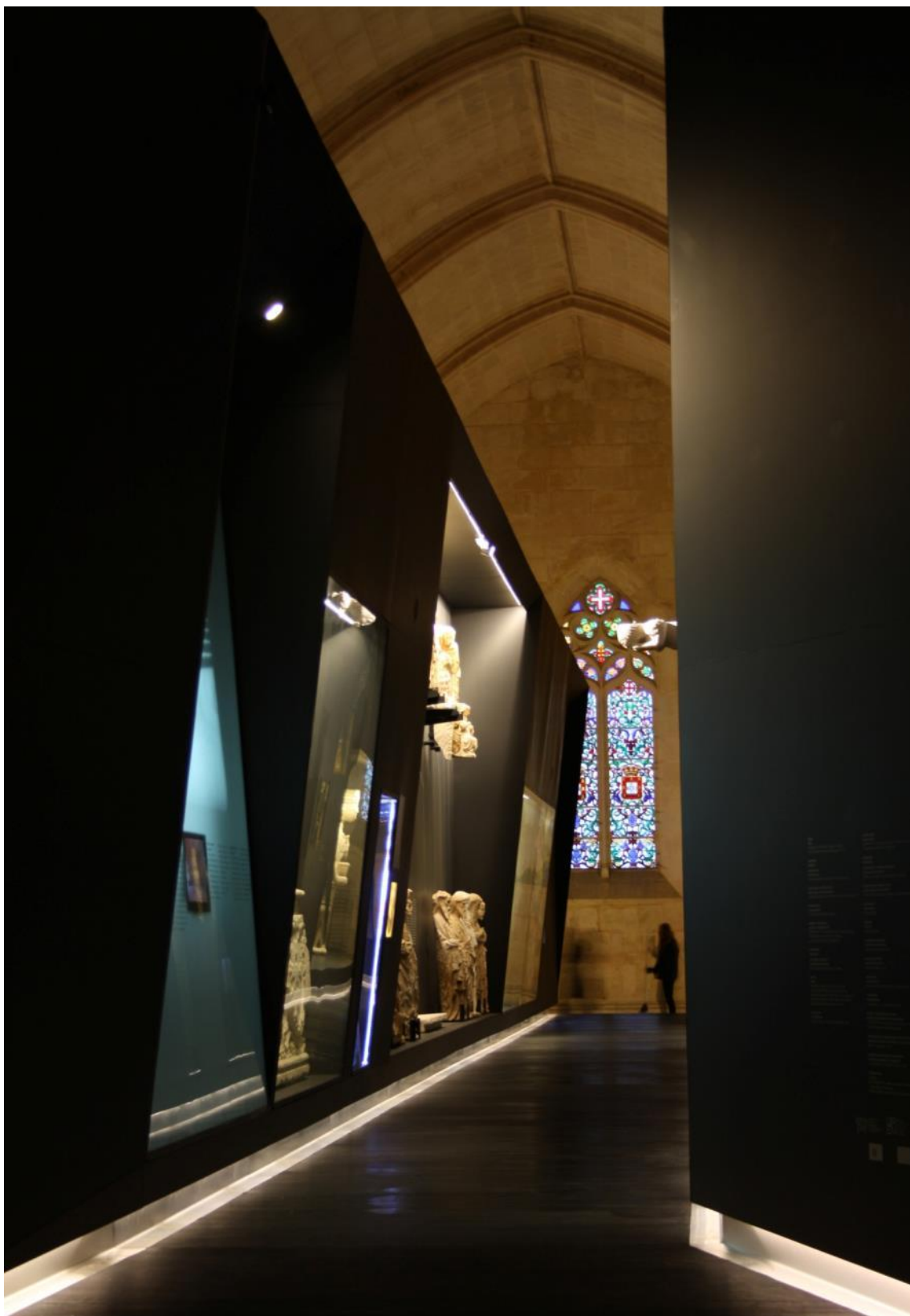


Figura 4: Centro de Interpretação do Mosteiro da Batalha. Catarina Providência

**SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL EM
PORTUGAL (2007-2012): ENQUADRAMENTOS,
PARADIGMAS E INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS**

Paulo Ferreira da Costa
Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial
Direção-Geral do Património Cultural
paulocosta@imc-ip.pt

Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal (2007-2012): Enquadramentos, Paradigmas e Instrumentos Estratégicos

Paulo Ferreira da Costa

Historial do artigo:

Recebido a 25 de outubro de 2013

Aceite a 04 de novembro de 2013

Em Portugal, o mecanismo de proteção legal do PCI foi instituído recentemente, através do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que define o regime jurídico para a salvaguarda do património cultural imaterial, desenvolvido pela Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril. Deverão ser destacadas as seguintes características deste regime jurídico:

Em primeiro lugar, ele foi já desenvolvido tendo em vista refletir e articular-se diretamente com a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, em particular com o Art.º 12.º, que visa o estabelecimento de inventários do PCI por parte dos países que ratificam a Convenção, sendo precisamente para cumprimento da obrigação a que se refere este artigo da Convenção que foi concebido e desenvolvido o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*.

Em segundo lugar, o carácter inovador do regime jurídico para o PCI decorre da própria Lei que o sustenta e que ele desenvolve e regula, a *Lei de Bases do Património Cultural*, pelo facto de esta instituir já uma diferença fundamental entre os mecanismos de proteção legal dos bens materiais e dos bens imateriais. De facto, à semelhança das suas congéneres de outros países, aquela Lei sujeita os bens materiais (móveis e imóveis) a uma hierarquização entre “bens de interesse nacional”, “bens de interesse público” e “bens de interesse municipal”, diferenciações valorativas de que resultam diferenciados graus de prestígio para os bens “classificados”.

Contudo, aquela Lei adota um paradigma inteiramente diferente para o PCI, preconizando para proteção legal dos bens imateriais apenas a figura da “inventariação”, evitando assim a utilização de qualquer mecanismo de valoração diferenciada e, como tal, de hierarquização entre as manifestações imateriais.

Esta conceção do PCI reconhece a sua importância intrínseca para os respetivos detentores, independentemente da dimensão e representatividade que cada uma das suas manifestações possa assumir. Assim, por exemplo no caso das festividades, independentemente de se tratar de uma festa de uma grande cidade ou da aldeia mais recôndita do país, o que importa reconhecer é a importância e significado dessa manifestação cultural para a respetiva comunidade, não podendo uma ser considerada mais importante do que a outra, e sendo ambas reconhecidas em plano de igualdade para efeitos da sua inventariação no INPCI. Este princípio de equivalência, que considera “o valor intrínseco dos diferentes tipos de manifestações do património cultural imaterial num plano de igualdade, independentemente do tempo, lugar e modos da sua produção ou reprodução, bem como do contexto e dinâmica específicos de cada comunidade ou grupo”, constitui precisamente um dos cinco Princípios Gerais adotados pelo regime jurídico para a salvaguarda do PCI em Portugal (n.º 1 do Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 139/2009).

Em terceiro lugar, deve ser destacado que uma das dimensões mais inovadoras e operacionais do regime jurídico para o PCI consiste no reconhecimento implícito dos próprios limites que se colocam à sua salvaguarda e de que o paradigma de “proteção” a aplicar ao PCI deve ser inteiramente distinto do tradicionalmente aplicável aos bens culturais móveis e imóveis, que visa a sua preservação *ad aeternum*, através de mecanismos de proteção legal rígida (classificação como “tesouros”, “monumentos”, etc.) e de salvaguarda física institucionalmente dirigida (através da incorporação em museus e de intervenções de conservação e restauro conduzidas a partir da administração do Estado, ou por esta legitimadas).

Conforme estabelecido em 2001 na própria *Lei de Bases do Património Cultural* e desenvolvido em 2009 no Decreto n.º 139/2009, o PCI é reconhecido, antes de mais, como realidade em mudança permanente, como resultado das condições e circunstâncias (sociais, económicas, políticas, etc.) que as sustentam e lhes conferem sentido, elas também em permanente mudança. É neste sentido que o regime jurídico para o PCI sublinha a importância da documentação (escrita, fotográfica, sonora, audiovisual, etc.), como medida/metodologia fundamental para a salvaguarda de uma manifestação imaterial, sendo implicitamente reconhecido que uma manifestação registada no INPCI poderá, a prazo, vir a desaparecer, caso no futuro não possam ser reunidas as condições indispensáveis para a sua transmissão e reprodução social. Como tal, um dos traços fundamentais do paradigma de atuação subjacente ao regime jurídico para o PCI em Portugal constitui o facto de este admitir implicitamente os limites à proteção de uma manifestação social reconhecida como PCI e, *in extremis*, a possibilidade da sua perda.

Nesta perspetiva, deve ser destacado o grau de exigência técnico-científica que o regime jurídico coloca no processo de documentação do PCI para fins do seu registo no INPCI, pois este assume esse papel fundamental de proteção do PCI caso venha a ser o que apenas subsistirá, como memória documental de uma manifestação cultural que não possa, no futuro, ser perpetuada.

Em quarto lugar, e em articulação com o plano de questões anterior, deve ser destacado que, para além da atuação de diversas instituições do Estado no processo de registo no INPCI, não é preconizada a sua intervenção na gestão e viabilização do PCI, sendo que o regime jurídico pressupõe que se encontra reservado aos detentores (“comunidades, grupos e indivíduos”) de uma manifestação de PCI o papel fundamental e indispensável à sua transmissão futura. Reconhecendo que a permanência de uma manifestação de PCI decorre diretamente das condições sociais que lhe conferem sentido, aquele regime jurídico implicitamente visa reduzir ao mínimo a atuação institucionalizada sobre o património imaterial, não obstante o percurso administrativo inerente ao processo de registo no INPCI, que implica a participação sequencial de diversas entidades do Estado, nomeadamente a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), as Direções Regionais de Cultura (DRC) e os Municípios (CM)¹.

Como dimensão inovadora do regime jurídico deve ser referido, em quinto lugar, o facto de preconizar não uma abordagem estrita às expressões culturais “imateriais”, mas antes uma abordagem integrada, conjunta, ao Património Imaterial e ao Património Material, prevendo, como já referido, a documentação conjunta com o PCI (ex: técnica tradicional de moagem) dos seus suportes ou expressões imóveis e móveis (ex: moinho e ferramentas de moleiro), sublinhando a possibilidade da incorporação nas coleções dos museus da Rede

¹ O regime jurídico reserva também aos Museus da Rede Portuguesa de Museus a eventual intervenção na salvaguarda de bens móveis associados a uma manifestação de PCI.

Portuguesa de Museus de bens móveis associados a PCI e, inclusive, a proteção legal de bens materiais que se encontrem associados a uma manifestação imaterial inventariada no INPCI.

Finalmente deve ser destacado, por um lado, que a atuação preconizada pelo regime jurídico para o PCI situa-se exclusivamente no campo patrimonial, tendo como objetivo a dissociação entre a sua valorização numa perspetiva estritamente culturalista e a sua eventual valorização como recurso económico. É este o plano essencial de distinção entre o regime jurídico para o PCI e outros regimes jurídicos e técnicos de valorização das culturas populares em Portugal que exprimem sobretudo estratégias de desenvolvimento socioeconómico, relativamente autónomas do domínio do património e da cultura, dedicadas em particular à valorização e certificação de qualidade da gastronomia tradicional e do artesanato, simultaneamente na perspetiva de atividades economicamente relevantes e de recursos turísticos. Não obstante a vertente culturalista da legislação e medidas nacionais para os setores do fomento do artesanato e da gastronomia a coordenação das iniciativas em ambos as áreas compete, com efeito, a instâncias da Economia e do Turismo e não da Cultura.

Por outro lado, a atuação preconizada pelo regime jurídico procura fazer coincidir com o domínio do PCI exclusivamente as expressões imateriais “em si”, isto, excluindo do PCI as expressões imateriais “para si”, incluindo o Folclore, que em Portugal é objeto de estratégias de valorização identitária por parte de diversas instituições sem qualquer enquadramento no âmbito da administração cultural do Estado.

O *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* (INPCI) foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho como instrumento de importância estratégica e de carácter estrutural e estruturante para a salvaguarda do PCI em Portugal, no pressuposto de que a salvaguarda do PCI “realiza-se, fundamentalmente, com base na inventariação” (n.º 1 do Art.º 6.º do mesmo diploma), isto é na sua documentação e caracterização aprofundada, científica e metodologicamente sustentada.

Tal como o seu próprio nome pressupõe, o INPCI é apresentado por este diploma como a medida central, a nível nacional, para a salvaguarda e valorização do PCI, devendo ser entendido simultaneamente: a) como o ponto de partida para a salvaguarda do PCI, dado que enquadra conceptualmente, técnica e metodologicamente um determinado projeto de salvaguarda de uma prática social; b) como o culminar do próprio processo de salvaguarda, que conduz à protecção legal, sob a figura da inscrição ou registo no INPCI dessa mesma prática.

A constituição de inventários do PCI constitui, precisamente, a obrigação primacial de qualquer Estado membro da UNESCO decorrente da ratificação da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (2003), cujo art.º 12.º dispõe que:

1. Cada Estado Parte elabora, a fim de assegurar a identificação com vista à salvaguarda, de forma adaptada à sua situação, um ou mais inventários do património cultural imaterial existente no seu território. Tais inventários são objeto de uma atualização regular.

2. Cada Estado Parte, ao apresentar periodicamente o seu relatório ao Comité, em conformidade com o artigo 29.º, fornece informações relevantes sobre tais inventários.

As estratégias que cada país adota com o objetivo de cumprir esta obrigação decorrente da sua vinculação a este tratado internacional podem, contudo, ser muito díspares. Uma das possibilidades consiste na elaboração de uma “Lista indicativa” do PCI desse país, à semelhança das Listas Indicativas elaboradas para identificação, em cada país, do património

(monumental) susceptível de ser candidato à *Lista do Património Mundial* (instituída pela Convenção UNESCO 1972).

A constituição de tais Listas Indicativas do PCI decorrerá, quase inevitavelmente, do trabalho de um comité de especialistas, sem a consulta da população ou o envolvimento das comunidades e, com toda a probabilidade, resultará de conhecimentos *a priori* sobre o PCI de cada país, aí reunindo, pela sua maior emblematização, visibilidade (estética, turística, ou de outra ordem) ou prestígio determinadas expressões em detrimento de outras, naturalmente excluídas pela sua menor espetacularidade, reconhecimento social e visibilidade pública, e tendo como objetivo último, naturalmente, a futura candidatura das primeiras à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade*. Neste sentido, poder-se-á afirmar frontalmente que a elaboração de uma Lista indicativa do PCI que decorra de tal metodologia de trabalho pode resultar, paradoxalmente, na própria negação do esforço desenvolvido pela UNESCO no sentido de que a identificação e a salvaguarda do PCI resultem da iniciativa ou ocorram com o envolvimento dos respetivos detentores.

Foi precisamente para cumprimento da obrigação a que se refere o Art.º 12.º da Convenção UNESCO 2003 que foi concebido e desenvolvido o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*. Contudo, o INPCI não foi concebido como plataforma para constituição de uma Lista indicativa do PCI, através de uma estratégia de seleção *top-down*, mas como uma plataforma aberta, destinada a que, através de um processo *bottom-up*, as comunidades, grupos e indivíduos aí procedam ao registo e valorização das suas próprias expressões culturais.

Correlativamente, o INPCI não foi concebido como sistema para gestão das iniciativas da própria administração central, mas como ferramenta metodológica para utilização pelas próprias entidades que, a partir do terreno e em resposta à iniciativa ou com o envolvimento próximo das comunidades, grupos e indivíduos, desenvolvem projetos efetivos de salvaguarda do PCI.

O caso da “Capeia Arraiana”, a primeira tradição a ser registada no INPCI, é a este título verdadeiramente exemplar, pois a iniciativa da inventariação no INPCI partiu da própria comunidade, tendo o município do Sabugal, como representante mais direto daquela, assumido numa fase posterior a organização e a apresentação do pedido de inventário. O processo de inventário da “Capeia Arraiana” é também exemplo da metodologia de base de abordagem ao PCI preconizado pelo *Inventário Nacional*: a documentação em profundidade de uma *prática social* (a “Capeia”), nos contextos específicos da respetiva *comunidade* (neste caso as comunidades constituídas pelas 11 freguesias do concelho do Sabugal) em que tem origem e que lhe confere sentido, e do respetivo *território* (a zona raiana do Sabugal, inserida no contexto geográfico-cultural da região do Riba-Côa).

Tendo em vista dar expressão à necessidade de que a identificação, valorização e salvaguarda do PCI se processem com o necessário envolvimento das comunidades, dos grupos e dos indivíduos, o *Inventário Nacional* foi concebido e desenvolvido como uma plataforma destinada ao inventário participado do PCI, suportado tecnologicamente por um sistema informático que permite que o registo da informação (nos formatos de texto, fotografia, som e vídeo) se processe de forma integralmente desmaterializada e possa ser realizado remotamente, através da internet. Este sistema de informação, o MatrizPCI, foi concebido, pois, de modo a corresponder a uma estratégia de salvaguarda do PCI de tipo *bottom-up*, tendo em vista o estímulo à participação direta das comunidades, grupos e indivíduos no processo de inventariação do seu PCI.

Deve ser destacado que, enquanto sistema de informação de suporte ao e gestão do *Inventário Nacional*, o MatrizPCI pressupõe que o envolvimento dos detentores do PCI (comunidades, grupos e indivíduos) no processo de proteção legal de uma manifestação ocorra não apenas no âmbito da fase de elaboração/organização do pedido de inventariação (elaboração que pode ocorrer diretamente, ou através de outra entidade que atue como sua representante, tal como o respetivo município – como sucedeu no caso da “Capeia Arraiana” –, ou um museu, universidade, centro de investigação, etc.), mas também após a apresentação do pedido, ao longo de toda a fase de apreciação do pedido, em particular na fase de consulta pública.

Consistindo numa base de dados de acesso universal, inteiramente gratuito, que promove o inventário participativo do PCI, com o envolvimento ativo dos seus detentores, e que promove uma atuação integrada ao Património imaterial e material², o MatrizPCI, encontra-se acessível ao público desde 1 de junho de 2011 no endereço www.matrizpci.imc-ip.pt, permitindo: a) dar início ao procedimento de inventário de manifestações imateriais, como medida fundamental para a sua salvaguarda e valorização à escala nacional; b) atualizar e rever informação relativa a manifestações de PCI anteriormente inventariadas; c) a participação directa dos detentores do PCI nas diversas fases de consulta directa e de consulta pública dos procedimentos de inventário.

1. DA PROTEÇÃO A NÍVEL NACIONAL À PROTEÇÃO A NÍVEL MUNDIAL

Concebido como instrumento estrutural dos diversos projetos desenvolvidos em Portugal para a salvaguarda do PCI, e, como tal, como instrumento central para a visibilidade desses projetos de salvaguarda, o *Inventário Nacional* constitui-se também como mecanismo indispensável para a eventual apresentação de candidaturas às Listas de PCI instituídas pela Convenção UNESCO 2003.

De facto, tal como exigido pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, a proteção legal de uma manifestação do PCI, através do seu registo no *Inventário Nacional*, constitui condição prévia e obrigatória para a sua eventual valorização à escala internacional, através da candidatura, à *Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade* ou à *Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente*.

Esta exigência de inscrição prévia no INPCI visa dar cumprimento aos critérios n.ºs U5 e R5 das *Diretivas Operacionais do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do PCI* (UNESCO), segundo os quais uma manifestação proposta para inscrição naquelas Listas deve figurar previamente num “Inventário de Património Cultural Imaterial Nacional”.

«1.2. Critérios para inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade [...]

R.1 – A manifestação é considerada Património Cultural Imaterial, de acordo com o Artigo 2º da Convenção.

R.2 – A inscrição da manifestação contribuirá para assegurar a visibilidade, a tomada de consciência para a importância do Património Cultural Imaterial e para favorecer o diálogo,

² Prevendo a possibilidade de proteção legal do património móvel e/ou imóvel associado a uma manifestação de PCI.

refletindo assim a diversidade cultural do mundo inteiro e testemunhando a criatividade humana.

R.3 – São desenvolvidas medidas de salvaguarda que permitam proteger e promover a manifestação.

R.4 – A manifestação foi submetida com a participação, o mais ampla possível, da comunidade, do grupo ou, sendo o caso, dos indivíduos e com o seu consentimento livre, prévio e esclarecido.

R.5 – A manifestação figura num Inventário de Património Cultural Imaterial Nacional, conforme os Artigos 11.º e 12.º da Convenção.»

«I.1. Critérios para a inscrição na Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente [...]

U.1 – A manifestação é considerada Património Cultural Imaterial, de acordo com o Artigo 2º da Convenção.

U.2 – a. A manifestação necessita de salvaguarda urgente porque a sua viabilidade se encontra em perigo apesar dos esforços empreendidos pela comunidade, o grupo ou, sendo o caso, os indivíduos e o(s) Estado(s) Parte implicado(s). Ou b. A manifestação carece de uma necessidade urgente de salvaguarda porque ela é objeto de sérias ameaças perante as quais não pode sobreviver sem uma salvaguarda imediata.

U.3 – Medidas de salvaguarda são desenvolvidas para que possam permitir à comunidade, ao grupo ou, sendo o caso, aos indivíduos interessados em prosseguir a prática e a transmissão da manifestação.

U.4 – A manifestação foi submetida com a participação, o mais ampla possível, da comunidade, do grupo ou, sendo o caso, dos indivíduos e com o seu consentimento livre, prévio e esclarecido.

U.5 – A manifestação figura num Inventário de Património Cultural Imaterial Nacional, conforme os artigos 11º e 12º da Convenção.

U.6 – Nos casos de extrema urgência o(s) Estado(s) Parte foram devidamente consultados sobre a questão da inscrição da manifestação conforme o artigo 17º(3) da Convenção.»

Assim, o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* constitui não apenas o único inventário de património imaterial em Portugal elaborado para os fins específicos e nos termos requeridos pela Convenção (assim como pelas Diretivas Operacionais para a implementação desta), como o único Inventário que, nos termos legais, pode ser utilizado em Portugal para fins da proteção legal de manifestações de PCI cuja candidatura às Listas da UNESCO se pretenda promover.

Para além de se constituir como o principal instrumento nacional de divulgação da Convenção UNESCO 2003, pelo facto de espelhar o espírito, princípios e mecanismos deste Tratado internacional, e não obstante não ser seu objetivo a preparação de candidaturas à UNESCO, o *Inventário Nacional* funciona como mecanismo de qualificação e validação prévia do processo de salvaguarda do PCI que certamente em muito poderá contribuir para o sucesso dessas candidaturas.

As funções essenciais do *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* – que decorrem e materializam o mecanismo de articulação estipulado conjugadamente pelo regime jurídico para a salvaguarda do PCI em Portugal e pela Convenção UNESCO 2003 e respetivas Diretivas Operacionais –, não podem, pois, ser de algum modo confundidas com as funções desempenhadas por inventários de âmbito distinto, tais como inventários museológicos, arquivísticos, fonográficos, municipais, etc., que poderão ser utilizados para fins específicos de documentação – mas não de proteção legal – de manifestações do PCI.

Repousando sobre esse princípio fundamental da “equivalência” entre as manifestações do PCI instituído pelo n.º 1 do Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 139/2009, o INPCI não se destina apenas ao inventário dos “tesouros” e das “obras-primas” do PCI em Portugal, isto é, daquelas manifestações que encontramos facilmente nos roteiros turísticos de cada região, pela sua estética, espetacularidade ou projeção territorial, mas também, e em primeiro lugar, a todas as práticas sociais tradicionais que, discretamente, se encontram ausentes desses roteiros, e que frequentemente são as que mais riscos e ameaças enfrentam.

Todas estas práticas, independentemente da maior ou menor divulgação que cada uma possa conhecer, são “tesouros” do PCI nacional, que importa conhecer, documentar e salvaguardar com o mesmo grau de rigor e exigência.

OS MUSEUS LOCAIS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

Ivo Oosterbeek

Benefits & Profits; Grupo Quaternário e Pré-História
(Centro de Geociências, ul&D 73 – FCT);
ivoosterbeek@gmail.com

Sílvia Marques

Mestranda em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural;
sarouelala@gmail.com

Luís Mota Figueira

Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar;
Director do Mestrado em Desenvolvimento
de Produtos de Turismo Cultural;
lmota@ipt.pt

Os Museus Locais na Formação da Identidade Cultural

Ivo Oosterbeek, Sílvia Marques e Luís Mota Figueira

Historial do artigo:

Recebido a 27 de novembro de 2013

Aceite a 09 de dezembro de 2013

Este texto não obedece às normas do acordo ortográfico de 2012

RESUMO

Os museus locais têm, por natureza e política cultural, uma forte inclinação para a constituição de laços com as comunidades onde se instalam. Esta relação, proporcionada por força da proximidade fisiográfica e geralmente pela implementação destes equipamentos nos habitat de circulação social, pode desencadear processos de formação de culturas autóctones, que suplante as culturas endémicas. Apresentamos duas problemáticas relacionadas com o impacto dos museus locais: uma de carácter político e outra de carácter identitário, ambas focadas nas práticas museológicas e de programação cultural orientadas para o público local.

A primeira, "serão os museus locais equipamentos de educação informal?" procura identificar o tipo de relação que o museu local estabelece com a comunidade, analisando as práticas culturais segundo o tipo e frequência da oferta (economia da cultura), o impacto nos hábitos culturais da comunidade local (identificação de boas práticas museológicas) e a satisfação dos objectivos estratégicos da política museológica de gestão de públicos (política cultural). A segunda "serão os museus locais construtores de identidades?" procura identificar o impacto da relação estabelecida entre o museu local e a comunidade na formação das identidades culturais locais, analisando o impacto das práticas museológicas na identidade cultural local (antropologia), o impacto da programação cultural na construção dessas identidades (sociologia), e a consciência estratégica sobre o impacto nas identidades (ética deontológica).

Palavras-Chave: Comunidade local; Política cultural; Identidade Cultural; Museu local; Educação Informal

ABSTRACT

Local museums have, by nature and cultural policy, a strong inclination to form bonds with the communities where they settle. This relationship, provided by physiographic proximity and the implementation of such equipments in social environments, can trigger the formation of indigenous cultures, which can supplant endemic cultures. We present two issues related to the impact of local museums: one political related and the other identity related, both focused on museological practices and cultural programming targeting the local audience.

The first, "are local museums informal education equipments?" seeks to identify the type of relationship the museum establishes with the local community, analyzing cultural practices according to the type and frequency of supply (cultural economy), the impact on the cultural habits of the local community (identification of best museologic practices) and the satisfaction of strategic objectives of the policy management of public museum (cultural policy). The second "are local museums identity builders?" seeks to identify the impact of the relationship between the museum and the local community in the formation of local cultural identities, analyzing the impact of museological practices in local cultural identity (anthropology), the impact of cultural programming in the construction of these identities (sociology), and strategic awareness about the impact on identities (deontological ethics).

Key-words: Local community; Cultural policies; Cultural identity; Local museum; Informal Education

1. INTRODUÇÃO AO PROBLEMA DA FORMAÇÃO DE PÚBLICOS EM MUSEUS

A segunda metade do século XX viu o desenvolvimento das políticas museológicas (Gonçalves, 2010: 95, 97) na sua articulação com a alteração dos tecidos culturais (Garrido, 2008: 8). Nas últimas décadas, o resultado destas políticas tem-se vocacionado para a preservação de culturas comunitárias em povoações de menor índice de desenvolvimento industrial e tecnológico (Gonçalves, 2010: 88), e para a formação de públicos culturais (Gonçalves, 2010: 88, 94) (Moreira, 1989: 67-68) a partir da promoção de ações de interação entre públicos em ambiente educativo (i.e. públicos escolares e familiares) e produtos culturais.

O aumento exponencial destas ações desde a década de 1980 (Anico, 2008: 137-138), permite hoje a confrontação de um histórico de flutuações na visita aos espaços museológicos atendendo ao perfil demográfico do visitante. Se por um lado estas ações são motivadas pela crescente necessidade dos museus se dignificarem e justificarem economicamente através do número de visitantes (Moreira, 1989: 68-69) (Gonçalves, 2010: 95), por outro é do interesse do Sistema de Educação criar uma oferta para-educativa que complemente o estudo escolarizado e motive a confrontação do conhecimento aprendido com a realidade aplicada.

A caracterização destas ações pode ser feita da seguinte forma: são estruturalmente produtos da Era Industrial, uma vez que são produzidas em largo espectro para públicos demograficamente diferenciados, embora não sejam culturalmente discriminados; são funcionalmente ações para-educativas, uma vez que se supõem estar articuladas com conteúdos escolares cuja aprendizagem é sincrónica da ação de interação no espaço museológico; são ideologicamente fenómenos decorrentes das políticas de ação positiva, reforço positivo, e discriminação positiva, em que os menores de idade em ambiente escolar são vistos como indivíduos com personalidades basculantes (se não maleáveis) os quais podem ser encaminhados para um estilo de vida culturalmente aceite pelas elites dirigentes.

Com a proliferação das políticas museológicas locais, o mesmo processo é conduzido, ainda que com operações de cosmética linguística: os públicos em ambiente educativo dão lugar às comunidades locais, e a formação de públicos à preservação de identidades. As

dinâmicas mantêm-se, sendo do interesse dos museus de base territorial o acesso recorrente das populações locais, já não como visitantes mas como utentes e protagonistas do “fazer museológico”, e do interesse das políticas de nível infra-regional, a dignificação da etnografia e das tradições territoriais pela sua inserção nos discursos museológicos, ou seja, de reconhecido nível de qualidade de conteúdos.

Com décadas de implementação destes processos, auferimos hoje de um histórico de dados que nos permite reconhecer a estreita relação entre os museus locais e as comunidades em que estes se implementam. Esta relação constitui-se claramente a dois níveis: um nível político-administrativo, em que o museu local faz parte da dinâmica administrativa da comunidade, dado o seu enquadramento geográfico; e um nível sócio-económico, em que o museu se relaciona com a comunidade local pela sua participação no mesmo território económico, e por partilhar com esta um mesmo espaço cultural (Varine, 2003: 15). A proposta de estudo que agora apresentamos prende-se não com a validação da existência destes níveis de relacionamento, mas com a identificação e análise dos processos pelos quais estes operam, ou seja, interessa-nos a um nível compreender se, e de que forma é que os museus locais são elementos na construção de identidades culturais locais; e a outro nível compreender como se articulam as políticas culturais com a acção dos museus locais, analisando de que forma estes serão equipamentos de educação informal.

2. HIPÓTESES DE AMBIENTE ANALÍTICO-DEDUTIVO

Podemos analisar os fenómenos de formação cultural local como sendo fruto de processos dialógicos entre Cultura geral e Cultura específica, ou seja, entre as identidades 'Nós' e 'Eu' escaladas para 'Todos' e 'Nós', sendo que estes processos actuam grosso modo através dos mecanismos político-administrativos que determinam a Cultura geral, e das relações sociais recorrentes de índole afectiva (com elevado ou reduzido grau de afectividade) que constituem as comunidades locais (Cultura específica). Não cabe aqui elencar todos os actores representados nestes fenómenos, nem os vários níveis em que estes actuam, uma vez que nos interessa essencialmente analisar os processos de formação identitária na relação da comunidade com o museu local, sendo este um suporte, agente mediador, e activador dos mecanismos político-administrativos, ou seja, um interface comunicacional entre os mecanismos político-administrativos e as comunidades locais.

Neste sentido, podemos definir dois níveis de análise, um primeiro circunscrito pelo ambiente de formação e transformação cultural onde se inscrevem os processos relacionais entre o museu local e a comunidade local, e um segundo que se manifesta na esfera do museu local embora seja proveniente do ambiente administrativo supra-local.

Quanto ao primeiro nível de abordagem, assumimos existirem trocas relacionais entre três agentes, ou instâncias: o Museu local, enquanto equipamento cultural; a Comunidade local, enquanto unidade social territorializada; e a Identidade cultural local, enquanto formação cultural que se constrói (e reconstrói) pelas dinâmicas culturais que afectam a comunidade local, sendo emergentes desta ou imergindo-a. Entre estas instâncias podemos analisar o processo de formação da identidade cultural local (ou cultura local *tout court*), pela análise das relações que se estabelecem entre elas, e pela orientação dessas relações.

Assim, podemos sugerir uma primeira hipótese de formação da identidade cultural local, que não é participada pelo museu local. Nesta hipótese, a identidade cultural é formada

pelas dinâmicas culturais em si, e o museu local pode ter *inputs* exclusivamente provenientes da comunidade local, ou repartidos entre a comunidade local (*inputs* de natureza económica) e a identidade cultural local (*inputs* simbólicos).

Uma segunda hipótese equaciona a identidade cultural local como produto da dinâmica cultural da comunidade local em associação com a influência do museu local. Desta forma, o museu local tem *inputs* exclusivos da comunidade local, e tem outputs que se acumulam ao produto das relações culturais intrínsecas da comunidade local, devolvendo a formação ou transformação da identidade cultural local.

Finalmente, equacionamos como hipótese de formação da identidade cultural local, a conjugação das duas anteriores hipóteses, sendo esta formada pela associação entre as dinâmicas culturais da comunidade local e da influência do museu local. Este último, é por sua vez formado tanto por *inputs* provenientes da comunidade local como da identidade cultural local, num processo de permanente construção participada, tanto da identidade cultural local, como do museu local enquanto entidade.

Num segundo nível de abordagem, consideramos que podem existir três enquadramentos diferenciados que articulam estruturalmente três instâncias de activação de mecanismos político-administrativos nas comunidades locais em que o museu local é agente mediador: a Comunidade local enquanto unidade social territorializada; a Educação enquanto conjunto dos processos de transmissão cultural, mediados por relações de autoridade sobre a qualidade da informação partilhada; e o Museu local enquanto equipamento cultural e organização. Atendendo a estas instâncias podemos identificar a activação dos mecanismos político-administrativos na comunidade local sobre os quais o Museu local é agente mediador (participativo, único ou complementar).

O primeiro enquadramento estrutural que propomos assume que o Museu local pode estar distanciado da Comunidade local, não se reconhecendo estruturalmente como sendo parte desta. Neste enquadramento, a Educação é parte constituinte da comunidade, uma vez que a transmissão de informação gerida por reforço de autoridade é intrínseca à constituição de comunidades, no entanto, o Museu não está relacionado com a Comunidade, pelo que não tem a capacidade para activar mecanismos político-administrativos no território.

Num segundo enquadramento, o Museu local é constituinte da Comunidade local tal como a Educação, embora não seja constituinte da Educação. Neste enquadramento o Museu tem a capacidade de activar mecanismos culturais no sentido top-down, embora não detenha todas as competências necessárias ao mesmo, uma vez que parte destas são intrínsecas da Educação.

Finalmente, num terceiro enquadramento, o Museu local activa mecanismos culturais na Comunidade local por intermédio da Educação, detendo não só as capacidades como as competências necessárias para o bom aproveitamento (de alto ou baixa rentabilidade / produtividade).

Assumindo que as relações de formação da identidade cultural e de activação de mecanismos político-administrativos nas comunidades através dos museus se processam num dos anteriores enquadramentos, apresentaremos de seguida a metodologia que iremos utilizar no sentido de aferir a existência destes enquadramentos em ambientes reais, e de identificar e analisar as relações anteriormente mencionadas nesses contextos ambientais.

3. METODOLOGIA PROPOSTA

A metodologia que iremos seguir fundamenta-se teoricamente na possibilidade de poderem ser estudados os processos de formação identitária e de activação localizada de políticas culturais, nos quais os museus locais são agentes intermediários; e na possibilidade de esse estudo poder ser reduzido a dois níveis de análise, um estrutural e o outro processual. Estas análises de ambientes reduzidos de uma realidade completa, disponibilizam uma leitura de pormenor sobre os processos que de facto decorrem nestes fenómenos, embora a sua leitura, mesmo cumulativa, não represente a complexidade da leitura da realidade em causa sem reducionismo da mesma. Ou seja, embora a nossa escala de análise permita uma melhor identificação e análise de processos concretos, não nos irá devolver uma leitura completa dos processos de formação de identidade cultural, nem dos processos de aplicação de políticas culturais.

Esta análise será realizada com recurso à técnica de Estudo de Caso, através da qual será possível determinar o enquadramento ambiental de cada caso, permitindo aferir a validade dos pressupostos de enquadramento hipotéticos anteriormente expostos. Determinado o enquadramento segundo o qual se processam as relações entre Museu e Comunidade, e entre Administração e Museu, será possível identificar quais os processos concretos sobre os quais estas relações de estabelecem e efectivam, bem como analisar a forma como os mesmos operam. O recurso ao Estudo de Caso irá igualmente permitir identificar as ferramentas e os canais usados para a efectivação desses processos.

O Estudo de Caso fará uso de três técnicas de análise: o inquérito, a entrevista e a observação. A análise será feita com recurso a inquéritos à população local, onde se procurará identificar qual o papel do museu local enquanto equipamento cultural, bem como traçar um perfil de identidade cultural local. As entrevistas serão dirigidas aos principais stakeholders envolvidos na nossa problemática, ou seja os quadros superiores do museu local, os dirigentes da administração local, e potenciais líderes de opinião locais, sendo o objectivo destes entrevistas identificar e analisar as relações estabelecidas, e as sinergias e resistências culturais aos processos que pretendemos analisar. A observação (Deshaies, 1997: 296-297) permitirá identificar e aferir alguns dos pressupostos decorrentes da análise dos resultados dos inquéritos e das entrevistas, permitindo validar os resultados obtidos ou redefinir a abordagem utilizada de forma a conseguir obter dados com maior grau de fiabilidade. A observação será igualmente utilizada na análise do contexto específico do Caso estudado, de forma a aferir previamente o enquadramento segundo o qual operam os processos que pretendemos identificar e analisar.

Com o propósito de identificar não apenas processos concretos, mas graus de recorrência comportamentais, o Estudo de Caso será aplicado em vários casos concretos, após os quais se procederá à Análise Comparativa dos dados empíricos e dos resultados obtidos em cada caso. A aplicação desta ferramenta terá o propósito de determinar eventuais padrões comportamentais, graus de sucesso (discriminados por eficácia e eficiência) de estabelecimento dos processos, e diagnosticar quais as ferramentas recorrentes e quais as ferramentas rentáveis envolvidas nestes processos.

Finalmente e porque a técnica de Estudo de Caso apresenta insuficiências inerentes à sua natureza, procuraremos utilizar técnicas de experimentação (Deshaies, 1997: 297) para validar os pressupostos obtidos pelas análises anteriormente descritas, com o propósito de aferir a sua validade em contextos reais, ainda que controlados.

4. PRODUTOS DERIVADOS

Este estudo tem como principais objectivos identificar qual o papel do Museu local no processo de formação da Identidade Cultural local, assim como identificar qual o papel do Museu local como mediador da efectivação de políticas culturais em âmbito local. No entanto, os resultados do estudo devolverão *outputs* que aqui designaremos por produtos derivados, uma vez que os mesmos não serão resultado de uma actividade projectual que os procure produzir.

Em primeiro lugar, a análise comparativa dos estudos de caso poderá permitir a redefinição do conceito (ou da concepção) de Museu Local, pela identificação de critérios de reconhecimento identitário desconhecidos ou pela identificação de mudanças de paradigma de actuação dos Museus locais.

Em segundo lugar, estes dados irão permitir identificar o papel social do Museu local, pela análise das sinergias e resistências identificadas nas relações entre a comunidade local e o museu local.

Finalmente, a análise comparativa dos dados e resultados obtidos em vários estudos de caso permitirá identificar o sucesso de alguns processos em relação a outros, bem como a rentabilidade dos mesmos. Esta análise, validada pela experimentação em contextos reais, irá permitir desenvolver modelos teóricos de três naturezas distintas: modelos de sustentabilidade, modelos de optimização, e modelos de desenvolvimento. Aqui designamos por modelos de sustentabilidade àqueles cuja efectivação permita a manutenção das relações existentes e a manutenção dos graus de sucesso e insucesso dessas relações. Os modelos de optimização reportarão àqueles cuja activação implique a manutenção das relações e processos existentes embora com aumento dos graus de sucesso das mesmas. Serão modelos de desenvolvimento, aqueles que alterem as relações e processos que se desenvolvem num dado contexto, e orientados à sua eficiência, eficácia e economia.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2000) – *Inquérito aos Museus em Portugal*. Lisboa: IPM / OAC.

AAVV (2005) – *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*. Lisboa: OAC / IPM.

ANICO, M. (2008) – *Museus e Pós-Modernidade. Discursos e Performances em Contextos Museológicos locais*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 21-149.

DESHAIES, B. (1997) – *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget. Colecção Epistemologia e Sociedade, nº 65.

GARRIDO, Á. (2008) – Museus e Comunidades. *Museus em Rede*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, Boletim da Rede Portuguesa de Museus, nº 29, p. 8-10

GONÇALVES, Alexandra Rodrigues (2010) – Museus, Comunidade Local e Turismo. *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Porto: Edições Afrontamento, p. 81-105.

MOREIRA, Isabel M. Martins (1989) – *Museus e Monumentos em Portugal. 1772-1974*. Lisboa: Universidade Aberta, Coleção Temas de Cultura Portuguesa, nº 14.

VARINE, Hugues de (2003) – Testemunhos de alguns museus e museólogos locais, antes da Rede... *Museus em Rede*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, Boletim da Rede Portuguesa de Museus nº 10, p. 12-15.

O MUSEU MUNICIPAL DE OURÉM ENQUANTO PROJECTO PARTILHADO!

Ana Saraiva
Diretora do Museu Municipal de Ourém
ana.saraiva@mail.cm-ourem.pt

O Museu Municipal de Ourém enquanto projeto partilhado!

Ana Saraiva

Historial do artigo:

Recebido a 25 de outubro de 2013

Aceite a 04 de novembro de 2013

RESUMO

Fundado em 2009, o Museu Municipal de Ourém (MMO) participa no desenvolvimento local através de um programa integrado de valorização dos patrimónios concelhios (naturais e culturais, materiais e imateriais) e de ações atentas à formação e à fruição cultural pelos cidadãos.

A partir de uma leitura desta estrutura museológica (vocação, funções, historial e projetos concretizados), é proposta uma reflexão sobre o papel dos museus locais enquanto interlocutores entre a comunidade e o território em que esta se movimenta. Nessa relação sobressai o envolvimento dos munícipes na construção do museu, conciliado com o ajustamento permanente do museu às suas necessidades e expetativas.

Palavras-Chave: Museu, comunidade, construção identitária

ABSTRACT

Founded in 2009, the Municipal Museum of Ourém (MMO) participates in local development through an integrated program of recovery of the municipal heritage (natural and cultural, tangible and intangible) and acting attentive to training and cultural enjoyment by citizens.

From a reading of this museum structure (vocation, functions, history and realized projects), proposes a reflection on the role of local museums as interlocutors between the community and the territory in which it moves. In this relationship stands the involvement of citizens in the construction of the museum, reconciled with the continuous adjustment of the museum to their needs and expectations.

Key-words: Museum, community, identity construction

1. FUNDAÇÃO, VOCAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Até 2009 o Município de Ourém apresentava um cenário museológico, expositivo e interpretativo peculiar, com muitos dos conteúdos ligados à mensagem de Fátima. Não dispunha porém, de uma estrutura museológica de tutela municipal que estivesse institucional e formalmente vocacionada para dar resposta a um conjunto de funções consubstanciadas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Não dispunha ainda de nenhuma estrutura apta a refletir com os munícipes os seus processos de construção e representação identitária enquanto ourenses.

Impunha-se ainda a criação de um serviço cultural que envolvesse a comunidade local numa política integrada de gestão dos patrimónios naturais e culturais. Paralelamente, existiam colecções próprias do Município, fruto de doações, campanhas arqueológicas e de outras formas de incorporação, que era necessário estudar, preservar e difundir.

É neste contexto que decorre a inauguração do MMO, em 4 de julho de 2009, com a abertura ao público do núcleo expositivo da Casa do Administrador, representando a primeira fase de implementação deste projeto cultural. Com a instalação do MMO foi aprovado o regulamento respetivo em Assembleia Municipal e publicado em Diário da República. Defendemos a criação formal destes instrumentos, na medida em assumem um papel clarificador para todos os atores envolvidos na construção e dinamização destas estruturas, contribuindo assim para uma maior garantia de estabilidade para as mesmas.

Quatro temas centrais partilham o campo temático do Museu. São eles: o redimensionamento e a revalorização do património ourense na consciência colectiva com vista ao fortalecimento do sentimento de identidade partilhada [Fátima e Ourém: da sobreposição à identificação comum]; a promoção do desenvolvimento local, descentralizando a manifestação e a fruição cultural e envolvendo, pela mesma ocasião, as entidades colectivas e individuais numa actuação conjunta com vista à salvaguarda, dignificação e promoção dos patrimónios; a consolidação das solidariedades entre unidades geográfica e tematicamente distintas; e finalmente, a valorização da ação municipal assente numa investigação integrada e consistente colocada no centro das ambições e das actividades do Museu.

Nesse pressuposto, o MMO tem como missão promover e apoiar estudos, projetos de investigação e difusão sobre o Município; realizar exposições com regularidade e rigor documental, que envolvam os cidadãos (residentes/e não residentes) nos processos expositivos; reforçar as dinâmicas culturais municipais através de iniciativas culturais e educativas; potenciar as sinergias turísticas de Fátima, captando-as para outros territórios do Município; e consolidar a documentação e a conservação dos patrimónios culturais, independentemente da sua propriedade e tipologia.

Esta estrutura é composta pelo conjunto de núcleos museológicos seguidamente enunciados, cada um investido de funções específicas e situado numa etapa concreta de instalação e funcionamento.

1.1. Núcleo Expositivo Casa do Administrador



Este edifício localizado no Largo Dr. Vitorino de Carvalho - Cidade de Ourém, é propriedade do Município.

O mote para a musealização do imóvel foi a ligação ao fenómeno das aparições de Fátima pela passagem dos três videntes por aquela casa. Essa ocorrência teve como mediador Artur Oliveira Santos, personalidade da história local que ocupava o cargo de Administrador do concelho, tendo nessa circunstância interferido no fenómeno religioso interrogando as crianças e alojando-as em sua casa de 13 a 15 de Agosto de 1917. O núcleo museológico representa ainda o fulgor da Vila Nova de Ourém e propõe a visita aos patrimónios materiais e imateriais de Ourém desde o século XIX até ao presente.

Artur Oliveira Santos, republicano oureense, funda o Centro Republicano Democrático em Vila Nova de Ourém e integra a Comissão Concelhia do Partido Republicano. Com a revolução de 28 de maio de 1926 é sujeito a várias prisões políticas. Em 1931 refugia-se em Espanha. Político, escritor e jornalista, funda dois jornais republicanos no concelho: o «Povo de Ourém» e «Voz de Ourém»; escreve com o pseudónimo literário de «João de Ourém». Colabora com vários jornais, como: O Mundo, A Vanguarda, O País, O Século, A República, O Rebate, ou A Capital.

À programação museológica do MMO, sucedeu o programa funcional do núcleo expositivo da Casa do Administrador, com a seguinte distribuição espacial:



Piso 0 - recepção e acolhimento dos visitantes; loja (informação e vendas); mini-auditório; ala expositiva; sala e esplanada de serviço educativo e cultural;



Piso 1 - ala expositiva de longa duração (espaço coberto e varanda); e ala de exposição temporária.

No piso 0 a exposição de longa duração Ourém A'feições traça uma leitura sucinta de Ourém, com alusão ao território, à história e a expressões da identidade cultural de Ourém. No piso superior, a exposição de longa duração Villa Nova de Ourém 1900 apresenta aspetos significativos da história de Ourém. Aqui o visitante percorre os ambientes da Villa Nova em 1900 e os episódios que determinaram o rumo do país (Monarquia/República; Primeira Guerra Mundial; aparições de Fátima) com ecos decisivos para a esfera local. Ainda neste piso, decorrem exposições temporárias que versam sobre expressões e dinâmicas socioculturais nos séculos XX e XXI.

As diferentes exposições abordam um território, mas também se debruçam sobre as relações espaço-tempo no concelho, o que lhe permite convidar o visitante a visitar outras unidades expositivas e/ou interpretativas do concelho. A Casa do Administrador ao promover o desmembramento das temáticas expostas em sub-temas, com uma abordagem que se prevê continuada e aprofundada pelas restantes Unidades exploradas «in situ», incluindo património imóvel e o património ambiental, atua como um «cartão de visita» para os museus e patrimónios locais.

1.2. Oficina do Património



Este imóvel centenário, situado numa das praças centrais da cidade de Ourém (Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida), a poucos metros da Casa do Administrador, é o núcleo sede do MMO.

Esta unidade de Gestão acolhe a valência da administração, numa estreita articulação com o setor da documentação e do acervo museal, bem como um complemento do serviço educativo inscrito na Casa do Administrador, expresso em oficinas ao ar livre.

Paralelamente, acolhe os serviços de conservação, através das reservas e oficina de conservação e restauro das coleções móveis e do estudo de métodos e técnicas de conservação dos patrimónios in situ, e dos patrimónios ao domicílio (propriedade de particulares), atuando desse modo como uma estrutura de gestão patrimonial integrada no território.

1.3. Centro Histórico de Ourém



Situado no topo de um morro, a cerca de 2 km a sul da parte nova da cidade de Ourém, o Centro Histórico intervém como uma Unidade Interpretativa (com fins de conservação e de comunicação cultural), a qual coliga unidades expositivas como a Galeria Municipal e outros núcleos perspectivados.

As ruas estreitas das calçadas com traços medievais, o casario branco, os vestígios de antigas instituições como a Santa Casa da Misericórdia, ou mesmo o património imaterial resultante da interação dos habitantes e visitantes, perfazem o acervo do Centro Histórico. Estas características qualificam o conjunto monumental envolto numa muralha, cujas componentes arqueológica, histórica, antropológica, arquitetónica e estética lhe conferem um papel central na configuração, legitimação e interpretação da história local.



A Galeria Municipal, especificamente, além de acolher exposições mensais de artes plásticas e visuais, recebe e encaminha os públicos para a fruição dos patrimónios deste burgo medieval, designadamente através de visitas acompanhadas, ou audioguiadas, com prova de degustação da gastronomia local, designadamente na Ucharia do Conde (espaço de exposição e vendas de produtos de Ourém).

Em fase de programação museológica, encontram-se Paço dos Condes e Castelo, propriedade da Fundação da Casa de Bragança.

1.4. Ruínas da Capela de S. Sebastião

Pertença do Município, a capela de São Sebastião encontra-se inscrita numa vasta planície, a poente do castelo de Ourém. O seu interesse como testemunho notável de vivências ou factos históricos é atestado pela associação a episódios marcantes na história nacional, como é o caso da Batalha de Aljubarrota: “N’este campo bivacaram El-Rei D. João I e o Condestável D. Nuno, com as suas tropas, em 11 de Agosto de 1385, quando seguiam para a batalha de Aljubarrota,” ou mesmo para as Invasões Francesas.

A intervenção programada para esta estrutura assenta no conceito de consolidação da ruína, constituindo-se como mais uma etapa da história do edifício, pelo que a intervenção tem em consideração a leitura da sua história construtiva.

2. UM MODELO DE GESTÃO INTEGRADO

O MMO apresenta uma estrutura de gestão reticular, atenta a otimizar os meios disponíveis (humanos, científicos, técnicos e financeiros) a favor das unidades que integram esta rede museológica e patrimonial municipal. Estas parcelas, descentralizadas territorialmente, são interligadas a partir de uma instância coordenadora que gere os seus funcionamentos de forma integrada.

Em coerência com o problemático panorama financeiro nacional e local e com a viabilização do projeto de instalação e funcionamento do MMO, foi adotada uma linha de atuação faseada e norteada por prioridades nos planos de intervenção nos núcleos museológicos e na implementação das funções museais, o que facilitou o processo de consolidação das mesmas. Foi definido e aplicado o seguinte lema: implementar uma etapa, consolidá-la e implementar nova etapa... e assim sucessivamente, processo que continua a decorrer.

3. MUSEU E SOCIEDADE



Contextualizado no seu propósito indutor e campo territorial de atuação, deparamo-nos com um museu com dois potenciais grupos de públicos e/ou interlocutores: a comunidade residente e o turista (a pretexto da proximidade com Fátima). Se por um lado, cremos que a relação entre o museu e ambos os grupos é possível e que não deve ser mutuamente exclusiva, por outro lado, as relações entre o museu e cada um destes grupos de atores deve alinhar-se por uma orientação específica, nos propósitos, na forma e nos fins.

Desse modo, consciente de um longo caminho a percorrer pelo MMO e com base no modelo de gestão adotado, importava estabelecer e cumprir rigorosamente um programa que elencasse as prioridades e metodologias de ação (com cronograma), numa lógica de racionalização de recursos e de sucesso dos resultados. Nele ficaria claro que antes que trabalharmos intensamente com as dimensões e potencialidades do «exterior» - o turista -, era necessário implementar e consolidar primeiramente o «interior», a relação com o residente, com o próximo, com a primeira razão de ser do museu.



O serviço cultural e educativo é plural, servindo públicos heterogêneos na idade e no interesse. Mas para que a comunidade intervenha, para que participe num projeto do qual é e faz parte, é fundamental que a atuação do museu se ajuste às suas realidades e expectativas.

Sintonizado com este princípio, o MMO perfila-se como um palco de leituras, interrogações, reflexões sobre as representações da identidade enquanto construção cultural dinâmica. É uma plataforma de reequacionamento permanente, pois só desse modo permite o desenvolvimento da comunidade que o habita. Um museu com o propósito indutor como este só faz sentido quando é habitado e intimamente vivido e por isso perspetiva-se como um instrumento de intervenções construtiva, capaz de envolver a comunidade nas suas dinâmicas.



Para que tal seja possível, a tutela, a direção, o corpo técnico e operacional não devem assumir uma postura de «fechamento» perante as intervenções e observações da comunidade, sem com isso se desviar da missão do Museu. Por um lado, importa não perder o fio do rigor e da exigência, por outro lado, devem ser acautelados riscos de «elitização» dos públicos e das iniciativas.

Em matéria de exposições, o desafio é promover a transição do diálogo dos atores dos palcos da primeira vida dos objetos, enquanto espécimes intervenientes no quotidiano do indivíduo (designados habitualmente como peças etnográficas) para o diálogo entre estes e os bens que com a incorporação no museu também incorporaram uma segunda vida (no museu). Neste campo de ação aplicamos o princípio de produção conjunta (Museu e Comunidade) através da participação dos cidadãos nos processos de programação, produção e dinamização das exposições, em planos devidamente contextualizados, cruzando as variantes da temática, dos acervos e dos atores envolvidos. Cada caso é um caso!

Ilustramos este princípio de participação conjunta através de três exemplos distintos de participações já concretizadas e em curso no âmbito de exposições temporárias no MMO, cujos resultados estão patentes na celebração e no reforço de laços entre pessoas residentes e não residentes, constituindo-se esta estrutura como uma figura de enlace em várias esferas da sociedade.

- Exposição “Faz de Conta”: A programação da exposição Contou com a participação de um grupo restrito de cidadãos com naturalidade e ligação afetiva a Ourém através doação de um acervo de brinquedos e na participação no inventário, com ênfase nas histórias associadas aos bens. Já durante a exposição, foram realizadas oficinas para os públicos mais jovens, numa interação com os mais velhos.

- Exposição Da Casa de Ourém ao Km 110. Partiu de um acervo documental doado pela Casa de Ourém, sediada em Lisboa, ao MMO após o termo desta instituição. Além da doação do acervo, os sócios participaram no inventário, na produção de conteúdos e na realização de dinâmicas complementares, como a rubrica cultural “A Casa à Mesa”.

- Exposição: “Escola da minha vida: O ensino primário entre 1912 e 2013”. Também parte de um acervo já incorporado. Prevê envolver a comunidade estudantil, docente e a

população residente no processo construtivo da exposição e iniciativas afins. Os participantes neste processo coletivo de construção são os alunos atuais e antigos residentes no município através da produção de textos e de ilustrações, bem como a comunidade docente, gerando assim contrapontos de perspetivas e posicionamentos sobre o ensino no primeiro ciclo do ensino básico. Institucionalmente, intervieram como interlocutores privilegiados os Agrupamentos de Escolas.

Os cidadãos intervêm ainda como co-emissores e recetores noutras esferas de ação do MMO, como a educação e ação cultural, a documentação, ou mesmos a conservação. Na ação cultural e educativa identificamos realidades em que assumem uma atitude preponderantemente de recetores (espetáculos, oficinas lúdico-pedagógicas produzidas pelo MMO). As oficinas lúdico-pedagógicas, por exemplo, são regulares e dirigidas aos públicos infanto-juvenis, mediante marcação. Decorrem no MMO, nas escolas e noutros espaços de acolhimento. Noutros casos, intervêm como co-emissores. Mediante um trabalho prévio e personalizado de conhecimento das potencialidades e dos interesses dos interlocutores, estes participam na preparação e na execução de iniciativas para as quais estão desportos e vocacionados.

Nas vertentes de estudo e de outras medidas de promoção do conhecimento do concelho são vários os projetos que visam a interação entre museu e cidadãos. Estão expressos na disponibilização de documentação vária para estudos autónomos; no acolhimento de resultados de pesquisas realizadas por investigadores e na sua disponibilização em suporte papel e/ou digital aos públicos, estabelecendo o MMO novamente a ponte entre cidadãos; mas também na realização de pesquisas e de projetos que envolvam as populações nas suas concretizações, a exemplo do projeto de estudo e tratamento de fotografia antiga “o património pela imagética”, ou de campanhas arqueológicas “férias arqueológicas” que promovem o envolvimento dos públicos para a arqueologia.

Em matéria de conservação, o MMO promove sessões de esclarecimento e oficinas ligadas à importância da salvaguarda dos patrimónios, com uma função essencialmente de sensibilização dos cidadãos para cuidados primários a adotar para a preservação de bens patrimoniais que têm em sua posse, numa espécie de apoio técnico para uma «gestão do património ao domicílio».

Em síntese, reconhecendo que há todo um trabalho a desenvolver pela frente, o MMO perfila-se como um instrumento ao serviço das comunidades, residentes e não residentes, nos seus processos de identificação, seja pela via direta, seja por uma via indireta. Por sua vez, os cidadãos têm um papel fundamental em todo este processo permanente de construção da identidade de Ourém, a que o MMO se propõe apoiar.

BIBLIOGRAFIA

AMES, M. M. (1986) - *Museums, the public and anthropology: A study in the anthropology of anthropology*. New Delhi: Concept Publishing House. UBC.

CAMPAGNOLO, M. O. L.; CAMPAGNOLO, H. (1999 a) - Um Objectivo Educacional a privilegiar: Os interlocutores “Não Escolares” do Museu. *Boletim da Associação Portuguesa de Museologia*. [S.l.: s.n.], Vol. III. Série 1 / 2.

FLORES, J. E. F. (1994) - Álbum da Vila D’Ourém. *Ourém, Três contributos para a sua História*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém.

GUERREIRO, E. Á. C. F. (2003) - *Modernidade, Museu / Público, uma relação intensa*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

HOOPER-GREENHILL, E. (1994) - *Museums and their Visitors*. Londres e Nova York: Routledge.

MATOS, A. P. (2000) - Museus, municípios e colecções etnográficas. *Museus e Museologia em Portugal*. [S.l.]: RDM.

MOUTINHO, M. C. (1989) - Museus e Sociedade. *Cadernos de Património*. Monte Redondo: [s.n.], nº 5.

NEVES, A. S. (2001) - *Memórias Etnográficas do concelho de Ourém*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém.

NEVES, A. S. (2006) – *Panorama patrimonial e museológico de Ourém: De um caso de estudo a uma proposta de programação*. Lisboa: FCSH – UNL. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Património.

ROSSELIN, C. (1993) - De l'object quotidien à l'object-de-musée. *La lettre de L'OCIM*. [S.l.: s.n.], nº 30. Nov/Dez. 22-27.

ROVISCO, M. L. (2000) - Centros Históricos e identidade cultural no contexto da globalização. *Centros Históricos*. [S.l.]: Revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, Santarém, Ano I, II série, nº 5.

URRY, J. (1990) - *The tourist gaze - Leisure and travel in contemporary societies*. Londres: Sage, 10.

VARINE, H. (1992) - Le musée au service de l'homme et du développement. *Vagues - une anthologie de la nouvelle muséologie*. [S.l.]: MNES, Vol. 1.

VARINE, H. (2001) - Ecomuseus, Museus Comunitários, Desenvolvimento Local. *XIII Jornadas sobre a Função Social do Museu*. Alcoutim. Tavira: [s.n.].

LEGISLAÇÃO

- ICOM - Código de Ética Profissional. Buenos Aires - Argentina, 1986.

- GOVERNO DE PORTUGAL - Lei 107/2001 de 8 de Setembro de 2001. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

- GOVERNO DE PORTUGAL - Lei 47/2004 de 19 de Agosto de 2004. Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Mosaico

PATRIMÔNIO: OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO E O PATRIMÔNIO POSSÍVEL!

Marcos Canetta

Professor do curso de Graduação - Direito e serviço Social - Faculdade

Anhanguera - São José - SC

Professor da Pós-Graduação em Gestão de Pessoas da Faculdade

Anhanguera - São José - SC

Professor de Direitos Humanos da Academia da Polícia Civil de Santa

Catarina - ACADEPOL - SC

marcoscaneta@bol.com.br

Patrimônio: olhar sobre o patrimônio e o patrimônio possível!

Marcos Canetta

Historial do artigo:

Recebido a 20 de outubro de 2013

Aceite a 19 de novembro de 2013

RESUMO

O presente texto apresenta reflexões sobre o patrimônio histórico, sobre os povos de culturas negadas e sobre as consequências sócio-político-culturais na vida cotidiana de grupos humanos que tiveram o seu passado modificado pela imersão na escravidão, que dilapidou seus direitos e os colocou no ostracismo da historiografia e nos porões da subserviência física e patrimonial no Brasil. Buscamos discutir o significado de patrimônio e remeter o leitor a diversas reflexões que destoam das análises mais conservadoras. Por conseguinte, deixamos clara a linha filosófica e ideológica que percorremos, na tentativa de desatar os nós que colocam todos os povos sobre a égide do mesmo “fenômeno patrimonial”, em particular em solo nacional, sem discutir a exaltação e a negação do mesmo e de que forma esse patrimônio age no imaginário coletivo das pessoas e das próprias comunidades. Por fim, este trabalho objetiva, de forma simplória e paulatina, retirar dos porões da negação a história de povos e grupos étnicos, em particular os negros, que auxiliaram na construção do país e foram empurrados, pelo progresso e pelo olhar depreciativo do outro, para fora dele. Concomitantemente e de forma ideológica, esses povos foram invisibilizados pela modernidade, no que se refere ao processo de edificação do Estado Brasileiro ao longo dos séculos.

Palavras-Chave: Negação, Patrimônio, História, Cultura, Direitos, Negros, Invisibilidade

ABSTRACT

This paper presents reflections on the historical heritage, about the people of denied cultures and socio-political and cultural consequences in everyday life of human groups that had their past modified by immersion in slavery, which squandered their rights and placed them in ostracism of historiography and in the basements of the physical asset and subservience in Brazil. We discuss the meaning of heritage and refer the reader to several reflections that clash with the more conservative analysis. Therefore, we state a clear philosophical and ideological line travelled in an attempt to untie the knots that put all people under the aegis of the same "heritage phenomenon", particularly on home soil, without discussing the exaltation and the denial of it and how this heritage acts in the collective imagination of the people and the communities themselves. Finally, this work aims, goofing and over time, remove from the basements the denial of history of peoples and ethnic groups, particularly blacks, who assisted in building the country and were pushed, by the progress and the derogatory gaze of the other, out of it. Concurrently and in ideological form, these people

were invisible by modernity, with regard to the Brazilian State-building process over the centuries.

Key-words: Denial, Heritage, History, Culture, Rights, Negros, Invisibility

1. PATRIMÔNIO

O patrimônio público inscreve-se no seio social como um “objeto” de delimitações de poder e de construções de identidades. Ele, por si só, se autorretrata e retém em sua essência, além de suas formas arquitetônicas e geométricas, simbologias e representações de tempo e de época, de povos e de etnias, de sagrado e de profano, de rupturas e de continuidades.

O patrimônio não se estabelece sem uma ideologia, sem uma lógica formal que o edifique, como também não remonta um quadro real de determinado período histórico, pois muitos de seus agentes-construtores se perderam no emaranhado do que foi dito, escrito, publicado e negado em seu tempo de origem.

Os escravos na Grécia, Egito, Brasil e Europa não são retratados nessas construções, como também suas histórias e origens não possuem conexão com o que foi edificado. Há uma blindagem histórico-ideológica que abstrai desses povos tais direitos materiais e imateriais.

Seguindo esse raciocínio, Hochschild, em *Enterrem as correntes*, aponta que:

“esse mundo de servidão parecia a todos o mais normal dos mundos, porque qualquer pessoa que fizesse uma retrospectiva não veria senão outros sistemas escravistas. Os antigos gregos tinham escravos, os romanos, só na Itália, tinham aproximadamente dois ou três milhões deles; os incas e astecas também os tinham; os textos sagrados da maior parte das religiões aceitavam a escravidão como algo normal. Ela existiu antes do dinheiro e da lei escrita”. (Hochschild, 2007: 13).



É sobre esta égide que o patrimônio esconde dentro de si mesmo uma enorme relação de forças que se digladiavam e, ao mesmo tempo, se fundiam por questões de manutenção do *status quo*, lutas de espaços político-geográficos ou por sobrevivência. Sendo assim, o patrimônio é erguido sob as forças da contradição, da negação, da exaltação, da imposição e do devaneio humano.

Seus pilares se fortaleceram na imposição de arquiteturas que, muitas vezes, destoaram e desconstruíram a paisagem local ou impuseram crenças religiosas, regras comportamentais e modos de vida a outrem. Por mais que tenham construído outra paisagem, outro patrimônio; este, em sua maioria, foi forçado na paisagem local e rompeu com os laços afetivos que a população tinha com o anterior.

O patrimônio tornou-se, para alguns, lembranças de um passado; para outros, ainda é o fio indivisível que os separa do seu eu, enquanto ser, e de sua construção histórica, enquanto pertencente a um grupo social. Isso se relaciona ao fato de que, desde o nascimento, todo indivíduo começa a receber a herança cultural que assegura a sua formação, a sua orientação e o seu desenvolvimento de ser social (Morin, 1973: 72).

Os negros vivem este paradoxo no Brasil porque não se vêem e não se reconhecem nesses espaços que parecem ter sido sempre feito pelo e para o outro. Nesse sentido, por uma questão simples de entendimento, o negam.

Por mais contraditório que seja, neste exato momento, mesmo sem saber ou, às vezes, sabendo, negam a sua própria origem e história. Porque, infelizmente, a história dos negros brasileiros está ligada de forma umbilical à tragédia da escravidão, do desrespeito humano e da desconstrução do seu eu, como também à negação de sua identidade e patrimônio cultural. Como nos aponta Funari (2001: 22), os vestígios indígenas, afro-brasileiros e humildes, em geral, são pouco valorizados.

Em As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição, Mário Theodoro diz que: “contudo, influíram nesse processo o nascimento e consolidação de uma visão eurocêntrica e modernizante, na qual, para o negro, não havia, ou havia pouco espaço de existência” (Theodoro, 2008).

Com isso, esses povos passam a ser seres não seres, primeiro porque vagam em um mundo onde são desprezados; segundo, porque desconhecem suas origens e historicidade. Quando a reconhecem, a mesma é cheia de espaços vagos em sua construção, ao tempo que denotam em seu próprio organismo um hiato entre “o que é” com “o que possa ter sido”. A fala de Funari reforça tamanha desvalorização: “A catedral, frequentada pela ‘gente de bem’, deve ser preservada, enquanto a igreja de São Benedito, dos ‘pretos da terra’ não é protegida e é, com frequência, abandonada” (Funari, 2006: 123).

Incertezas e falsas certezas remontam um cenário obscurecido pela mão do invasor que, além de ter invadido vidas, culturas e corpos, destoou do cerne da naturalidade a história do outro que virou um tipo de ser sem “passado”, sem “memória” e, por incrível que pareça, sem “face” no Brasil. Quando essas “faces” emergem dos porões da negação, estão diretamente relacionados à pobreza, à violência e à falta de estrutura socioeducacional; como pode ser observado em algumas propagandas institucionais, nas quais os morros cariocas e alguns países africanos retratam esta imagem negativa e emblemática sobre os negros.



Literalmente um sem “ninguém”, um sem “história”, um sem “árvore genealógica” que possa lhe apontar um rumo, um lugar, uma relação familiar que ultrapasse os limites do agora. Os que conseguem perceber essas *nuances*, ao longo do tempo, sentem-se órfãos, do ponto de vista físico-estrutural.



Este vácuo humano se percebe em comunidades negras das cidades modernas, em particular no Brasil. Tal vazio subtrai do negro sua essência espiritual e orgânica; e quando este se olha no espelho, só consegue ver o seu rosto, mas não percebe mais as faces de seus ancestrais porque, em sua maioria, a história que conhece começa e acaba em sua própria família ou nele mesmo: a escravidão também roubou dele seu passado familiar. Com efeito,

“[...] Podemos entender o patrimônio histórico como mais do que um testemunho do passado. É um retrato do presente, uma expressão das possibilidades políticas dos diversos segmentos sociais, expressas em grande parte pela herança cultural, dos bens que materializam e documenta sua presença, sua marca no fazer histórico da sociedade.” (James, 2010, p. 19).

Conforme Theodoro, em 1890, o governo republicano recém-instituído publica o Decreto nº 528, de 20 de junho, no qual se institui a livre entrada de imigrantes nos portos brasileiros, exceto os indígenas da Ásia ou da África, que só podem ingressar mediante autorização do Congresso Nacional (Theodoro, 2008). Os negros – após os 370 anos de escravidão e subtração do seu eu, enquanto ser; mesmo os que sobreviveram à tragédia da escravidão, que lhes roubou tudo – viram a partir da lei, conforme o Decreto acima, uma forma racista e preconceituosa de impedir a entrada de negros livres no país, na pós-abolição.

Infelizmente este era o prenúncio de dias difíceis para os negros e, ainda, teriam que suportar os duros golpes que sofreriam nos anos seguintes.

Observando e refletindo sobre essas questões, fico a me perguntar: como recuperar o patrimônio material e imaterial das culturas negadas e permitir a chance de construírem uma identidade de “verdade”? Uma identidade que lhes dê autoestima. Que não seja, em particular para os negros, somente a do Pelourinho, da “Macumba”, da Chibata, da Senzala e do Racismo! Porque, quando se olha um afrodescendente, vê-se única e exclusivamente um homem ou uma mulher de cor negra que descende de escravos; este é o único contexto possível de análise de um negro no Brasil. Como remontar uma história e uma identidade sobre um patrimônio que os próprios negros não conhecem ou querem esquecer? Como remontar um patrimônio que nega a ele e a seus descendentes o processo de humanidade? Como reconstruir uma história no campo da construção científico-social, quando a invisibilidade acadêmica e, por conseguinte, as teorias e os padrões de beleza e inteligência importados, que massificaram a sociedade brasileira, não se coadunam com o seu fenótipo? No imaginário ideológico coletivo, o que não é belo, é feio! Nesse sentido, em quase sua totalidade, a feiura também passa a ser um dos “patrimônios” dos negros? A cultura reúne em si duplo capital: por um lado, um capital técnico e cognitivo – de saberes e de saber fazer – que, em princípio, pode ser transmitido a qualquer sociedade, e, por outro lado, um capital específico, que constitui os traços da sua identidade original e alimenta uma comunidade singular em referência aos seus antepassados, os seus mortos, as suas tradições (Morin, 1973: 45).

Em Patrimônio e Turismo, Cardona (apud Dias, 2009) enfatiza que o patrimônio e metamorfose de múltiplos patrimônios – o material e o imaterial – conferem aos povos e às nações a sua identidade e as marcas e características distintivas, sendo isso incondicionalmente fonte de vida e de inspiração. Como referência dinâmica, o patrimônio constitui a matriz insuprimível da memória coletiva dos povos.



Este exercício nos leva de encontro ao muro das respostas em construção; das respostas inacabadas e mal respondidas. O tempo, dessa forma, vai aplicando duros golpes na psique dos negros que, muitas vezes, negam sua própria origem por vergonha ou desconhecimento. Negam que objetivam fazer parte de um grupo que os respeite, os receba em seu interior e os reconheça enquanto gente. Um exemplo disso é a negação de sua raiz religiosa de tronco-africano, assumindo as ideologias religiosas do outro que constantemente reforça a relação da Umbanda e do Candomblé com o demônio, com a maldade, com a bruxaria, com o profano! Devido a isso, acabam exercendo outra identidade cultural, professando a fé de outrem; assumem a conduta dos mesmos que no passado negaram sua

humanidade. Ao atacarem suas raízes culturais, apunham-se publicamente e matam-se culturalmente. Passam a desconsiderar o fato de terem sido, muitas vezes, os seus ancestrais os “arquitetos e obreiros” das referidas obras patrimoniais que sempre estiveram a serviço dos que agora “passam a ser”. A falsa ilusão, iluminando um falso caminho que, novamente, os levará às trincheiras cotidianas da negação, porque, enquanto não houver respostas concretas que permitam possibilidades de reconhecimento e mudança de paradigma, não haverá paz interior e construção de uma nova ótica cultural, patrimonial, econômica e social em que possa estar incluído. Não se transforma “não gente” em gente, num piscar de olhos ou na reconstrução do imaginário coletivo somente.



Por mais que acredite que devemos seguir um plano, um caminho, uma estratégia político-cultural que nos leve paulatinamente à visibilidade e ao reconhecimento de toda a força de trabalho econômico e cultura construída ao longo dos séculos, de forma pública pelos negros, ainda não consigo visualizar esta estrada. Até porque, conforme Cardona, sem o reconhecimento desse legado cultural, dificilmente se desenhará o papel dos “povos de cultura e patrimônio negado” no mundo contemporâneo: antes de mais nada urge conhecer o que fomos e o que somos para se definir as estratégias no presente/futuro da globalização (Cardona apud Dias, 2009: 33). Há, apesar de tudo, o sentimento, difuso, de que o mundo em que vivemos é um mundo em transição para algo ainda indefinido. Uma transição que é marcada, antes de mais, por uma aproximação radical entre os problemas locais e as grandes questões da poupança da água potável até a preservação do patrimônio identitário (Oosterbeek, 2007: 86).

Verifico de forma ainda muito simplória, talvez equivocada, que em alguns lugares o fortalecimento e a visibilidade de alguns patrimônios, significarão, de maneira indireta, a ênfase do poder de uns ou de outros sobre os demais; reafirmando o domínio e a história de alguns grupos étnicos, grupos estes que sobrepõem os que foram calados por séculos, desprovidos de patrimônio reconhecido, do ponto de vista do olhar, do saber e da cientificidade: os excluídos de patrimônio, de herança familiar e de história verdadeira.

Creio que a educação não terá forças para cumprir o papel de instrumento esclarecedor por questões de cunho ideológico, de reprodução do *status quo* e, obviamente,

das relações de poder que permeiam esses espaços públicos. A decisão de construção, conservação e melhora dos espaços de produção do conhecimento passa por uma postura e decisão político-ideológica. As culturas negadas carecem de representação pública e os seus organismos de proteção, infelizmente, ainda percorrem um caminho estreito, muito pouco iluminado.

A possível explosão de consciência, diferentemente dos campos de guerra, ocorre na seara diplomática que se estabelece entre a razão, os interesses individuais, de grupos sociais e da reprodução do capital.

Nesse contexto cheio de construções e desconstruções, o patrimônio segue sua saga, de ser algoz e vítima de uma parte da história, construída sobre seu esqueleto que é formado por barro, pedra, suor e sangue: exaltação e negação! Os paradoxos se confundem e, muitas vezes, pensamos estar preservando, mas, praticamente, estamos reforçando a negação.

Esta relação conflituosa permanece até os dias atuais, o capitalismo e suas novas formas de produção e reprodução desenvolveram técnicas produtivas e de consumo que negam ao cidadão o direito de pensar e perceber o que o rodeia. O lamentável desta visão é que, quando não se percebem as coisas, elas não existem, pelo menos para estes!

Concomitantemente, onde está, quem ele é no meio de uma multidão que corre de um lado para o outro em amontoados modernos que chamamos de transportes coletivos, sem tempo ou chance de pensar e refletir sobre a paisagem, o espaço e o lugar que está inserido? Sendo que muitos destes transportes são subterrâneos e a paisagem, em boa parte do percurso, é a escuridão!



Neste quadro nebuloso de rapidez e imagens compactadas, vão se formando os novos olhares e as percepções modernas que já não reconhecem o patrimônio como algo atrativo. Como um conjunto de possibilidades interpretativas de conhecimento que vai ao ontem para explicar mudanças, contradições e os avanços (?) que nos são colocados como obra máxima do conhecimento humano. A compreensão metafísica da época moderna vê o patrimônio arqueológico como paisagem enquadrada como categoria estética. Esta visão, inclusive, atravessa o pensamento de várias instituições públicas, responsáveis, em tese, pela preservação do patrimônio cultural (Bastos, 2006: 67).

As máquinas, na atualidade, acabam tendo um maior “ibope” e atraem com muito mais facilidade os indivíduos. Uma exposição de carros terá, ressalvadas exceções, muito mais público do que a visita a um sítio arqueológico, independente de sua importância histórica.

As máquinas e o consumismo tomaram corpo no corpus-social e impõem normas e regras de consumo e comportamento que, muitas vezes, nos levam, de forma direta ou

indireta, a aceitar e nos ajustar para sermos vistos, reconhecidos e respeitados. Neste quadro quase invisível se consubstancia a vitória do consumo sobre o consumidor!

Os indivíduos de classes subalternas são os mais atingidos, pois passam uma vida toda a copiar aqueles que os sufocam, por meio dos baixos salários e das formas mais antiquadas de relação de serviço, social e interpessoal.

Presumo que minha linha ideológica fica evidente com as observações acima descritas. Claro que busco analisar o patrimônio histórico material sem nenhum tipo de romantismo; tento exercitar a capacidade de uma análise crítica, sem encharcar estas páginas de lágrimas-denunciativas ou revanchistas pelo fato de ser um intelectual negro.

No entanto, está explícito em meu texto que não vejo o patrimônio material como um espelho que reflete para determinados grupos sociais as suas faces, as suas dores, as suas histórias, as suas tradições e, acima de qualquer coisa, as relações de suas vidas e de seus descendentes com o futuro.

Parece-me que o futuro, do ponto de vista patrimonial, fica em lugar equidistante para determinados grupos sociais no Brasil, em particular para os povos indígenas e negros (quilombolas).

Obviamente que a preservação e a busca da manutenção e alargamento da relação cidadão-patrimônio poderão, ao longo dos anos, criarem algum tipo de comunicação com o que está posto, explicado e contextualizado em nosso tempo. Contudo, ainda é demasiadamente frágil e diminuta esta corrente ideológica no país.

O patrimônio não é algo de todos. Nunca foi e nunca será. Este entendimento também é uma invenção. O olhar que se estabelece sobre o mesmo tem por necessidade de ser um olhar treinado, testado e interpretativo. Nesse sentido, a própria necessidade de sobrevivência do patrimônio exclui, por uma questão básica de entendimento, o olhar despreparado, sem conhecimento e preso às amarras dos mecanismos de alienação de massa que absorve boa parte da sociedade moderna. Implicando um projeto audacioso que possibilite ampliar a relação patrimônio, educação e novos olhares sobre o patrimônio material e imaterial.

Esta observação exemplifica a atual situação cultural dentro do sistema capitalista que desestabiliza, a partir da globalização, as identidades regionais, que impõe uma universalidade uniforme de identidades desconformes de seu meio, como também descaracteriza a forma de vida de elementos desprovidos de percepção e razão, que absorvem e utilizam elementos que desvalorizam a sua própria cultura local, importando regras e normas de vestimentas e comportamentos que o esvaziam, transformando-o numa espécie de outro, desfocado de sua realidade, que por achar inconveniente e discrepante, passa a ser o que não é. “Escravo” da vaidade e de um novo modelo imposto, que vai construindo de forma sutil e ideológica, principalmente no campo visual e do ter, novas necessidades que também são impostas.

No texto *O Espaço no Imaginário Turístico*, Dias coloca que:

“[...] apesar dos ganhos em termos de vida material e de autonomia individual, as formas modernas de relação social também determinaram um afastamento em relação às normas da comunidade e aos padrões de comportamento, substituindo-os por preferências individuais, muitas vezes expressas no mercado de consumo ou nas urnas de voto. Em consequência, o sentido de um lugar torna-se cada vez mais uma espécie de mercado ideológico, com tudo o que isso implica em nível de competição e instabilidade.” (Dias, 2009).

Nessa perspectiva, o patrimônio histórico material nada mais é do que um prédio antigo ou velho que destoa da paisagem moderna, da realidade das novidades e dos atuais empreendimentos que passam a ser o objeto de consumo mais atraente, que garante visibilidade e reconhecimento do ter, que sobrepõe diretamente o ser, a história e a educação patrimonial. Consequentemente, matando identidades e construindo outras em seu lugar – obviamente, identidades consumistas e desprovidas, em sua maioria, de razão-crítica e de visão de futuro, principalmente, ambiental, política e cultural. Vemos, assim, que já se forma outro tipo de cultura na modernidade, uma que somos obrigados a reconhecer: a cultura imediatista e materialista.

Concordo, nesse quadro, com o Professor Dr. Luiz Miguel Oosterbeek (2010), em aula expositiva, no Instituto Tecnológico de Mação, em Portugal, quando diz que as reflexões que atravessam a gestão patrimonial nas últimas duas décadas tendem, contudo, a considerá-lo, a partir da cidadania, como um direito fundamental, reinscrevendo-o como componente da reorganização social, como elemento dinâmico. Em meu ponto de vista, a problemática está na operacionalização desta visão, que me parece inteligente e atrativa, mas, como colocá-la no meio de uma multidão que não consegue perceber o que está a sua volta e se encontra, quase que totalmente, nas mãos dos meios de comunicação de massa, que idolatram o lucro e não reconhecem o patrimônio e a memória das nações? Quero aqui sublinhar principalmente essa situação de povos de culturas negadas, como África, Afeganistão, Palestina, Índia, Haiti, Israel e Irã – talvez os mais emblemáticos para entendermos esta questão.

Este quadro visual é planetário. Ocorre, muitas vezes, em vários lugares ao mesmo tempo. Desse modo, a alienação é algo globalizado e administrado de forma muito competente por aparelhos ideológicos e de poder que se interligam por redes digitais e informatizadas, atingindo cada vez mais os povos de todo o mundo. Nesse sentido, temos uma “linguagem só”, padronizada. O “Império Romano” está dentro de nossas casas e agora é digital.

A juventude, por meio desses mecanismos, sofre um bombardeio de informações que pouco serve, quando servem para alguma coisa. Formam comunidades nacionais e internacionais, através da rede de internet, que modificam comportamentos e “algemam”, de forma quase que imperceptível, os mesmos nos ambientes de seus próprios lares. Esse ambiente vira um misto de lugar para dormir e convívio social, sem precisar sequer sair às ruas. Os encontros, os namoros e as amizades tomaram novas formatações: agora ocorrem em rede digital. A individualidade dá lugar ao individualismo exacerbado, sem compromisso com a coletividade e com a solidariedade.

Vivendo o seu próprio paradoxo, já que o ser humano é unicamente social, este tipo de comportamento abre uma gigantesca lacuna para o início da mutação humana, que já não é física, mas comportamental. Essa mudança transforma a sociedade, as ideias e os saberes. Com isso, o quadro torna-se dramático porque o conhecimento que se tem sobre determinadas coisas toma outra direção e outro significado; sendo assim, o conflito de gerações e visões de mundo passa a ser algo inevitável na atualidade. Não que isso não seja salutar, o que tento explicitar é que esta nova relação sociocultural distanciou em demasia o homem do seu próprio meio natural. Contrariando e negando, ao mesmo tempo, o exercício do processo humanitário, que é a convivência em grupo de afinidade ou grau de parentesco, tendo em vista que um elemento preso em seu próprio lar ou computador não consegue sair do mundo virtual para experimentar as aventuras e os aprendizados do cotidiano da vida real. Até porque a dor, o sofrimento, a decepção e o medo acabam por ser amortizados no mundo virtual já que o mesmo não permite o contato físico e a aproximação corporal, salvo algumas exceções.

Percebo que a relação de amor, felicidade, romantismo e a própria alegria mudaram! Se essa mudança foi para melhor ou pior, somente o amanhã é que poderá nos dar respostas mais concretas. No entanto, o impacto de tal comportamento já é sentido em sociedade. A linguagem é outra e a cosmo visão também.

Neste mundo cheio de novos significados e significâncias é que vamos construindo uma nova sociedade: que despreza o velho e não vê sentido em manter ou recuperar algo que não seja os shoppings ou os Macdonald's. E agora, o que fazer? Como retroagir ao irretroagível? Como trazer o passado para um presente que já está no futuro? Como reconstruir conhecimentos que se perderam no niilismo? Dividiram tanto, compactuaram tanto que hoje poucos sabem conceituar o seu campo de atuação científica.

A Arqueologia está sobre esta ponte, ainda incerta, no que se refere à conceitualização. Possui método e objeto de estudo, mas ainda não acertou o passo em direção às respostas pragmáticas de que a sociedade necessita.

O Professor Dr. Rossano Lopes Bastos (2010), em aula expositiva no Instituto Tecnológico de Mação, em Portugal, disse que tudo é Arqueologia. Se, por ventura, ele estiver correto, não existe história, a mesma perde-se em si.

Esta “confusão” de interpretações acaba por colocar, muitas vezes, em xeque a compreensão da própria sociedade do que é História e do que é Arqueologia. Partindo desse pressuposto, percebo que o patrimônio histórico material ainda passará por muitos desafios, como também por muitos gestores. Para sobreviver às investidas atuais e aos baixos investimentos públicos e privados em preservação patrimonial e cultural, terão que se tornar, paulatinamente, em turismo “cultural” como estratégia de desenvolvimento econômico e para obter recursos para a sua manutenção e preservação. Essa situação irá ultrapassar a relação que deve ter o patrimônio com a educação e a construção do saber coletivo. E agora, seguimos em frente?

As leis construídas em defesa deste patrimônio acabam por não serem suficientes para a garantia de sua preservação como bem cultural de todos, ainda mais levando em consideração que “todos” é um termo muito complexo para essa situação, destoando da realidade das complexidades culturais dos povos. Os negros não são os indígenas e, os indígenas, não são os ciganos. Porém, é visível que todos se enquadram em povos e culturas negadas. Dessa maneira, realmente, há uma igualdade. Mesmo não sendo percebidas pelos seus agentes, que em alguns momentos acabam se “digladiando”, principalmente no mundo das ideias, perpetuando o preconceito e o próprio racismo.



E de negação e exaltação, o patrimônio histórico vai percorrendo o caminho do tempo influenciando alguns, negando outros e se estabelecendo como uma grande interrogação paradoxal, ou seja, ao mesmo tempo em que reforça a identidade de alguns grupos humanos,

atinge diretamente outros grupos que serão impactados socialmente por algo que nada lhes diz. Seguindo essa linha de raciocínio, ou passarão incólumes ou, mais uma vez, se rebelarão ou aceitarão a condição imposta. Uma coisa é certa: o tempo se encarregará de dar as suas respostas.

2. CONCLUSÃO

Este texto não esgota o assunto em questão, como também não nos propomos a tanto. Buscamos, de forma sucinta, desenvolver uma reflexão que ultrapassasse os limites da conceituação de patrimônio, que, mesmo de forma simplória, auxiliasse na construção de novas ideias sobre a negação da história patrimonial de povos de culturas negadas no Brasil, em particular, os descendentes dos povos escravizados e indígenas. Obviamente que este texto está carregado de um olhar que não consegue, ainda, enxergar no patrimônio tradicional e valorizado a história dos negros brasileiros e sua saga desbravadora. Os limites ideológicos foram, talvez, ultrapassados e as mágoas e lamentos transformados em pensamentos profundos sobre o que é ser negro num país racista. Como também vemos que este texto abriu um leque de debate acadêmico, pois alguns pontos reabrem a ferida da negação explícita em que vivem os negros no país na atualidade. O patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, remonta a história dos povos que compuseram a formação clássica deste país. Entretanto, a valorização de algumas culturas que chegaram posteriormente ao território brasileiro possui maior valor do que as que já estavam em solo nacional e as que foram trazidas à força. Falar de patrimônio no Brasil e não reconhecer o valor e a contribuição de índios e negros em sua totalidade, efetivamente, é um desserviço à historiografia e uma desconstrução da autoestima desses povos. Neste sentido, nosso projeto de pesquisa se propõe a debater e a construir uma linha investigativa que possa contribuir com a sociedade brasileira no sentido de possibilitar o conhecimento de sua “verdadeira história” ou mais uma parte dela, a partir de estudos e reflexões que ampliem o olhar sobre o patrimônio material e imaterial dos povos de culturas negadas, em particular de negros e indígenas, protagonistas maiores de uma história que ainda não foi contada em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, R. L. (2007) – *Preservação, arqueologia e representações sociais: uma proposta de arqueologia social para o Brasil*. Erechim: Habilis.
- BASTOS, R. L. (2010) – *Notas de aulas expositivas, debates e seminários*. Mação, Portugal: Instituto da Terra e Memória (ITM).
- DIAS, F. (Org.) (2009) – *O futuro do turismo: território, patrimônio, planejamento*. Portugal: Estratégias criativas.
- FUNARI, P. P.o A. (2001) – Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. *Trabalhos de antropologia e etnologia*. Porto: SPAE, Vol. 41, nº 1-2, p. 23-32.
- FUNARI, P. P.o A. (2006) – *Contradições e esquecimentos nas imagens do passado*. Campinas: Textos didáticos, Vol. 59, p. 15-21.

HOCHSCHILD, A. (2007) – *Enterrem as correntes*. Rio de Janeiro: Record, Tradução de Wanda Brant.

JAMES, W. (2010) – *Uma arqueologia dos desaparecidos: identidades vulneráveis e memórias partidas*. São Paulo: Superintendência do Iphan em São Paulo.

MORIN, E. (1973) – *O paradigma perdido: a natureza humana*. Portugal: Europa América, 5ª ed.

OOSTERBEEK, L. (2007) – *Arqueologia, patrimônio e gestão do território: polêmicas*. Erechim: Habilis.

OOSTERBEEK, L. (2010) – *Notas de aulas expositivas, debates e seminários*. Mação, Portugal: Instituto da Terra e Memória (ITM).

THEODORO, M. (Org.) (2008) – *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2ª ed.

**LEGAME TRA ARCHEOLOGIA E POLITICA: UN ANNO DI
RICERCHE PALETOLOGICHE E DI MOVIMENTI POLITICI
RACCONTATO ATTRAVERSO IL CARTEGGIO TRA ANGELO
MOSSO E FEDERICO HALBHERR.**

Davide Delfino
Câmara Municipal de Abrantes
– Projecto M.I.A.A (Museu Ibérico de Arqueologia e Arte)
Instituto da Terra e Memória
Grupo do Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências da
Universidade de Coimbra (uID73- F.C.T.)
davdelfino@gmail.com

Legame tra archeologia e politica: un anno di ricerche paleontologiche e di movimenti politici raccontato attraverso il carteggio tra Angelo Mosso e Federico Halbherr.

Davide Delfino

Historial do artigo:

Recebido a 21 de novembro de 2013

Aceite a 28 de novembro de 2013

RESUMO

No início do séc. XX, o fisiólogo Angelo Mosso (Turin 1846 - Turin 1910), nomeado senador do reino no ano de 1904, depois de ter estudado ossos humanos antigos de escavações arqueológicas, principiou a se interessar pela arqueologia e em 1906 visitou os trabalhos de campo de Federico Halbherr em Festos (Creta). Foi naquela ocasião que entre os dois nasceu uma estrita relação científica, política e de amizade: isso é visível em numerosas trocas de cartas. Uma selecção destas 16 cartas inéditas, relativas ao ano de 1908, foi recentemente vista e estudada: é de particular importância porque trata de pormenores até hoje desconhecidos sobre assuntos que ainda apresentam lados obscuros: o nascimento da Escola Arqueológica Italiana, em Atenas, o debate sobre o futuro da Missão Arqueológica Italiana em Creta e as primeiras investigações de Mosso na região de Puglia.

Aliás, é particularmente curiosa a segunda metade do material, onde Mosso informa o Halbherr sobre os progressos na escrita de alguns dos seus livros sobre o Neolítico no Mediterrâneo: dois livros, dos quais o segundo permaneceu incompleto e inédito por causa do falecimento de Mosso. A partir da análise de algumas cartas é possível obter informações quer sobre a possível estrutura do segundo livro, quer sobre o material arqueológico visionado por Mosso na escrita do livro, e hoje desaparecido.

Palavras-Chave: Angelo Mosso, Federico Halbherr, Scuola Italiana di Atene, Política, Arqueologia.

ABSTRACT

At the beginning of the XX century, physiologist Angelo Mosso (Turin 1846 - Turin 1910), named Senator of the Kingdom in 1904, after a study of ancient human bones from archaeological excavations, became interested in archaeology and in 1906 visited the field work of Federico Halbherr in Phaistos (Crete). In this time between the two men was born strict scientific, political and friendly relationship: this is visible in numerous exchanges of letters. A selection of these, 16 unpublished letters relating to the year 1908, has recently been envisioned and studied: it is of particular importance as this is so far unknown individuals on matters that still have dark sides: the institution process of the Italian Archaeological School

in Athens, the debate on the future of the Italian Archaeological Mission in Crete and the first investigations of Mosso in the region of Puglia.

Also, has particular curiosity the second half the material, where Mosso report to Halbherr a progress in writ some books on the Neolithic in the Mediterranean: two books of which the latter remained incomplete and unreleased for the death of Mosso. From the examination of some letters is possible to obtain information both on the structure of the second book, either on archaeological material envisioned by Mosso in drafting of the book, and has since disappeared.

Key-words: Angelo Mosso, Federico Halbherr, Italian School in Athens, Polity, Archaeology.

1. INTRODUZIONE

Il 1908 si può definire un anno fondamentale sia per la Missione Archeologica Italiana a Creta che per gli studi di Mosso sull' arrivo del neolitico in Italia.

La Missione Archeologica a Creta era nata sotto la spinta dell' epigrafista Federico Halbherr negli anni che seguirono la sommossa degli isolani del 1897 contro il governo Ottomano: le maggiori potenze navali europee, Francia, Inghilterra Italia e Russia, risolsero la questione con l'invio di una flotta internazionale, in quanto la crisi minava i loro interessi nel Mediterraneo. Così nel 1898 Creta fu sottoposta ad un' amministrazione internazionale decennale e divisa in quattro settori, gestiti ciascuno da una di queste potenze. L' Italia, come del resto Francia e Inghilterra fecero con un po' più di solerzia, diede il via ad una missione archeologica nel territorio di sua competenza, anche se Halbherr dovette faticare non poco per convincere il Governo a finanziarla, iniziando con Luigi Pernier come collaboratore gli scavi di Festos e con la collaborazione di Roberto Paribeni quelli ad Hagia Triada. Quando, nel 1908, stava per scadere il decennio di amministrazione internazionale e si doveva decidere se Creta sarebbe diventata indipendente o unita alla Grecia, si poneva anche il problema del futuro della Missione Archeologica Italiana, in quanto essa era legata alla permanenza dell' amministrazione italiana. L'iniziativa di dare continuità alla Missione fu di Halbherr e per questo spinse sia su Luigi Pigorini, che era il Direttore della Scuola Archeologica di Roma e dalla quale dipendeva la Missione a Creta, sia su alcune sue conoscenze politiche, tra le quali l'on. Carlo Galli e il sen. A. Mosso (Figura 1). Relative a quest'ultima conoscenza, sono parte delle lettere esaminate nel presente lavoro, che denotano il legame dell'archeologo/epigrafista Halbherr che chiede appoggio al politico Mosso.

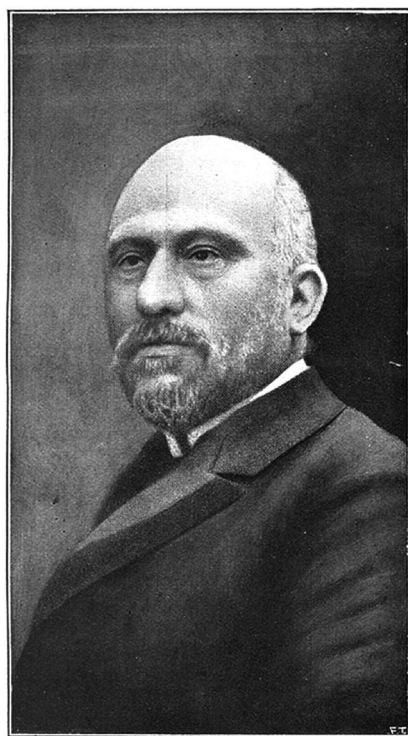


Figura 1: Angelo Mosso (Torino 1846- Torino 1910)

L'idea della fondazione di un istituto permanente italiano in Grecia venne in mente ad Halbherr (Figura 2) fin dal 1883, per non restare indietro rispetto ad altre nazioni come Inghilterra, Germania, Stati Uniti e Francia che stavano già fondando proprie Scuole Archeologiche ad Atene (Petriccioli, 1990: 69); la questione restò in sospeso per molti anni, soprattutto a causa della nascita e dei successi della Missione a Creta¹ (figura 3) e solo nel 1907 si ritornò a discuterne. Brevemente², si arrivò al 1908 con la ferma intenzione di fondarla, ma con due opposti schieramenti nel mondo dell'archeologia italiana riguardo a come doveva essere strutturata: siccome gli studenti al terzo anno della Scuola Archeologica di Roma avevano l'obbligo di passare in Grecia un periodo di studi, si ipotizzò di fondarla come punto di soggiorno di proprietà italiana e, in questo modo, forse si tentò da parte della Scuola di Roma di farvi deviare fondi dalla Missione a Creta; dal lato opposto Halbherr cercò di riaffermare la priorità degli scavi a Creta e sostenne l'idea di creare ad Atene un organo indipendente da Roma sotto la direzione di un giovane che garantisse però il ruolo della nuova istituzione come subordinato alla Missione a Creta: questo giovane doveva essere il Pernier (*ibid.*: 74-75). Proprio questa diversità di vedute creerà i dibattiti dei quali seguiremo le vicende nelle lettere qui presentate, dove si possono riscoprire reti di conoscenze tra studiosi e politici dell'Italia "dei notabili", e rallenterà l'istituzione della Scuola di Atene, che avverrà solo nel giugno del 1909 e sarà inaugurata il 4 Aprile 1910 (La Rosa, 2001) (Figura 4). Le dinamiche legate alla formazione della Scuola rimangono però un problema ancora per certi versi aperto: per esempio non sono chiari né alcuni tempi del dibattito occorso nel mondo politico e culturale del tempo, né il ruolo di certi protagonisti di tale disputa.

¹ A detta di Beschi in PETRICCIOLI 1990: 70

² Per maggiori dettagli sugli sviluppi vedi *Ibid.*: 70-71



Figura 2: Federico Halbherr (Rovereto 1857- Roma 1930)



Figura 3: Il teatro greco di Festos con Federico Halbherr al lavoro sulle epigrafi greche



Figura 4: Edificio dove fu installata la Scuola Archeologica Italiana ad Atene (S.A.I.A.) nel 1910 (<http://www.scuoladiatene.it>)

Un altro argomento trattato nelle lettere riguarda le ricerche condotte da Mosso in Italia Meridionale, iniziate in Sicilia a Caldare e al Cannatello nel 1907. Questo aspetto denota un legame che parte dal politico che si diletta di archeologia, il quale chiede appoggio scientifico all'archeologo/epigrafista Halbherr. La finalità di questi lavori sul campo era l'individuazione dell'origine del neolitico in Italia attraverso lo studio della cultura neolitica nell'Italia meridionale. Dopo le campagne in terra di Sicilia, il 1908 è l'anno della presa di visione del territorio pugliese e lucano, soprattutto attraverso la visita dei maggiori siti neolitici allora in corso di scavo, e dei primi lavori sul campo: Quintino Quagliati che fin dal 1900 scoprì il villaggio dell'età del Bronzo allo Scoglio del Tonno presso Taranto, accompagnò il Mosso in questi sopralluoghi e nei saggi di scavo a Matera e al Pulo di Molfetta. Ad orientarlo dalla Sicilia verso la Puglia fu l'incarico che ricevette da L. Pigorini per lo studio del materiale protostorico del sito di Coppa Nevigata (Vagnetti, Bettelli, 2005), e l'interesse per il materiale egeo che veniva via via alla luce fu tale che il Mosso per altri due anni condusse sopralluoghi e scavi nel corso dei quali, tra il resto, scavò ancora il sito di Coppa Nevigata (1909), scoprì il dolmen di Bisceglie (1910) e il villaggio di Monteverde (1910) vicino a Terlizzi, nell'ambito di una vasta ricognizione sul territorio (Mosso, Samarelli, 1910). L'idea che Mosso si fece, fin dal 1908, era che le culture del neolitico italiano avessero avuto la loro origine in Egeo; i risultati della campagna del 1908 non fecero altro che rafforzare in lui questa idea. Nelle lettere oggetto di questo studio, che stabiliscono un preciso calendario delle ricerche in Puglia e Basilicata, si capisce chiaramente che dopo aver visto il materiale neolitico a Festos, egli credette di potervi confrontare la ceramica dei siti neolitici siciliani e pugliesi; sono inoltre visibili le indicazioni che ricevette da Halbherr sui confronti tra materiale neolitico italiano ed egeo, ma in particolar modo si ha una chiara descrizione dell'evolversi di queste ricerche in Puglia, sia da un punto di vista puramente cronologico, sia sotto il profilo dello sviluppo delle ipotesi nell'arco del periodo di studio.

1.1. La figura di Angelo Mosso: fisiologo e paleontologo.

Nato a Torino il 30 Maggio 1846, Angelo Mosso visse l'infanzia a Chieri e grazie ad una piccola borsa compì gli studi liceali ad Asti e poi a Cuneo. Durante gli studi alla Facoltà di

Medicina all'Università di Torino ricevette aiuti sia dallo zoologo e anatomo-comparato Filippo De Filippi, oltre che dal botanico Giuseppe Moris. Ebbe un incarico di insegnamento di Scienze Naturali al Liceo di Chieri, lavoro che gli permise di continuare gli studi. Si laureò in Medicina il 25 luglio del 1870 con una tesi sull'accrescimento delle ossa premiata col massimo dei voti e la dignità di stampa. Consigliato da Luigi Pagliani di seguire la strada della Fisiologia, si appoggiò a Jakob Moleschott che gli fece avere nel 1871 un posto per il perfezionamento in Fisiologia all'Istituto di Fisiologia della Scuola Superiore a Firenze. Dopo due anni, vinta una borsa di studio si trasferì a Lipsia nel laboratorio di Carl Ludwig e durante questa esperienza apprese la tecnica del metodo grafico, che portò in Italia, e produsse le sue prime pubblicazioni di carattere fisiologico, destinate a divenire numerosissime; la sua situazione economica fu risolta nel 1875 dal Moleschott che gli procurò il conferimento, da parte del Ministero, dell'insegnamento di Materia Medica all'Università di Torino, dove l'anno dopo divenne ordinario. Iniziò ad interessarsi agli studi sulla fisiologia in alta quota, tanto che fu sul Monviso con Quintino Sella e nel 1892 sul Monte Bianco per studiare il comportamento del corpo umano in condizioni estreme. Nel 1878, quando il Moleschott si trasferì all'Università di Roma, Mosso assunse l'ordinariato della cattedra di Fisiologia. Fondò l'importante rivista scientifica "Archives Italiennes de biologie" nel 1886 con sede a Genova e nel 1895 la regina Margherita, appassionata di scienza e amante dell'alpinismo, gli propose di fondare un osservatorio di montagna per lo studio della meteorologia, della fisica e della geofisica: da questa proposta nacque nel 1902 l'osservatorio "Regina Margherita" alla Punta Gnifetti sul Monte Rosa. Nel 1900 soggiornò in Liguria per uno studio sulla respirazione umana nelle gallerie della nuova linea ferroviaria Genova-Novi Ligure, lavoro commissionatogli dal Ministero dei lavori Pubblici. Fu nominato senatore nel 1904 e subito dopo venne improvvisamente colpito da una malattia al midollo spinale, che ne compromise la salute. Nonostante ciò, Mosso era ancora in grado nel 1907 di salire al Col d'Olen (2990 mt.) per assistere assieme alla regina madre Margherita di Savoia all'inaugurazione del nuovo laboratorio d'alta quota che prese il nome di "Laboratorio Angelo Mosso". La malattia lo costrinse comunque a lasciare la sua consueta occupazione e fu in quell'occasione che, seguendo i consigli dei medici di non lavorare in ambienti chiusi ma vivere il più possibile all'aria aperta, preferibilmente in climi caldi e secchi, Mosso ebbe l'occasione di avvicinarsi allo studio della paleontologia. Avendo già avuto un approccio con questa disciplina studiando crani umani antichi e alla quale era predisposto grazie alla sua formazione naturalistico-positivista, decise così di dedicarsi pienamente a questo campo di studi, dopo aver avuto lunghi rapporti con studiosi della materia conosciuti sicuramente da qualche tempo³. Il dedicarsi alla paleontologia gli permetteva di seguire i consigli medici ma nello stesso tempo di continuare a occuparsi ancora in parte di fisiologia, tramite lo studio di ossa e crani umani provenienti dagli scavi. Fu in occasione dell'approccio alla paleontologia che iniziò una vera e propria amicizia con l'epigrafista Federico Halbherr; lo stesso Mosso racconta all'inizio della sua prima pubblicazione di un certo spessore a carattere paleontologico intitolata "Escursioni nel Mediterraneo e gli scavi di Creta", quale fu il motivo che lo spinse a visitare gli scavi di Halbherr a Creta e quindi a conoscerlo successivamente: "... Mentre studiavo i crani etruschi e del foro romano incontrai il sig. Duncan Mackenzie⁴ che veniva da Creta dopo aver aiutato Arturo Evans nello scavo di Cnosso⁵. Mi raccontò di una trincea fatta su un'altura dove avevano ritrovato un'abitazione e dei resti umani risalenti a 12.000 anni prima di Cristo. Mi innamorai subito di tali ricerche e mi venne il desiderio di tentare se con la Missione Italiana di Creta avessi potuto vedere queste tracce dell'uomo antico..." (Mosso, 1907: 1). Da quello che dice ancora nel suo libro, si capisce che fece prima un'escursione in Sicilia per visitare il sito di Stentinello scavato da Paolo Orsi dove lo studioso roveretano aveva scoperto ceramica simile a

³ Tra questi probabilmente Arturo Issel

⁴ Duncan Mackenzie (Aultgowrie 1861-Pesaro 1934) assistente di Evans negli scavi di Cnosso e poi direttore sul campo dei medesimi: MOMIGLIANO 2002

⁵ Il Mackenzie in quegli anni era solito stare a Creta 5 o 6 settimane all'anno per seguire lo scavo, mentre soggiornava per il resto del tempo a Roma (MOMIGLIANO 2002: 289, nota 97)

quella trovata a Cnosso da Evans (Mosso, 1907: 3). In qualità di membro dell'Accademia delle Scienze di Torino, che assieme a quella di Napoli era stata fino al 1904 tra i maggiori finanziatori privati della Missione Archeologica Italiana a Creta (Leonardi, Bonario, 2000: 117), ebbe probabilmente facile accesso al lavoro di Halbherr nell'ambito della Missione Italiana a Creta, dove si recò a visitare gli scavi di Festòs e Haghia Triada nel Maggio 1906 (Mosso, 1907: 69): durante il soggiorno nell'isola il collaboratore di Halbherr, Luigi Pernier, gli affidò lo scavo e la pubblicazione dei livelli neolitici sottostanti il palazzo di Festòs (Vagnetti, Bettelli, 2005: 289). A seguito di questa esperienza Mosso scrisse nel 1907 il volume, già citato, *"Escursioni nel mediterraneo e gli scavi di Creta"* che ebbe un notevole successo, anche all'estero, continuando così una discreta serie di pubblicazioni a carattere paleontologico iniziata nel 1906 con alcuni contributi inerenti lo studio dei crani etruschi (Mosso 1906); molti dei suoi scritti erano dedicati ad un aspetto particolare, quasi precoce per i tempi: l'uso delle scienze naturali applicate allo studio dei reperti paleontologici, in particolare le ossa e i metalli⁶. Tra il 1907 e il 1910 condusse una serie di campagne archeologiche su siti dell'Italia meridionale d'interesse per lo studio del Neolitico: questo periodo fu inaugurato dall'affidamento dello scavo del Cannatello in Sicilia da parte di L. Pigorini del quale si era conquistato la fiducia. L'aver avuto visione del materiale preistorico a Creta e di quello Neolitico in Italia, fece nascere in lui il desiderio di approfondire il problema del rapporto tra Egeo e Italia nei momenti antecedenti le età dei metalli: egli condurrà le sue ricerche con la finalità di chiarire le dinamiche di un possibile arrivo del Neolitico in Italia tramite gente Egea, affidandosi all'amico Halbherr per aver i suoi consigli non tanto di specialista paleontologo, quanto piuttosto di esperto in materiali egei antichi. Come vedremo dalle lettere del carteggio, l'amicizia tra Mosso e lo studioso roveretano portò ad entrambi molti vantaggi: al primo oltre alla possibilità di visitare, ma anche di "vivere" gli scavi che si stavano conducendo a Creta, fruttò l'opportunità di avere sempre uno specialista di riferimento per le sue ricerche, mentre ad Halbherr il rapporto personale con un senatore del Regno quale era Mosso portò un notevole appoggio politico in un momento nel quale, nell'ambito dell'istituzione della Scuola Archeologica Italiana di Atene, si stava cercando di creare un'istituzione nuova ed autonoma dalla Scuola Archeologica di Roma e di insediarvi il Pernier come direttore.

Nel 1909, il Mosso scrisse un compendio per illustrare i risultati delle sue ricerche, intitolandolo *"Le origini della civiltà mediterranea"*, pubblicato poi nel 1910, che venne dedicato proprio all'amico e maestro Federico Halbherr; accarezzò inoltre il progetto di pubblicare i risultati delle sue ricerche in una raccolta di tre volumi dal titolo *"Preistoria"* (Mosso, 1910), dei quali aveva già scritto i primi due⁷ ma la morte lo colse a Torino il 24 novembre 1910 quando stava concludendo la stesura del terzo intitolato *"Gli italiani dall'età della pietra alle prime colonie greche"*.

2. LE LETTERE DEL CARTEGGIO MOSSO-HALBHERR. UN ARCHEOLOGO IN CERCA DI APPOGGIO POLITICO, UN POLITICO IN CERCA DI APPOGGIO SCIENTIFICO

Il materiale del carteggio preso in esame e conservato nell'inventario delle carte di Federico Halbherr all'Accademia Roveretana degli Agiati comprende 15 lettere e una cartolina postale scritte prevalentemente nel 1908 (solo una lettera è del 1910).

⁶ Per la bibliografia completa di Angelo Mosso si possono consultare i necrologi che scrissero in sua memoria Luigi Pigorini nel *Bullettino di Paleontologia Italiana* del 1910 N.° XXXV, serie IV, tomo V, p.202 e Lucio Mariani in *Ausonia* V, 1910, pp. 83-86

⁷ Ovvero *"Escursioni nel mediterraneo e gli scavi di Creta"* e *"Le origini della civiltà mediterranea"*

Nella prima, breve lettera scritta il 28 febbraio 1908 emergono due dei tre argomenti che saranno protagonisti del carteggio: il problema della Scuola di Atene e le ricerche di Mosso nel sud Italia. Partendo dal primo, emerge subito come Mosso si faccia portavoce e patrocinatore di Halbherr soprattutto esercitando la sua influenza di senatore sul Ministero dell' Istruzione. Nel 1908 lo studioso roveretano si dà molto da fare per ottenere quei finanziamenti che permetterebbero alla Missione a Creta di continuare ad esistere; ne ottiene oltre che dai Ministeri degli Esteri e della Pubblica Istruzione, anche da varie Accademie⁸ per 5000 lire, ma a febbraio torna a sollecitare *un altro piccolo aiuto senza il quale non si potrebbe ormai il regolare funzionamento della Missione* (Petriccioli, 1990: 40). Questo "piccolo aiuto" probabilmente è una parte del fondo Gautieri: infatti nella lettera 1, che data appunto al febbraio 1908, si parla dello stanziamento di finanziamenti per la ricerca da prelevare dal fondo Gautieri, decisione di competenza dell' allora Ministro alla Pubblica Istruzione Rava, il quale, come traspare, ha già ricevuto richieste importanti per l'assegnazione di 950 lire provenienti da questo fondo: tale lascito era stato già fonte di finanziamento per la nascita della Missione Archeologica Italiana a Creta nel 1899 (Bandini, 2000: 152, nota 12). Il Mosso si affretta ad esortare Halbherr a non farsi bruciare sul tempo dall'allora Direttore Generale alle Belle Arti C. Ricci⁹ nella domanda di assegnazione del fondo: va detto che quest'ultimo si era prodigato ad informarsi su quali finanziamenti potevano essere necessari per la creazione della Scuola di Atene; avendo avute informazioni sui fondi che venivano stanziati per l'Istituto Germanico di Atene, fece le sue conclusioni informando il Ministro Rava che il finanziamento per la Scuola Italiana poteva essere di gran lunga inferiore: previsione riduttiva che escludeva a priori ogni progetto di ricerca (Petriccioli, 1990: 71-72) e che forse lo indusse a chiedere dal fondo Gautieri denaro per una missione in Eritrea come si evince dalla lettera, non pensando di sottrarre stanziamenti necessari all'istituzione della Scuola di Atene. In questo frangente il Mosso non si rivolge solo al ministro Rava, ma interpella Felice Canevaro¹⁰ e Nicolò Papadopoli Aldobrandini. Il primo, all' epoca già senatore ed ex ministro della Marina e degli Esteri, fu comandante delle forze navali alleate¹¹ intervenute nella crisi di Creta del 1898 e in quel frangente acquistò un notevole prestigio tra i governi alleati e tra i locali; proprio questa sua figura è utile ad esercitare una pressione per far mantenere la Missione Archeologica Italiana di Creta, probabilmente facendola apparire anche come ben voluta dalla popolazione, forse per la funzione che poteva avere nel riportare la tranquillità sull'isola in quegli anni così travagliati e nel mantenervi l'influenza italiana¹². Il secondo personaggio interpellato, il Papadopoli¹³, numismatico, deputato alla camera e poi senatore dal 1891 fino al 1905, è anch'egli una persona di notevole influenza politica, con una passione per le cose antiche, ma è soprattutto membro dell'Istituto Veneto, istituzione che ha finanziato la Missione a Creta fin dai primi anni¹⁴ e che proprio nel 1908 contribuisce al rifinanziamento assieme all'Accademia di Torino e ai Lincei (*ibid.*: 40). Halbherr riesce a rimediare questi finanziamenti dal fondo Gautieri, probabilmente grazie a Mosso, come traspare a metà lettera, dove questi indica allo studioso roveretano che basta scrivere personalmente a Rava per ottenerli, sicuramente che dopo i contatti presi per lui.

⁸ Tra le quali quella della Scienze di Torino

⁹ Corrado Ricci (1858-1934), noto storico dell'arte e direttore delle Belle Arti e delle Antichità di Roma; fondò anche l'Istituto di Archeologia e Storia dell' Arte

¹⁰ Felice Napoleone Canevaro (Lima 1838-Venezia 1926); fu vice ammiraglio, senatore dal 1896, comandante della forza navale alleata a Creta nel 1898, e ricoprì cariche politiche importanti. Fu membro di diverse commissioni parlamentari.

¹¹ Le nazioni alleate che inviarono navi da guerra per tranquillizzare la situazione di Creta, ribellatasi al governo Ottomano, furono Inghilterra, Francia, Russia e Italia.

¹² Già quando si stava cercando di istituirla, la Missione a Creta venne interpretata da molti, tra cui il Ricci, come uno strumento alternativo ad una spedizione militare per affermare l'influenza italiana all'estero "*perchè d'esito più certo e d'influenza più duratura e benefica della civiltà imposta a colpi di cannone*" (PETRICCIOLI 1990: 17)

¹³ Nicolò Papadopoli Aldobrandini (1841-1922), fu politico e numismatico.

¹⁴ L'Istituto Veneto finanziò la Missione per mandarvi il Gerola a studiarvi le testimonianze veneziane a Creta.

Mosso termina il documento dicendo che si recherà a Napoli per fotografare dei vasi micenei, poi sarà a Taranto. Nella dinamica delle ricerche che sta effettuando, queste due tappe sono fondamentali: avendo già in progetto il suo secondo libro intitolato " *Origini della civiltà mediterranea*" egli intende recarsi a Napoli in quanto, parlando della sua teoria dell'influenza egea sulle culture neolitiche italiane, vuole dedicare un capitolo del suo libro ai vasi micenei in Italia ed inizia proprio dalla città partenopea un giro di documentazione di questi reperti ceramici sparsi per i musei e le collezioni della penisola. Come da programma si reca poi a Taranto, dove Quintino Quagliati scavò lo Scoglio del Tonno otto anni prima e da qui inizia il giro di ricerche sul campo e nei musei, volte a comprendere le dinamiche dell'arrivo del Neolitico in Italia e la sua eventuale provenienza dall' Egeo. A Napoli e a Taranto è accompagnato da Stavros Ghialerakis¹⁵ " *parto con Stavro per Napoli*" che conobbe nel suo primo viaggio a Creta nel 1906 e che lo seguirà fedelmente in quasi tutte le sue ricerche in Italia.

Dalla lettera 2 del carteggio, scritta a Taranto il 28 marzo 1908, apprendiamo che, quanto ai movimenti per favorire gli interessi di Halbherr e la Missione a Creta, Mosso continua a far da intermediario discreto con il mondo politico, avendo cura solo di preparare al roveretano il terreno nei palazzi della politica, ed esortandolo nel contempo a muoversi egli in prima persona verso chi lo possa favorire; a questo proposito nella presente lettera il Mosso chiede ad Halbherr di far recapitare un biglietto, che evidentemente è accompagnato dalla missiva in esame, al conte Roberto Biscaretti in Senato. È possibile che Halbherr sia a Roma e forse Mosso gli crea l'occasione di un incontro con il Biscaretti¹⁶: costui non sembra figurare come un appassionato di antichità, ma probabilmente fa parte di quella rete di personaggi di spicco interpellati dal Mosso per appoggiare i progetti di Halbherr, proprio per la sua posizione politica. A proposito del rapporto col Biscaretti, c'è una lettera, sempre conservata nelle carte Halbherr, che costui scrive a Mosso il 22 marzo 1908¹⁷, nella quale dichiara molta disponibilità per la questione posta da quest'ultimo, probabilmente inerente al problema del finanziamento per l' istituzione Scuola di Atene, rispondendo che si premurerà di spingere in favore delle raccomandazioni ricevute quando in Senato si discuterà la proposta di legge in merito: questa è fonte di preoccupazione da parte di Halbherr, poichè teme che così si voglia stornare fondi dalle Missioni nel Levante, tant'è vero che chiederà anche al suo maestro Comparetti di essere presente alla discussione¹⁸. Va ricordato come quest'ultimo sia in fondo il vero stratega delle manovre che si stanno muovendo per favorire la continuazione della Missione a Creta e l'istituzione di una Scuola Archeologica Italiana ad Atene come "pied à terre" di quest'ultima, manovre nelle quali il Mosso ha un ruolo importante ma non di vertice.

Per quanto riguarda l'attività di ricerca del Mosso, dalla lettera 2 si apprende che inizia il suo giro per i siti di interesse neolitico della Basilicata e poi della Puglia; da un punto di vista di storia delle ricerche è interessante riuscire a ricostruire i suoi spostamenti nel corso della campagna di studi del 1908, proprio per legare cronologicamente gli eventi e le scoperte che già si conoscono, ma che forse necessitano di un quadro più preciso sulla loro successione cronologica. Qui parla direttamente anche di Stavros Ghialerakis che lo sta accompagnando nella visita a Matera fatta il 29 marzo. Il giorno stesso Mosso scrive un'altra breve lettera (lettera 3) ad Halbherr per informarlo di come è andato il sopralluogo: egli non può restare a Matera per più di tre giorni a causa del freddo e del clima avverso incontrato . Il fatto che legghi questa costrizione ad un breve soggiorno al freddo intenso delle montagne della Lucania, può forse far pensare a problemi di salute legati alla malattia che lo affligge e non gli permette di

¹⁵ Stavros Ghialerakis fu direttamente segnalato da Halbherr a Mosso come persona fidata.

¹⁶ Conte Roberto Biscaretti di Ruffa; concittadino di Mosso, fu senatore dal 1905. Membro di diverse commissioni in senato.

¹⁷ Scritta a Roma il 22/03/1908 su carta intestata del Senato del Regno; non viene riportata nel presente lavoro in quanto non fa direttamente parte del carteggio tra Mosso ed Halbherr.

¹⁸ PETRICCIOLI 1990: 75

rimanere a lungo in un clima così rigido. Questa puntata a Matera è finalizzata sia ad avere materiale neolitico da studiare, che a rintracciare fra i ritrovamenti degli scavi in corso qualche prova dell'arrivo di navigatori egei approdati in Italia Meridionale prima dell'età del Bronzo. La visita è fatta in compagnia di due illustri personaggi: uno, che non ha bisogno di presentazioni, è Quintino Quagliati¹⁹, che da lungo tempo conduce scavi in Puglia e che per primo ha avuto esperienza diretta con il materiale egeo; sta in questo frangente accompagnando Mosso in qualità di Soprintendente alle Antichità a Taranto²⁰, dandogli nel contempo anche un probabile "sostegno scientifico". Sull'altro accompagnatore nell'escursione a Matera, il conte d'Ayala, non si conoscono esattamente i motivi della sua presenza accanto a Mosso e Quagliati.

Infine egli non scorda di tenere ferma l'attenzione sul problema della missione archeologica a Creta, avvisando Halbherr che gli manderà una lettera ricevuta da Biscaretti: si parla della lettera citata in precedenza che, come abbiamo già visto, contiene la risposta affermativa alla richiesta di un appoggio in Senato in merito alla votazione sulla proposta di legge riguardante la Scuola di Atene.

Ritornando a Quagliati, egli è quasi sempre presente accanto a Mosso in questa serie di sopralluoghi in Puglia e Basilicata, come traspare da un'altra lettera indirizzata ad Halbherr (lettera 4), la quale non è datata, ma che per il contenuto, deve essere stata scritta nella primavera del 1908, quando Mosso è appunto in Puglia per le sue ricerche, in compagnia di Quagliati; la lettera infatti ha anche un brano aggiunto da quest'ultimo con un messaggio di stima nei confronti di Halbherr, nel quale traspare il rapporto decisamente cordiale tra lui e il roveretano, soprattutto perché approfitta della lettera di Mosso per scrivergli egli stesso poche righe di saluto. Nella missiva Mosso esordisce ringraziando Halbherr per delle congratulazioni ricevute, ma non dice per che cosa: può trattarsi di qualche significativa scoperta fatta scavando vicino a Matera? Forse l'ipotesi più probabile è che si congratuli per il libro "*Escursioni nel Mediterraneo e gli scavi di Creta*"; sicuramente Mosso ne avrà inviato una copia a chi gli permise di avere l'occasione di scriverlo, ed essendo stato pubblicato nel 1907, è possibile che nei primi mesi del 1908 Halbherr lo avesse appena ricevuto. Se si tratta del libro, non devono sorprendere le congratulazioni in quanto l'opera ebbe un notevole successo soprattutto all'estero dove fu tradotto in lingua inglese²¹.

Il Mosso passa poi al problema della Missione di Creta e della Scuola di Atene, citando una risposta avuta da Felice Canevaro, probabilmente in merito alla lettera che il Mosso gli spedì a febbraio²², dove gli chiedeva un suo intervento favorevole alla linea di Halbherr sulla Scuola di Atene. La risposta del Canevaro probabilmente è positiva, ma fa sapere che non può essere a Roma, di conseguenza Mosso informa il roveretano che ha chiesto al senatore Candiani di incaricarsi della proposta da fare all'aula di Palazzo Madama. Questo ci dice molto sulla rete di appoggi che Mosso ha costruito soprattutto in Senato in favore del progetto di Halbherr (e di Comparetti) sulla Scuola di Atene.

Per quanto riguarda i sopralluoghi fatti da Mosso assieme al Quagliati, si capisce che essi sono fatti seguendo dove è possibile preferibilmente gli scavi in corso. Nella lettera, che purtroppo non è datata, si apprende che lo studioso sta lavorando ad una tomba non meglio definita sita presso Crispiano²³, un centro abitato nelle Murge a 15 chilometri circa a nord di Taranto. L'attenzione particolare alle necropoli è significativa; precorrendo decisamente i tempi, il Mosso con la finalità di trovare testimonianze dell'arrivo di gente egea in Italia

¹⁹ 1869-1932

²⁰ Lo sarà dal 1895 al 1932

²¹ com. pers. N. Cucuzza

²² Citata da Mosso nella lettera ad Halbherr del 28 febbraio 1908

²³ Se così si deve intendere dalla non facile decifrazione della calligrafia della lettera.

meridionale, vuole anche capire qualcosa sulle dinamiche di acculturazione della gente locale²⁴ quasi con un approccio vicino all'antropologia culturale e tale indagine si può condurre non tanto negli abitati, quanto nei contesti funerari, che quindi privilegia per la sua ricerca. A proposito di ciò non va comunque dimenticato che questo interesse per i resti scheletrici umani è legato agli studi fisiologici che da sempre ha condotto. In particolare gli interessano le necropoli di età preistorica, in quanto dice nella lettera che le sepolture di età greca viste con Stavros destano in lui poco interesse proprio perchè recenti e di conseguenza gli forniscono poche informazioni sul processo di acculturazione dei locali da parte di eventuali naviganti egei in età preistorica.

La visita nei siti pugliesi prosegue il 2 aprile in compagnia di Quagliati, quando da Bari scrive un'altra lettera ad Halbherr (lettera 5). Dimenticando per una volta l'attività per la Missione Italiana a Creta, il Mosso gli racconta esclusivamente della sua ricerca nel sud Italia, con una più ricca descrizione sia dei luoghi visitati sia dei reperti trovati, ma particolare attenzione meritano i confronti dei materiali che vengono proposti ad Halbherr, soprattutto per la ceramica ritrovata nello scavo del Pulo visto pochi giorni prima; in questo insediamento del neolitico Mosso si reca con l'intenzione di trovare la necropoli del villaggio scavato dal Meyer. Come si può leggere nelle righe dedicate al sito pugliese nel volume *"Origini della civiltà mediterranea"*, egli parla di questa escursione riportando esattamente quello che scrive nella lettera in esame *"....trovai armi di pietra e fondi di capanna..."* (MOSSO 1910) e continua dicendo *"ma non trovai nessuna tomba"* e comunica di esservi tornato l'anno successivo (il 1909) per continuare le ricerche e solo allora scopre la necropoli. Nella lettera invece accenna già ad una tomba, scavata col Quagliati nel 1908, ma si riferisce non al Pulo, bensì a quella trovata presso Brindisi e citata nella lettera precedente. La campagna del 1909, a differenza di quella del 1908 illustrata nella lettera, sarà molto fruttuosa in quanto si concluderà con la messa in luce della necropoli attigua al villaggio neolitico e i risultati saranno poi comunicati da Pigorini nel *Bullettino di Paletnologia Italiana* del 1910: *"Le tombe rinvenute sono parecchie, generalmente guastate e spoglie. Sono piccole fosse ovali, in nove delle quali fu trovato in posto, oltre al corredo funebre, lo scheletro umano con le gambe contro il torace"* (Pigorini, 1910: 41). Il materiale del Pulo, che costituirà l'embrione della sezione paletnologica del Museo Archeologico di Bari (*Ibid.*), aiuterà Mosso a rinforzare la sua teoria inerente i rapporti tra Egeo e Italia intercorsi prima dell'età del Bronzo, e si fonda sul presunto indicatore cronologico di una ceramica precamarea *"limonastra e con decorazioni rosse"*, del tutto simile al tipo trovato a Festos: in questo frangente si riferisce alla ceramica dello stile di Haghiros Onoufrios; essa è presente nei tre siti²⁵ studiati dal Mosso, soprattutto a Taranto dove si trova in livelli stratigraficamente non più tardi rispetto a quelli con materiale dell'età del Bronzo definito "terramaricolo" dal Quagliati (Vagnetti, Bettelli, 2005: 289), il quale in un primo momento sostenne esattamente il contrario (Quagliati, 1900). Questa scoperta provocò anche l'interesse di Pigorini, che stava studiando le Terramare del nord Italia, verso lo studio dei possibili rapporti intercorsi tra le civiltà egee e quelle dell'età del Bronzo italiana (Cucuzza, 2000: 151) e ciò lo fece essere abbastanza sensibile, ma solo per breve tempo nel 1905, all'istituzione di Missioni Archeologiche Italiane nel Levante. Ritornando alla lettera, proprio in base a questa revisione stratigrafica degli scavi dello Scoglio del Tonno, il Mosso dà il nome di *"premicenei"* ai vasi che trova nella tomba scavata a Brindisi col Quagliati. Questi dati gli appaiono sufficienti per asserire con certezza la sua teoria, anche se traspare la necessità da parte sua di avere l'avvallo ufficiale dell'Halbherr, probabilmente perchè sentiva di non aver abbastanza esperienza sul materiale cretese²⁶, ed è anche consapevole della sua difficoltà nel

²⁴ Lo studio delle dinamiche di acculturamento e cambiamento sociale di una comunità antica attraverso l'indagine delle necropoli e dei corredi funerari, è un tema caro all'archeologia post processuale, nata più di mezzo secolo dopo la morte di Mosso; un altro precursore di tale approccio fu P. Orsi con i suoi studi sulle necropoli della Sicilia Sud Orientale.

²⁵ Il Pulo, lo Scoglio del Tonno e Matera.

²⁶ Anche se Halbherr era un epigrafista, aveva di certo più esperienza di Mosso sul materiale Cretese.

confrontare livelli apparentemente simili di siti diversi. Prima di questa serie di sopralluoghi la teoria di un Neolitico portato in Italia da gente egea non è da lui formulata pienamente, in quanto Mosso in seguito ai suoi studi in Sicilia vede genericamente solo rapporti nell'età del Bronzo tra Sicilia e Creta; allora proprio nei giorni che vedono la stesura di queste lettere egli sta vagliando l'ipotesi di relazioni cretesi avvenute anche con la Puglia e prima dell'età del Bronzo, in particolare nel Neolitico. In quest'ottica proprio lo scavo del Pulo²⁷, che egli descrive brevemente in questa lettera, può essere di grossa importanza per lo sviluppo della sua teoria: il ritrovare ceramica "precamares" in un "terreno puramente neolitico" può avergli fatto immaginare la possibilità che naviganti egei non solo abbiano avuto rapporti con il Sud Italia, ma che vi abbiano introdotto la cultura neolitica. Questa conclusione traspare anche dall'osservazione che fa Mosso a metà lettera, secondo la quale il primo periodo siculo²⁸ di Orsi sarebbe stato portato da Creta, proprio in forza della presenza di ceramica precamares nei livelli neolitici del Pulo; Mosso che è già a conoscenza del ritrovamento di ceramica cretese in livelli del primo periodo siculo allo scavo dello Scoglio del Tonno²⁹, ritiene ora di vedere nelle scoperte appena fatte, anteriori a tale fase cronologica, la prova della presenza egea in Italia meridionale ancora prima dell'età del Bronzo.

Dopo questa interessante e produttiva visita agli scavi del Pulo, Mosso riparte per altri siti pugliesi, ora accompagnato solo da Stavros Ghialerakis. Va quindi ad esaminare la ceramica dei dolmen, probabilmente dei monumenti megalitici di Leucaspide (Taranto); dei risultati dello studio che si accinge a fare, ne parlerà poi in " *Origini della civiltà mediterranea*" dicendo che gli è stato utile per datare i megaliti ad un periodo che va dalla fine del Neolitico all'inizio dell'età del Bronzo (Mosso, 1910: 155-162).

Dalle successive lettere non sappiamo più nulla delle escursioni in Puglia, le quali possiamo dire ebbero termine in Aprile-Maggio; si conclude così la prima parte dell'anno dedicata al " lavoro sul campo" e ne inizia una seconda rivolta all'elaborazione dei dati raccolti. Questi due periodi sono intervallati a giugno, come si evince dalle lettere 6, da un breve soggiorno a Roma dove il Mosso si reca per occuparsi più a tempo pieno dei problemi legati all'istituzione Scuola Archeologica Italiana di Atene: in particolare deve essere presente in Senato per presentare un'interrogazione al Ministro Rava. Oggetto di questo intervento è l'assegnazione al Pernier della direzione della Scuola (Petriccioli, 1990: 76): così facendo si esaudisce il desiderio di Halbherr di una Scuola di Atene come emanazione della Missione a Creta, della quale si afferma la priorità. Sullo svolgimento e sulla conclusione dell'interrogazione viene informato Halbherr tramite questa lettera scritta il 24 giugno, che si ritiene molto importante sia per il problema della Missione a Creta e della Scuola di Atene, che per la comprensione del rapporto tra il Mosso e l'epigrafista roveretano. Infatti la missiva è tutta dedicata al dibattito svoltosi in Senato riguardante, da quello che si capisce a inizio lettera, la Scuola di Atene, ma che tocca necessariamente anche il problema della Missione a Creta; infatti durante la discussione Mosso dice che da un lato ha riferito in aula quanto Halbherr gli ha scritto in alcuni appunti sulla Scuola di Atene, dall'altro fa sapere che ha richiesto al Ministro (probabilmente Rava) di non cambiare nulla a quanto si è fatto negli ultimi due anni sulla direzione generale degli scavi, probabilmente quelli di Creta. Il Mosso in questo caso si fa materialmente portavoce di Halbherr e di un gruppo di archeologi che, in contrasto con la Scuola Archeologica di Roma, sostenevano la priorità della Missione Archeologica a Creta da salvaguardare seguendo il progetto di una Scuola di Atene che non assorbisse il lavoro di Halbherr e Pernier a Creta, dirottando gli scavi e i finanziamenti da altre parti in Grecia. Le parole di Mosso hanno molta efficacia, soprattutto in virtù delle iniziative di relazioni personali

²⁷ E di conseguenza la lettera in esame.

²⁸ Secondo la ripartizione data da P. Orsi (1859-1925) in quattro periodi: primo e secondo relativi all'età del bronzo e terzo e quarto relativi all'età del ferro.

²⁹ Dalle notizie sullo scavo di Q. Quagliati, in QUAGLIATI 1900.

e di richieste di appoggio da lui effettuate nei mesi precedenti, delle quali abbiamo avuto qualche notizia nelle lettere già prese in esame. Egli inoltre, nel parlare in Senato in favore della continuazione della Missione a Creta, sottolinea che con essa vi è anche un prestigio culturale da salvare, avendo essa sfornato molti ottimi allievi come nessuna scuola archeologica aveva fatto. Anche le citate dimissioni di Ceci³⁰, probabilmente dalla carica di preside della Facoltà di Letteratura dell' Università di Roma, non sembrano impensierire Mosso sul futuro della Missione a Creta: non si capisce però nè il motivo delle dimissioni nè le conseguenze che queste potevano avere sulla questione. Nella stessa lettera del 24 giugno egli fa un accenno ad una possibile interpellanza in Senato sulla Scuola di Roma nell'eventualità che questa volesse riprendere gli scavi a Creta: da quello che si può capire sembra che dagli esponenti di questo Istituto, totalmente contrari ai progetti di Halbherr sia su Creta che sulla Scuola di Atene, potesse venire la proposta di accorpare gli scavi a Creta ad un Istituto Archeologico Nazionale con sede nella capitale italiana. Ora, vista negli ultimi tempi la netta opposizione di Pigorini, direttore della Scuola di Roma, a qualsiasi missione all'estero (*Ibid.* : 37), sembra assurdo pensare che proprio dal suo Istituto si possa levare una tale proposta, la quale è comunque vista da Mosso come peggiore dello stato attuale della Missione. Sull'opposizione alla proposta della Scuola di Roma il senatore Dini³¹ garantisce appoggio a Mosso in aula: egli è, oltre che direttore della Scuola Normale di Pisa, personaggio molto attivo nell'ambito delle commissioni alla Pubblica Istruzione, dicastero dal quale dipendono le decisioni sulla Scuola di Atene. Legata a questa polemica della Scuola di Roma verso il progetto di Halbherr, c'è naturalmente anche una questione economica, vertente sui fondi che sarebbero ad essa venuti meno con una Scuola di Atene autonoma. Dopo questa presenza nella capitale per intervenire di persona in Senato e curare gli interessi di Halbherr, il Mosso riparte per Torino probabilmente il 25 giugno, come traspare a fine lettera, dove rimane per breve tempo approfittando così per riordinare gli appunti e le carte scritte durante quest' anno di escursioni per ricerca sul campo, in previsione del periodo di vacanza estivo che trascorrerà sul Lago Maggiore a Belgirate, dove usufruirà di alcuni mesi di quiete per rielaborare le informazioni raccolte in primavera e impostare le prime bozze dei libri che aveva intenzione di pubblicare. Di questo lavoro che probabilmente interessa sia il secondo³² che il terzo volume lasciato poi inedito³³, Mosso parlerà a lungo con Halbherr nelle lettere seguenti e questo tema prenderà il posto del racconto delle ricerche sul campo accanto all'argomento sempre vivo dell'istituzione della Scuola di Atene, all'interno del quale padroneggeranno le vicende legate al tentativo, poi riuscito, di farvi insediare il Pernier come direttore. Del materiale paleontologico che Mosso ha tra le mani e che sta studiando, ricaviamo importanti informazioni dalla lettera 7 che scrive ad Halbherr tre giorni dopo il suo ritorno a Torino.

La missiva si apre con la rassicurazione sull' appoggio del Ministro dell' Istruzione Rava nei confronti della proposta fatta in Senato sul futuro della Missione Archeologica Italiana a Creta, riguardo alla quale il dibattito in aula non sembra esaurito nella discussione fatta a giugno; si sta preparando infatti il prossimo intervento da fare in aula, riguardo al quale c'è sintonia di vedute tra Halbherr e Corrado Ricci³⁴; l'intesa tra i due era già nata quando quest' ultimo divenne Direttore Generale delle Antichità e in quel frangente Halbherr cercò di dare indipendenza scientifica alla Missione a Creta appoggiandola a questo Organo, in quanto

³⁰ Luigi Ceci (1859-1927), professore di Storia comparata delle lingue classiche all' Università di Roma, è considerato il fondatore della moderna glottologia.

³¹ Ulisse Dini (Pisa 1845-Pisa 1918) fu matematico di fama internazionale; dal 1880 prese parte attiva alla vita politica nello schieramento "moderato", fu vice presidente del Consiglio Superiore alla Pubblica Istruzione, deputato dal 1882 al 1892, poi senatore dal 1892.

³² *Origini della civiltà mediterranea.*

³³ *Gli italiani dall'età dell' pietra alle prime colonie greche.*

³⁴ Già incontrato in due lettere: quella del 28 febbraio 1908 nell' ambito dell'assegnazione di un finanziamento da parte del Ministero della Pubblica Istruzione nella quale ebbe la meglio su Halbherr e quella del 24 giugno 1908, dove si capisce che convergevano riguardo all'impostazione da dare alla Scuola di Atene.

l'avvento del Ricci gli diede garanzie di serietà della nuova amministrazione (*Ibid.*). È possibile che l'intesa sia stata poi raggiunta anche sulla nomina del Pernier come direttore della Scuola di Atene. Problema della Missione di Creta a parte, la lettera verte tutta su una serie di consulenze che il Mosso richiede ad Halbherr, questa volta in funzione non solo delle relazioni tra l'Italia e Creta, ma anche tra la civiltà Minoica e l'Egitto. Appare evidente come Mosso si faccia balenare idee di relazioni tra le regioni del Mediterraneo, che peraltro ci sono state ma in età diverse, partendo tuttavia da pochi elementi di confronto. Tra gli elementi simbolici presi in considerazione, egli si sofferma sulla figura della doppia ascia, diffusa sia a Creta che in Egitto, simbologia che poi verrà da lui adottata come prova di una manifestazione religiosa pan-mediterranea legata a questo simbolo (Mosso, 1910: 89), al quale dedicherà un ampio capitolo in "*Origine della civiltà mediterranea*": sull'immagine della doppia ascia, presente sia a Creta che in Egitto, Mosso trova un collegamento con la rappresentazione della divinità nell'antico Egitto, leggendo l'opera che E. Amelinau³⁵ ha appena scritto e il cui titolo riportato nella lettera è "*Religion Egyptienne*"³⁶, ma riscontra anche una sostanziale differenza formale tra le asce egizie e il simbolo della doppia ascia cretese: dice quindi che gli sarebbe utile un chiarimento in merito, ma colui che per l'Egitto glielo può fornire, Ernesto Schiapparelli, non è reperibile e chiede ad Halbherr di sostituirlo nella consulenza. Emerge quindi nell'accenno all'Egitto un'altra figura di studioso che viene usato come punto di riferimento, questa volta per l'egittologia, così come fa con Halbherr per l'Egeo: Ernesto Schiapparelli, direttore del Museo Egizio di Torino, dal 1903 al 1920 condusse scavi soprattutto nella Valle delle Regine, a Tebe e ad Ermopoli; nel 1908 si trova tra mille ristrettezze di bilancio a condurre gli scavi a Deir el Medineh e ad Assiut (Petriccioli, 1990: 64); non può quindi essere consultato direttamente dal Mosso che in alternativa si rivolge ad Halbherr. L'interesse per l'Egitto non si limita solo al problema della simbologia della doppia ascia, ma per Mosso questa regione costituisce un importante terreno di confronto soprattutto per la ceramica neolitica: infatti usa il materiale trovato ad Eliopoli da Schiapparelli per raffronti con quello del Pulo, di Coppa Nevigata e di Creta al fine di stabilire relazioni tra le diverse regioni del Mediterraneo sul finire dell'età della pietra (Mosso, 1910).

Un'altra richiesta per un parere di esperto sul materiale egeo, la rivolge ad Halbherr riguardo al materiale che riceve da Nicolò Morelli³⁷, proveniente dai suoi scavi nel sito neolitico della caverna delle Arene Candide in Liguria (Mosso grossolanamente la colloca " ... a Genova"); questo elemento ci aiuta prima di tutto a ricostruire il quadro delle sue ricerche in Italia, in quanto ci dice che oltre al materiale preistorico di Puglia, Basilicata e Sicilia, egli si interessa anche a quello della Liguria e ritiene questa regione, alla pari delle altre tre, terreno importante di ricerca per studiare l'origine del Neolitico in Italia e le sue relazioni con il Mediterraneo Orientale. Inoltre, considerando la difficoltà deambulatoria dalla quale è afflitto³⁸, possiamo pensare all'impossibilità per Mosso di visitare direttamente i siti in grotta liguri, così come ha fatto per quelli all'aperto del sud Italia e conseguentemente conduce una ricerca "indiretta", facendosi dare del materiale da studiare da chi scavò, in questo caso N. Morelli che condusse gli scavi dal 1884 al 1887 (Bernabó Brea, 1946), e interpellando anche A. Issel³⁹, che fu un po' il "maestro" di Morelli, come esperto di paleontologia locale sui risultati degli scavi fatti; la conoscenza del professore di geologia dell'Università di Genova è stata probabilmente fatta nell'ambito di alcuni soggiorni a Genova di carattere scientifico come, tra gli altri, lo studio sulla respirazione umana nelle gallerie ferroviarie della linea Genova-Novì

³⁵ E. Amelinau (1850-1915)

³⁶ Il titolo per intero dell'opera è "*Prolegomenes à l'étude de la religion égyptienne, essai sur la mythologie de l'Égypte*", edita dalla Bibliothèque de l'Ecole des Hautes Etudes, E. Leroux, a Parigi nel 1908.

³⁷ Don Nicolò Morelli, prelato e studioso di scienze naturali e preistoria ligure, discepolo di Arturo Issel, diresse gli scavi nella Caverna delle Arene Candide tra il 1884 e il 1887.

³⁸ Dovuta alla malattia la midollo spinale.

³⁹ A. Issel (1842-1922.); geologo e paleontologo, fu professore all'Università di Genova.

(Mosso, 1910b) e proprio Issel gli fornirà a novembre di questo stesso anno una copia della sua " *Liguria Geologica e Preistorica*" (Delfino, 2008). Riguardo al materiale ricevuto da Morelli, l'attenzione di Mosso si fissa su due tipologie di manufatti, che lui ritiene interessanti per ipotizzare relazioni tra l' Egeo e la Liguria (e di conseguenza l'Italia) fin dal Neolitico: due vasetti " *lunati sul fondo*", di uno dei quali fa anche un sommario schizzo a bordo lettera, sono di una foggia decisamente anomala in un contesto neolitico dell' Europa Occidentale, e vengono portati all'attenzione di Halbherr per due motivi: la loro somiglianza con quelli trovati a Festos dal Pernier e il loro contesto di ritrovamento nelle Arene Candide, assieme ai due " *idoli famosi di tipo miceneo*". Ancora una volta emerge la faciloneria con la quale Mosso azzarda dei confronti o delle attribuzioni culturali improprie: questi due idoli, infatti, altro non sono che statuette neolitiche in terra cotta (Tin , 1999), certo diffuse ampiamente nel Mediterraneo del primo neolitico, ma antecedenti al periodo minoico che interessa i ritrovamenti a Festos. Ancora pi  affrettato il confronto dei "vasetti lunati sul fondo" con i *ryth * di Festòs, trovati in un contesto ben pi  recente dei livelli neolitici delle Arene Candide. Tra il materiale datogli da Morelli, pone all'attenzione di Halbherr anche due pintaderas⁴⁰, una delle quali illustrata a bordo lettera, usandole sempre impropriamente per ipotizzare relazioni su una scala temporale troppo ampia tra le regioni del Mediterraneo; al tema della colorazione del corpo con i quale sono collegate, dedicher  tutto il quattordicesimo capitolo dell' " *Origini della civilt  mediterranea*". Sarebbe interessante sapere cosa risponde Halbherr a due delle domande che gli pone nella lettera riguardo l'origine dell'uso di tingersi il corpo e alla sua influenza nell'arte figurativa; questo, nel libro appena citato, non lo si pu  estrapolare se non forse indirettamente assieme alle informazioni date da Schiapparelli sulle pintaderas egizie della VI dinastia: infatti sempre nel quattordicesimo capitolo dice che sebbene queste ultime non si possano datare, non si pu  escludere che dall'Egitto l'uso di dipingersi il corpo sia arrivato fino in Liguria.

Infine assieme alle notizie su questi oggetti delle Arene Candide, emerge il problema della loro sparizione: dei "vasi lunati sul fondo" Mosso parler  solo ancora in una lettera di poco successiva scritta ad Halbherr per poi tacerne anche nel libro che stava scrivendo⁴¹, e di questi si perderanno le tracce: nessun autore successivo li cita e apparentemente non sono conservati nelle collezioni museali e private che hanno materiale delle Arene Candide. Delle pintaderas, solo una, quella a rotella,   conosciuta e tuttora conservata al Museo di Archeologia Ligure di Genova Pegli, mentre sull'altra " *perforata come i sigilli di Creta e della Caldea*" cala il silenzio come per i due vasetti lunati sul fondo: probabilmente   da ritenersi che siano rimasti a casa del Mosso, il quale sembra abbia accumulato un gran numero di reperti archeologici (MOSSO 1910), ma un'ipotesi ancora pi  attendibile pu  essere che si trovino invece ancora nei magazzini della Soprintendenza per i Beni Archeologici del Piemonte a Torino, in quanto per ragioni di competenza territoriale l  venivano portati i materiali provenienti dagli scavi in Liguria⁴² all'epoca di Morelli e Mosso; si sa peraltro con certezza che non tutto fu poi trasferito al Museo di Archeologia Ligure⁴³ quando questo fu allestito, a causa di alcune forti e polemiche riluttanze a cedere il materiale da parte del prof. Goffredo Bendinelli (Giannattasio, 1999: nota 7).

Prima di partire per Belgirate il 9 Luglio, Mosso scrive ancora due lettere (lettere 8 e 9) ad Halbherr, entrambe redatte lo stesso giorno, il 4 Luglio; nella prima annuncia sia la sua imminente partenza, sia il lavoro che si accinger  a fare nei mesi da trascorrere sulle sponde

⁴⁰ Il termine pintaderas   stato coniato dai conquistatori spagnoli nel XVI secolo che le videro usate in Messico dagli indigeni per tingersi il corpo. Da allora   rimasto in voga (MOSSO 1910:187).

⁴¹ *Origini della civilt  mediterranea*

⁴² Essendo la Soprintendenza Archeologica della Liguria stata creata solo nel 1939, fino a allora per questa regione era competente Torino.

⁴³ Fu fatta una salomonica divisione per cui il 50 % del materiale rest  a Torino.

del Lago Maggiore: annuncia che sta copiando e riordinando il materiale che gli servirà per la stesura del "suo libro". Il ritiro estivo a Belgirate significa per Mosso un momento molto importante di riposo e di riesame del materiale raccolto, perciò vuole partire con la sicurezza di avere tutto il materiale a posto per poter iniziare le bozze del suo secondo libro " *Le origini della civiltà mediterranea*". Nel riordino del materiale, Mosso si accorge che parte del materiale fotografico prodotto in fototipia⁴⁴, è andato distrutto (per colpa della ditta Danesi): l'autore di questa documentazione sembra essere Halbherr stesso, in quanto nella lettera si dice esplicitamente " le negative fotografiche delle tavole che riproducesse...". Richiede quindi all' amico di inviargliene altro inerente i materiali di Creta, per la precisione di quelli apparsi a tavola X del volume delle Memorie dell' Istituto Lombardo del 1902. Si prolunga poi in una serie di progetti per l' iconografia da inserire nel suo libro: appare evidente la maniacale ossessione per le figure con le quali integrare lo scritto, ovvero disegni e soprattutto fotografie di reperti, siti e strutture antiche, che sono per Mosso di pari importanza quanto il testo. In ciò egli è molto avanti con i tempi, soprattutto per la cura di avere più fotografie possibili, correlate da precise didascalie, di quello che descrive nel suo volume; in questa lettera sta parlando delle riproduzioni fotografiche dei materiali provenienti dagli scavi di Halbherr a Festos e ad Haghia Triada, in particolare si rifà qui alla tholos edita da Stefani e Banti nel 1930-31 (Stefani, Banti, 1931: 31), reperti che lo stesso Mosso ebbe cura minuziosa di riprendere durante il suo soggiorno a Creta nel 1906. Parla anche di una scimmia che proviene da Haghia Triada assieme alle figurine della tholos citate nella lettera: tutto materiale proveniente da Creta quindi, al quale il Mosso dedicherà un ampio capitolo nel futuro volume, proprio per trattare approfonditamente della preistoria di Creta e per metterla in relazione con lo sviluppo delle altre civiltà del Mediterraneo, in particolare quelle d' Italia⁴⁵.

Riguardo all' altra lettera che scrive lo stesso giorno (la N.° 9), c'è innanzitutto un problema cronologico: è datata 4 luglio come la precedente ed è scritta sicuramente prima del martedì 9, giorno della partenza per Belgirate; sembra però, da ciò che dice Mosso a metà lettera, essere stata scritta alcuni giorni dopo quella appena esaminata: infatti nella lettera 9 si cita la richiesta di invio delle fotografie della tholos di Haghia Triada formulata nella lettera 8, mentre un altro indice di posteriorità è l'indicazione della data precisa della partenza per Belgirate, martedì, quando invece nella precedente missiva viene solo indicato genericamente un " *sono in procinto di partire*", come se non avesse ancora stabilito bene il giorno.

La lettera si apre con il problema della Scuola Archeologica Italiana di Atene: qui si accenna, per la prima volta in questa raccolta di carte, alla proposta di nominarne il Pernier direttore, osteggiata dagli esponenti della Scuola Archeologica di Roma e da Pigorini in particolare. L'idea però risale almeno alla fine di giugno (Petriccioli, 1990: 76). Riguardo alle motivazioni della proposta, esse sono finalizzate a fare dell' Istituto che andava costituendosi ad Atene una propaggine della Missione Italiana a Creta e il Pernier era il più adatto a dirigerlo, sia perchè in quegli anni era lui ad essere presente sul campo a Creta, mentre Halbherr si trovava in Italia dal 1906 e vi resterà fino al 1909 (La Rosa, 2000: 206), sia anche in quanto il giovane collaboratore di Halbherr probabilmente non ha nulla da perdere nell'assumere un incarico che per il momento non dà garanzie di stabilità e tanto meno assicura uno stipendio alto, a differenza invece di altri più titolati e già affermati concorrenti all'eventuale posto di direttore, aventi però ben altre pretese⁴⁶. Il contrasto trovato nei confronti della candidatura del Pernier da parte degli esponenti della Scuola di Roma, in particolare da parte del suo direttore Pigorini, è proprio legato a questa concezione che ha Halbherr riguardo all' "istituto"

⁴⁴ La fototipia era un processo fotomeccanico di riproduzione di immagini a tinta continua senza retino, ma con l'inconveniente della breve durata delle matrici. Fu introdotto in Italia da C. Jacobi nel 1874 a Venezia (da Enciclopedia Rizzoli-Larousse).

⁴⁵ Nello stesso volume dedicherà un capitolo ai vasi micenei trovati in Italia, proprio per spiegare le relazioni tra le due aree del Mediterraneo nella preistoria.

⁴⁶ Supposizione in via ipotetica, com.pers. N. Cucuzza.

di Atene: inizialmente, nel 1905, il Pigorini fu favorevole alla creazione di una Scuola ad Atene dipendente da quella di Roma e con direttore Halbherr, il quale poi secondo i suoi disegni avrebbe dovuto succedergli nella direzione di quella di Roma (Cucuzza, 2000: 149); in seguito fu poi totalmente contrario non solo a questa istituzione, ma anche ad ogni tipo di Missione all'estero. Probabilmente Mosso sta in quei giorni preparando un discorso su questo problema, da esporre durante una futura riunione del Senato per discutere la faccenda⁴⁷. Si può notare come, fresco testimone delle manovre che avvengono a Roma, egli si affretti a metter sul chi vive Halbherr che invece, evidentemente, non può avere la situazione sotto controllo. Il resto del testo è tutto concentrato a comunicare all' amico roveretano novità sul nuovo libro che sta scrivendo, "*Le origini della civiltà mediterranea*", del quale si apprendono nuovi particolari. Innanzitutto, in segno di profonda devozione e ammirazione, chiede all'epigrafista roveretano di poterglielo dedicare⁴⁸, soprattutto per l'importanza dei lavori di Halbherr a Creta non solo per la nascente archeologia egea, ma anche in funzione di una migliore comprensione di quelle tracce di civiltà cretese che stavano emergendo in Italia meridionale in quegli anni; affiora poi un altro aspetto dell' approccio alla ricerca seguito da Mosso, ovvero l' uso delle scienze naturali applicate ai reperti: si accenna nella lettera alle analisi chimiche che vuole far effettuare sui reperti metallici cretesi⁴⁹, per i quali ha, durante la breve storia delle sue ricerche, una particolare attenzione che lo porta a far effettuare molte analisi di carattere archeometallurgico, grazie alle quali intraprende diversi indirizzi di ricerca come, ad esempio, il chiarimento del problema relativo all'origine della siderurgia⁵⁰. I passaggi di questa lettera sono particolarmente importanti per capire l'indirizzo e il contenuto del volume che sta scrivendo, il quale è un'opera per certi versi all'avanguardia, essendo uno studio multidisciplinare sulle prime civiltà mediterranee racchiudendo in sé paleontologia, antropologia e scienze naturali applicate. Rimane inoltre costante la preoccupazione di avere più fotografie possibili con le quali poter corredare il testo, mantenendo viva l' attenzione per la documentazione grafica, mentre rimane costante negli ultimi passaggi della lettera la necessità di avere prove visive per giustificare la teoria sull'arrivo del neolitico in Italia dall' Egeo, ad esempio quando parla del bisogno di avere immagini delle tholos cretesi⁵¹ da confrontare con le necropoli del neolitico siciliano, molte delle quali sono state da lui scavate; l'ipotesi evidentemente si è fatta in lui più credibile col passare del tempo e per dimostrarla vuole usare un metodo che può definirsi all'avanguardia, facendo dei confronti etnografici tra popolazioni neolitiche cretesi e siciliane in base al rituale funerario e quindi confrontando più la ritualità che il gusto artistico per spiegare relazioni tra popoli antichi.

Martedì 9 Luglio inizia il suo soggiorno a Belgirate, dove come si è detto si ritira nella quiete delle sponde del Lago Maggiore per poter rielaborare il materiale raccolto soprattutto durante l'anno in corso e abbozzare il suo secondo libro "*Le origini della civiltà mediterranea*"; nello spazio di questo periodo non dimentica di rimanere in contatto con Halbherr sia per avere consigli riguardo al suo libro, sia per informarlo sugli sviluppi riguardanti la Scuola di Atene.

La prima lettera scritta da Belgirate (lettera 10) è del 28 luglio. All' inizio Mosso avvisa l' amico di un altro personaggio acquistato alla causa del Pernier per la direzione della Scuola di Atene: scrive al professore universitario Antonio Salinas⁵² che però all'epoca non è così

⁴⁷ La nomina spettava comunque in prima persona al Ministro dell' Istruzione, come tutt'ora è in quelle del Ministro per le Attività Culturali.

⁴⁸ Come poi effettivamente farà

⁴⁹ Ne farà esaminare parecchi, da un punto di vista compositivo della matrice di rame o di bronzo (A. MOSSO 1907a; 1910c)

⁵⁰ A. MOSSO 1910c

⁵¹ Le chiederà all' ispettore archeologo di Festos, Xanthoudides

⁵² Antonio Salinas (Palermo 1841-Palermo 1914), fu professore di archeologia all'Università di Palermo nel 1865 e direttore del Museo Archeologico di Palermo nel 1873.

influyente da poter giocare un ruolo importante in questa vicenda; diventa quindi difficile capire il perchè venga coinvolto. Egli, archeologo e numismatico, si guadagnerà proprio alla fine del 1908 una notevole stima salvando molti tesori d'arte a Messina durante il disastroso terremoto.

Si apprende poi della notizia di un' importante scoperta fatta da Halbherr per la quale egli richiede al Mosso di prodigarsi perchè sia pubblicata su un importante quotidiano nazionale come il Corriere della Sera: si tratta molto probabilmente del ritrovamento del disco di Festos⁵³. Il dar risalto sulla stampa nazionale a questo prestigioso risultato è probabilmente utile a far pesare, anche in ambito politico oltre che culturale e sull'opinione pubblica, l'importanza e la produttività della Missione Italiana a Creta, in funzione di una giustificazione alla sua continuità e, di conseguenza, all'impostazione che si voleva dare alla Scuola Archeologica di Atene.

Il corpo principale della lettera è poi interessato dal discorso sulle pintaderas: a proposito di queste Mosso ringrazia Halbherr per le notizie che probabilmente gli ha fornito riguardo la diffusione dell'uso di dipingersi il corpo nella preistoria che, secondo il fisiologo, partì dall' Egitto e tramite Creta arrivò in Italia; le informazioni richieste purtroppo non sono direttamente reperibili, ma si possono evincere dal capitolo che Mosso dedica a questa tipologia di materiale nel libro che sta scrivendo (Mosso, 1910). In esso riprende anche l' esame delle pintaderas trovate da Morelli nella Caverna delle Arene Candide, che vengono però erroneamente usate per dimostrare improbabili rapporti tra l'antica Babilonia e la Liguria neolitica. Alle pintaderas dedica quindi un' intero capitolo nel suo libro, in quanto giunge alla conclusione che esse sono degli ottimi indicatori dei rapporti tra Egeo e Italia fin dal neolitico e le differenzia dai sigilli in base alle dimensioni e di conseguenza all'uso⁵⁴. La lettera si chiude con un' altra importante informazione: parla di un volume sulle origini della civiltà europea, diventato più grosso dell' "altro". Proprio nella prefazione a " *Le origini della civiltà Mediterranea*" Mosso parla dell'intenzione di produrre una raccolta in tre volumi intitolata "Preistoria", della quale il primo sono le "Escursioni nel mediterraneo e gli scavi di Creta" e il secondo " *Le origini della civiltà Mediterranea*", mentre il terzo avrebbe dovuto essere "Gli italiani dall'età della pietra alle prime colonie elleniche". Nella fattispecie si può desumere che nel soggiorno di Belgirate stia lavorando contemporaneamente anche al terzo volume in progetto e questo " altro" sia il secondo, ovvero " *Le origini della civiltà Mediterranea*". Il terzo volume nelle sue intenzioni si sarebbe dovuto intitolare inizialmente, come si legge nella lettera, "Origini della civiltà europea", ma siccome la mole di informazioni da inserirvi si sta rivelando troppo grossa, egli decide di farne un volume più ridotto che includa solo la prima parte degli argomenti.

Dall' indirizzo del destinatario della prossima missiva (lettera 11), scritta il giorno dopo sul retro di una cartolina postale intestata Fratelli Treves editori, possiamo dedurre che Halbherr si trova a Rovereto alla data della spedizione, il 29 luglio. La Fratelli Treves editori di Milano è la casa editrice alla quale Mosso affida la pubblicazione di tutti i suoi tre volumi, " *Escursioni nel Mediterraneo e gli scavi di Creta*" del 1907, " *Origine della civiltà Mediterranea*" del 1910 e l'inedito " *Gli italiani dall'età della pietra alle prime colonie elleniche*".

Nel biglietto ci sono solo brevi comunicazioni ad Halbherr per aggiornarlo sui progressi nella scrittura del suo secondo volume, ma anche per avere un suo parere sull' impostazione che gli sta dando e sui dati di natura cronologica raccolti, di fronte ai quali evidentemente il Mosso non si sente sicuro. Egli è ormai certo sulla teoria dei rapporti tra l'Italia neolitica e l' Egeo, anche in forza della conferma che ne riceve leggendo un articolo del Peet " *The early*

⁵³ com. pers. N. Cucuzza

⁵⁴ Questa caratterizzazione la fecero già da qualche tempo alcuni studiosi come ad esempio Evans.

aegean civilisation in Italy", che cita ad inizio lettera, e della quale fornisce una minuziosa indicazione bibliografica, probabilmente per dare la possibilità ad Halbherr di trovarla e consultarla lui stesso; in questo contributo lo studioso inglese riprende le teorie proposte da Mosso nell'ambito soprattutto del suo scavo al Cannatello (1907), durante il quale vi rinvenne un frammento di lingotto di rame del tipo "a pelle di bue" e a seguito di ciò propose connessioni tra Sicilia ed Egeo attraverso reperti da lui definiti *corna di consacrazione* (Vagnetti, Bettelli, 2005: 289). Questa convergenza di vedute sul problema, mostra chiaramente che i due ne hanno poi a lungo discusso e che quindi si conoscono.

Il prossimo contatto epistolare con Halbherr (lettera 12) è di qualche settimana dopo, risalendo al 19 agosto; nella prima parte della missiva appaiono nuovi nomi di personaggi politici che entrano nel giro di contatti del Mosso: tra tutti l'onorevole Galli doveva giocare, a quanto pare, un ruolo decisivo nell'assegnazione del posto di direttore della Scuola Archeologica, visto che a quanto traspare da ciò che Mosso riferisce ad Halbherr, sembra essere una conoscenza della quale non si possa fare a meno per poter far prendere una decisione in favore del Pernier; anzi, si preoccupa del fatto che Cosmini e Pigorini lo conoscano meglio di lui e teme che questi ultimi si muovano per sostenere altri per il posto di direttore, spingendo forse Halbherr ad un certo pessimismo sull'esito dell'assegnazione dell'incarico. Nella seconda parte della lettera, è quanto mai evidente che il lavoro di confronto tra il materiale neolitico italiano che ha sottomano e quello cretese stia mettendo in grande difficoltà il Mosso: non è chiaro quali siano le "*questioni gravi*" che Mosso dice ci siano riguardo alla memoria sulle ceramiche di Festos, ma ancora una volta gli risulta indispensabile l'aiuto di Halbherr per portare avanti la stesura del volume in corso di scrittura⁵⁵. Si parla poi di un *secondo volume su Creta*, ma non ne è specificato il titolo e risulta problematico capire a cosa si riferisca: il Mosso infatti oltre al volume "*Escursioni nel Mediterraneo e gli scavi di Creta*", pubblica alcuni lavori sul materiale neolitico cretese (Mosso, 1907b; Mosso, 1909), ma siccome si tratta di opere pubblicate tra il 1907 e il 1908, è difficile pensare che possano essere state ancora in bozza ad Agosto; si può trattare forse della parte che poi comporrà un capitolo de "*Le origini della civiltà mediterranea*", tutta dedicata ai rapporti dell'Italia Meridionale con Creta, oppure ancora di un altro volume, del quale però non se ne conosce l'esistenza? In questo caso esisterebbe, in bozze e mai pubblicato, un altro volume del Mosso oltre a "*Gli italiani dall'età della pietra alle prime colonie elleniche*". In merito a questa ultima possibilità, si potrebbe anche proporre l'ipotesi che si tratti di parte del secondo tomo del *corpus* che aveva in mente di scrivere, da intitolarsi "*Origini della civiltà europea*", del quale "*Gli italiani dall'età della pietra alle prime colonie elleniche*" erano la prima. In ogni caso, appare chiaramente l'intenzione di produrre un'opera di dimensioni e rilievo colossali, delle quali il Mosso si rende conto e perciò ne sente quanto mai la responsabilità davanti al mondo scientifico: nel portare questo "fardello" sicuramente Halbherr e le sue indicazioni risultano fondamentalmente d'aiuto.

La lettera del 6 settembre (lettera 13) è particolarmente significativa in tutte le sue tre parti. Nella prima Mosso comunica all'amico roveretano i risultati delle analisi fatte fare su un pezzo di ferro trovato nella tholos di Haghia Triada: questo, a tutta prima creduto un minerale, si rivela in realtà una scoria, quindi il risultato di un processo di estrazione del ferro metallico dal minerale; per l'antichità del contesto di ritrovamento di questa scoria, Mosso ritiene di aver fatto un grosso passo avanti per lo studio della siderurgia, dimostrando che la tecnologia per condurre questo processo era molto più antica di quanto pensasse la maggior parte degli studiosi dell'epoca. A sostegno di questo nuovo dato, vengono messe in luce le scoperte fatte dal Petrie di alcune scorie ferrose nelle piramidi della IV e della VI dinastia egizia. Con la seconda parte della lettera c'è una sorta di un duplice annuncio ufficioso ad Halbherr

⁵⁵ È da intendersi che questo volume sia "*Le origini della civiltà mediterranea*".

sull'avvenuta decisione di costituire la Scuola Archeologica Italiana ad Atene e di nominarne direttore il Pernier " appena fatto l'impianto amministrativo della scuola di Atene"; evidentemente nel mese di agosto si sono risolte le cose, scongiurando il pessimismo espresso da Mosso sui possibili interventi di Cosmini e Pigorini in avversione alla linea di Comparetti ed Halbherr. L'ultima e terza parte della lettera preannuncia i programmi di Mosso per le sue ricerche in Puglia per il 1909: da infatti l'annuncio che riprenderà gli scavi a Coppa Nevigata assieme a Stavros Ghialerakis e sarà poi sempre nel barese, dove in seguito scoprirà il sacrario betilico di Terlizzi, come risultato di una vera e propria ricognizione territoriale in senso moderno.

L' epistola (lettera 14) scritta il 9 settembre sembra ribadire in parte alcuni concetti espressi nella precedente, riguardo alla Scuola di Atene e ai risultati delle analisi della scoria di ferro di Haghia Triada, ma solo perchè sembra che la lettera del 6 settembre si sia perduta: a metà della missiva , infatti, Mosso accenna ad una lettera perduta che avrebbe dovuto essere ricevuta da Halbherr e che probabilmente, proprio in forza di queste ripetizioni, può essere proprio quella del 6 settembre. Non si sa però se lo smarrimento sia realmente avvenuto, o vi sia stato un ritardo nel recapito o altri imprevisti, dal momento che ad oggi la missiva " perduta" è nelle carte Halbherr.

Riguardo alla nomina del Pernier, si ravvisa però, che nonostante le decisioni già prese dal Ministro Rava a suo favore, sembra permanere un residuo di lavoro in senso opposto come quello condotto da Ceci⁵⁶, contro il quale comunque Mosso e il senatore Barzellotti⁵⁷ cercano di prendere delle contromisure, formando assieme al Comparetti⁵⁸ e al Galli⁵⁹ un gruppo di sostegno che curasse sia gli interessi di Halbherr a Creta sia quelli di una spedizione in Cirenaica, osteggiata probabilmente anche dall'influente Pigorini, la quale è nominata per la prima volta nel carteggio. Questa spedizione, progettata e proposta da Halbherr fin dal 1899, fu bloccata per dieci anni a seguito di gelosie di altri esponenti del mondo archeologico e mancanza di fondi. In questa lettera c'è il riferimento al tentativo di darvi una svolta, proprio quando gli avvenimenti politici nell'Impero Ottomano sembrano favorirla: nel 1908, infatti, con la presa di potere da parte dei Giovani Turchi, la possibilità di concretizzare questo progetto si fa maggiore. La spedizione, che rientra in una serie di missioni in Oriente delle quali quella a Creta dovrebbe costituirne la base, non partirà che nel 1910 (Petriccioli, 2000: 108).

Da un punto di vista dell' attività di ricerca, in quei giorni il Mosso si sta occupando, come già visto nella lettera 13, anche dello studio di alcune scorie ferrose trovate a Creta e da lui fatte sottoporre ad analisi chimiche per cercarne di capire la composizione, in modo da metterla in relazione con eventuali minerali di origine: questo tipo di ricerca, volta a ricostruire la provenienza delle materie prime usate in antichità, per il primo novecento è un fatto eccezionale, essendo stato portato alla ribalta nel secondo '900 con il processualismo della New Archeology; l'originalità del contributo di Mosso alla ricerca paleontologica è data proprio nel prestare attenzione a certe problematiche che si possono definire di carattere archeometallurgico⁶⁰. La scoria citata nella lettera è sicuramente quella trovata nella tholos di Haghia Triada della quale si parla dettagliatamente nella lettera 13 e la pubblicazione di questo

⁵⁶ Luigi Ceci (Alatri 1858-Alatri 1927) linguista e professore all' Università di Roma, preside della facoltà di Lettere nel 1906 e nel 1910-11, studiò il problema indoeuropeo mediante l'apporto di più discipline, tra le quali l'archeologia e fu con Boni negli scavi del Foro romano.

⁵⁷ Giacomo Barzellotti (Firenze 1844-Piancastagnaio 1917) professore di filosofia morale a Pavia, Napoli e Roma. Accademico dei Lincei dal 1899 e senatore dal 1908.

⁵⁸ Domenico Comparetti (Roma 1835-Firenze 1927) non poteva che appoggiare assieme al Mosso il suo allievo Federico Halbherr.

⁵⁹ Roberto Galli (Chioggia 1840-Bergamo 1931), fervente irredentista, fu notaio e poi giornalista. partecipò alla vita politica prima attraverso le pagine del suo giornale, *Il tempo*, poi come deputato per molte legislature. Prese posizioni antiturche e filoelleniche nell'episodio della rivolta di Creta, tanto da meritarsi la cittadinanza onoraria di Atene.

⁶⁰ Questa lungimiranza di Mosso, precoce per i tempi, è stata fatta già notare da alcuni studiosi, tra tutti V. La Rosa (LA ROSA 2001:31).

lavoro si vedrà nel 1910 con "*Le origini del ferro nella preistoria*" (Mosso, 1910a) , che costituirà un primo saggio sul problema dell'origine della siderurgia nel Mediterraneo basato sia sullo studio del contesto di ritrovamento delle scorie antiche, sia sulla loro composizione chimica e sul paragone di questa con quella di minerali contemporanei. Abbiamo quindi in questa lettera non solo la testimonianza che sta andando avanti questo studio archeometallurgico dei materiali cretesi, sui progressi del quale Mosso tiene costantemente aggiornato Halbherr, ma veniamo anche a conoscenza del fatto che Mosso si sta occupando di molte cose, che anche se rientrano tutte in un unico progetto (ovvero la ricostruzione della civiltà preistorica mediterranea), forse sono troppe da curare nello stesso tempo: il libro sull'origine della civiltà Mediterranea, lo studio di materiale neolitico cretese, le bozze per il libro sulla Storia della Civiltà Europea, il lavoro sulle scorie di ferro e l' origine della siderurgia. In merito a ciò va sicuramente a suo elogio l' aver saputo gestire una grossa quantità di studi condotti contemporaneamente tra di loro, ma la loro apparente eterogeneità non deve trarre in inganno facendo pensare ad una ricerca condotta disordinatamente: è proprio l'impostazione che Mosso intende dare al suo lavoro, soprattutto al volume che non vedrà mai l'edizione⁶¹: tutto, dallo studio sulle dinamiche che portarono al civiltà neolitica in Italia a quelle che vi portarono la siderurgia, è finalizzato a ricostruire la storia della prima civiltà italiana e mediterranea, dal Neolitico fino all'arrivo dei Greci nel sud Italia

Quando sta per finire il soggiorno a Belgirate, Mosso scrive ad Halbherr il 22 settembre (lettera 15), probabilmente in risposta ad una sua lettera da poco ricevuta; sembra si sia arrivati alla fase più delicata per la nomina del Pernier come direttore della Scuola di Atene e quindi i progressi visti ad agosto non vogliono significare nulla di definitivo: probabilmente Halbherr si sta già preoccupando dello stipendio da assegnare al suo collaboratore, ma Mosso gli comunica che giudica non essere opportuno sollevare questioni circa una cosa al momento non urgente come la retribuzione che deve percepire il futuro direttore, problema che potrebbe vanificare mesi di mediazioni per agevolare il Pernier. Soprattutto appare ancora più chiaro come in questi giorni di fine settembre 1908 sia imminente la decisione del Ministero sulla nomina e che ormai i giochi fossero fatti. Si vede apertamente il consiglio dato ad Halbherr da chi, come Mosso, ha una discreta esperienza di come vadano trattate le questioni in politica: siamo qui davanti ad un esempio delle tante volte nelle quali ai consigli di maggior rigore scientifico nella ricerca paleontologica dategli da Halbherr, Mosso contraccambi anche con suggerimenti di tipo politico, in questa fattispecie di una più astuta diplomazia e cautela nel trattare le cose con gli uomini di governo. In questo momento, nel quale il problema economico della Missione a Creta e di conseguenza della Scuola di Atene è abbastanza urgente, poichè c'è avversione da parte di Pigorini e della Scuola di Roma anche a dover dividere i fondi ministeriali con la nascente istituzione, appare a Mosso controproducente richiedere per Pernier da subito uno stipendio degno del ruolo ricoperto: l'invito a non "tirare troppo la corda" con il Ministro Rava è evidente.

Per quanto riguarda il lavoro sulla stesura dei suoi libri, Mosso attende sempre le note correttive di Halbherr riguardo alle memorie della ceramica neolitica di Festos che lo assilla; questi dati sono ritenuti fondamentali per il volume "*Le origini della civiltà mediterranea*", tanto da attendere il ritorno del roveretano a Roma prima di darlo alle stampe.

Si chiude con questa lettera il rapporto epistolare di Mosso ad Halbherr qui documentato per il 1908; l'ultimo documento delle Carte Halbherr (lettera 16) risale a due anni dopo, scritto il 10 novembre 1910, e non tocca nè l'argomento delle ricerche paleontologiche, nè quello della Scuola di Atene: questo evidentemente perchè non ve n'era più bisogno, essendo ormai istituita, e sotto la direzione del Pernier, nel giugno 1909. L'argomento

⁶¹ "Origini della civiltà europea"

dell'ultima lettera di questa raccolta è inerente ad un'interpellanza fatta da Halbherr per ottenere una sistemazione in favore di un suo conoscente, un certo Griglionacchi, in particolare per un posto di farmacista a Padova. Questo è uno degli ultimi favori che Mosso fa ad Halbherr, in quanto due settimane dopo la stesura di questa lettera la morte coglie l'illustre fisiologo a Torino: da questo si può anche intuire di essere davanti ad uno degli ultimi documenti autografi di Angelo Mosso, e probabilmente anche l'ultimo del suo carteggio con Halbherr: come si evince dalle prime righe e dalla data della sua morte, non avranno più modo di vedersi. Traspire a fine lettera una profonda umanità dello scrivente e da ciò si può forse intuire che anch'egli conosca e stimi questo giovane, del quale amorevolmente si preoccupa: raccomanda ad Halbherr di non dirgli niente di un suo contributo di venti lire che probabilmente serve come una sorta di borsa per il sostentamento del Griglionacchi, gesto che fa immaginare un senso di disinteressata generosità; chiede solo di conoscere il suo indirizzo, probabilmente per potergli essere ancora d'aiuto.

3. ALCUNE CONSIDERAZIONI FINALI SUL CARTEGGIO MOSSO-HALBHERR: FONTE DI NUOVI DATI E CONFERME PER UN APPROFONDIMENTO DELLA STORIA DELLE RICERCHE PALETOLOGICHE

Dalle carte appena esaminate si possono prendere alcuni spunti per formulare diverse considerazioni sia sulle dinamiche che hanno portato alla fondazione della Scuola Archeologica di Atene sia sullo svolgimento, le motivazioni e i risultati delle ricerche paletoologiche condotte da Angelo Mosso. Lasciando in altra sede le prime osservazioni e soffermandoci sulle seconde, si conferma innanzitutto il metodo con il quale Mosso affronta lo studio della paletoologia⁶²: essa è vista come un campo da affrontare mediante un approccio multidisciplinare, coinvolgendo competenze archeologiche, naturalistiche e chimico-fisiche, con lo scopo di far parlare tutti i materiali portati alla luce dai diversi scavi, siano essi ceramica, ossa, metalli o altro. Questa impostazione precocemente processuale, in alcune occasioni è commista a momenti di "cognitivismo" nei confronti di diversi oggetti, come ad esempio le *pintaderas* o i vasi lunati della caverna delle Arene Candide, oppure ancora la simbologia legata al segno della doppia ascia, attraverso i quali il Mosso tenta di comprendere il modo di pensare degli antichi e attraverso ciò cerca di ricostruire alcune connessioni tra le varie culture del Mediterraneo. In questo senso si coglie una non curanza per l'approccio di tipo "artistico" nello studiare i popoli antichi, impostazione metodologica che influenza all'epoca l'azione di molti archeologi, mentre viene accolta in pieno un' impostazione più positivista, la quale tende a privilegiare i caratteri etno-culturali nella ricerca paletoologica. Il tipo di approccio che ha Mosso può rientrare nell'ambito di quei primi tentativi fatti in quegli anni di dare alla ricerca archeologica una svolta più scientifica, come per esempio quella perpetuata G. Boni⁶³, solo per un certo periodo, anticipando nelle metodologie di scavo l'uso dei testimoni, introdotti solo qualche anno più tardi da Wheeler (Guidi, 1998: 55). Appare altresì precoce l'attenzione di dedicare nel volume " *Origini della civiltà mediterranea*" un capitoletto al clima dell'Europa preistorica (Mosso, 1910: 113-115). Questo modo di procedere, commisto quindi in alcuni casi tra processualismo e cognitivismo, sarebbe senz'altro stato valido se l'illustre fisiologo avesse avuto una più solida formazione archeologica e non si fosse così lasciato prendere troppo, in certi casi, dal lato cognitivo della ricerca, lasciandola anche influenzare e condurre da sue ipotesi già preconcepite, per dimostrare le quali arrivò spesso ad associare elementi troppo distanti cronologicamente

⁶² Già delineato nella sua impostazione sia da V. La Rosa (LA ROSA 1991) sia da L. Vagnetti (VAGNETTI L., BETTELLI M., 2005).

⁶³ Che però poi finì per ritornare su approcci antipositivistici aderendo ad un' archeologia retorica e celebrativa nel ventennio fascista.

tra di loro: un esempio per tutti è quanto asserisce nella lettera del 28 giugno 1908, ovvero che *"...Si trovò pure nella caverna delle Arene Candide una serie di pintaderas (assieme?) col minio, altre con ocre di ferro dentro: una perforata come i sigilli della Caldea e Assiria..."*.

Per certi versi interessante appare il calendario delle attività di Mosso e dei suoi spostamenti nel 1908: fino a Febbraio si trova a Roma, dalla quale parte per Matera, dove sta pochi giorni, per iniziare le ricerche sul campo in Puglia che lo occupano fino alla fine della primavera: in particolare a Marzo si trova a Taranto, ad Aprile a Bari, Lecce e Otranto. Per Maggio la corrispondenza con Halbherr conosce un periodo vuoto, o così sembra, mentre è documentata la sua presenza a Roma, solo temporanea per le sedute del Senato, a fine Giugno. Fino ai primi mesi di Luglio è a Torino, dove sembra riordinare le proprie cose in vista della partenza per Belgirate dove fino a fine Settembre trascorre un periodo di vacanza e riordino del materiale raccolto. Il suo ritorno a Torino all'inizio di Novembre è documentato da una lettera non appartenente al carteggio con Halbherr e indirizzata ad A. Issel (Delfino, 2008).

Il lungo periodo di circa due-tre mesi di ricerche sul campo in Puglia, è abbastanza definito nelle sue dinamiche: probabilmente la possibilità avuta l'anno prima di studiare il materiale dello scavo di Coppa Nevigata, si è trasformata in un interesse sempre maggiore per il neolitico della regione e quest'ultimo si concretizza con una serie di ricerche programmate anno per anno e condotte per i primi tempi con l'aiuto dell' allora Soprintendente alle Antichità per Taranto, Quintino Quagliati. L'assidua ricerca di una prova dell' influenza egea nell' arrivo del Neolitico in Italia è il motore che spinge Mosso ad interessarsi di qualsiasi traccia archeologica antecedente i periodi siculi che possa esserci in Italia Meridionale, e in particolare nel 1908 tra Puglia e Basilicata: inoltre la convinzione di aver individuato elementi minoici nel materiale ricevuto, in circostanze ancora da appurare, tramite Nicolò Morelli, sembra fargli quadrare il cerchio su questi influssi egei in Italia e lo spingerà negli anni successivi ad intensificare le ricerche proprio in Puglia. Anche in questo caso però, la sua idea preconcepita di un arrivo del neolitico da Creta, gli dà lo spunto per conclusioni affrettate e poco pertinenti cronologicamente; accadde lo stesso durante le sue precedenti indagini in Sicilia, quando come fa notare Vincenzo La Rosa, *" il suo " paraocchi cretese" lo portò verso accostamenti tanto generici quanto non pertinenti"*, soprattutto quando da un' erronea interpretazione di un luogo culturale come minoico nell'isola, teoria che lo stesso Paolo Orsi, che si stava occupando del problema delle relazioni tra Creta e la Sicilia, non esitò a definire ardita e forse un po' troppo eccessiva (La Rosa, 1991: 55). Effettivamente un po' di faciloneria si intravede anche nel volume *"Origini della civiltà mediterranea"* quando, parlando degli elementi di decoro personale trovati a Festòs e a Coppa Nevigata, confonde in modo evidente delle fusaiole con dei vaghi di collana in terracotta (Mosso, 1910: 132).

Riguardo al lavoro di stesura delle sue opere a Belgirate, si è accennato alla probabilità che Mosso nel 1908 stia lavorando contemporaneamente al secondo e al terzo volume della sua *" Preistoria"*; questa ipotesi può essere sostenuta dal fatto che in alcune lettere accenna a risultati di lavori da mettere nel *"libro che sto scrivendo"* i quali non compaiono in *"Origini della civiltà mediterranea"*, come ad esempio lo studio sui ferri cretesi⁶⁴ o il capitolo sulle tombe neolitiche⁶⁵, mentre altri riferimenti sono chiaramente correlabili con gli argomenti trattati nel suo secondo volume, come per esempio il problema della simbologia della doppia ascia o quelli relativi alle pintaderas⁶⁶.

Da quanto emerso dal carteggio, infine, sembra rimangano da chiarire alcuni aspetti relativi ai lavori di Mosso, che possono essere spunti per impostare ricerche future; rimane un

⁶⁴ Lettere del 4 luglio e 9 settembre 1908

⁶⁵ Lettera del 4 luglio

⁶⁶ Lettera del 28 giugno

po' di mistero su quel "*volume su Creta*"⁶⁷ che dice di stare scrivendo, in quanto non se ne conoscono altri se non quello da lui pubblicato nel 1907⁶⁸, al quale evidentemente non si può riferire Mosso nel 1908; in particolare, poi, riguardo al volume *Gli italiani dall' età della pietra alle prime colonie elleniche*, che non venne mai pubblicato, sarebbe opportuno condurre adeguate ricerche d'archivio per vedere se le bozze che stava scrivendo a Belgirate nel 1908 siano ancora fruibili e se attraverso queste sia possibile attingere ad altre notizie relative alle sue ricerche in Puglia, ai frutti delle sue consultazioni con Halbherr e al materiale che gli capitò sottomano: potrebbe essere l' occasione di avere dei chiarimenti sulle effettive dinamiche dei suoi scavi e forse emergerebbero notizie di ritrovamenti anomali, come i due *vasi lunati sul fondo* della caverna delle Arene Candide⁶⁹, dei quali ad oggi se n'è persa ogni conoscenza. Infine è importante la traccia che offrono molti dei documenti appena esaminati: non si tratta per alcuni di lettere vere e proprie, ma missive d'accompagnamento a lettere indirizzate ad Halbherr: sarebbe interessante poterle rintracciare per avere ulteriori chiarimenti riguardo ai problemi trattati nel carteggio.

Lo scrivente desidera ringraziare:

-Nicola Cucuzza dell' Università degli Studi di Genova, per la segnalazione dell'esistenza del materiale epigrafico, per l' appoggio, i consigli e i fruttuosi colloqui avuti nel corso della ricerca;

-l' Accademia Roveretana degli Agiati, per la disponibilità e la gentilezza dimostrata nel mettere a disposizione il materiale epigrafico.

Le lettere del carteggio Mosso- Halbherr⁷⁰

Lettera 1 (1) (28)

Roma, 28/02/1908

Caro amico,

ho scritto a Canevaro e Papadopoli poi andai al ministero dell'istruzione. Vi sono 950 lire disponibili sul fondo Gautieri ma Ricci le chiese per una spedizione nell' Eritrea. Ho protestato e spero che se lei fa subito la domanda per le 920 lire le otterrà. Scriva subito al ministro Rava. Questa sera parto con Stavro per Napoli spero di fotografare domani i vasi micenei e Domenica saremo a Taranto. Ricci mi ha promesso una visita a Taranto.

Suo affett.

Mosso

Lettera 2 (27) (2)

Caro amico,

⁶⁷ Lettera del 19 agosto

⁶⁸ *Escursioni nel mediterraneo e gli scavi di Creta*

⁶⁹ Vedi lettera del 28 giugno 1908

⁷⁰ I numeri tra parentesi si riferiscono ai numeri scritti postumi sulle lettere originali come catalogazione

appena impostata la lettera pel Conte Biscaretti giunse la risposta del senatore Candiani⁷¹.

Tanto meglio così saranno in due. Favorisca far recapitare questo biglietto al conte Biscaretti in Senato. Domani come le scrissi andrò a Matera e la saluto caramente anche in nome di Stavros

Suo affezionato Mosso

Taranto 28 marzo

1908

Lettera 3 (3) (26)

Taranto 29 marzo 1908

Caro amico,

sono tornato da Matera col dolore di non potere rimanervi più a lungo. Ero con il conte d' Ayala e Quagliati. Faceva molto freddo e la gita doveva durare solo tre giorni. Gli scavi procedono bene e specialmente per la parte neolitica che più mi interessa raccoglierò cose importanti che per la civiltà minoica nulla ho trovato fino ad ora. Le mando la lettera del conte Biscaretti e la saluto con Stavros.

Suo aff.

A. Mosso

Lettera 4 (2) (17)

Caro amico

ho ricevuto la sua lettera con le sue congratulazioni e la ringrazio. Le accludo la risposta di Canevaro il quale non può venire a Roma. Ho scritto ad un altro ammiraglio senatore, al Candiani perchè si incarichi lui della proposta al Senato.

Gli scavi vanno bene Quagliati la saluta. Abbiamo trovato una tomba a Crispiano con molti vasi arcaici che non sappiamo ancora bene classificare etnograficamente. Io dico per scherzo che è la tomba dei Messapi da lei tanto desiderata. Lavoreremo ancora tre giorni a Crispiano, stiamo per finire questa tomba e poi torneremo a Taranto.

Oggi ho fatto una gita con Stavro lontano due ore da Crispiano per visitare una necropoli greca: ma sono cose recenti che non mi interessano.

La saluto caramente e mi scriva, suo

affezionato

Mosso

AGGIUNTA DI QUAGLIATI

⁷¹ Giuseppe Candiani (Milano 1830-Milano 1910)

Illustre professore, colgo l'occasione di questa lettera assieme al prof. Mosso per rinnovarle ancora una volta la testimonianza di tutta la mia profonda devozione.

Saluti

Suo affezionato

Quagliati

Lettera 5 (4) (23)

Bari 2 aprile 1908

Caro amico

sono venuto a Molfetta per fare uno scavo al Pulo in un terreno puramente neolitico. Volevo orientarmi su una certa ceramica limonastra con decorazione rossa e forma che vidi a Matera ed a Taranto.

Questa ceramica mi interessa pei raffronti con la ceramica simile che trovai a Creta e che ha preceduto il tipo Camares. Sono contento di aver potuto convincermi che nell'età della pietra venne importata a Molfetta questa ceramica esotica. Qui siamo in epoca anteriore al 1° periodo siculo e troviamo una ceramica che ha rapporti con quella di Creta della quale le mostrai le fotografie e che trovai a Festo nel terreno neolitico. È una questione (grave?) perchè vorrei dire (quando ella sia d'accordo) che le relazioni tra Creta e l'Italia appaiono per la ceramica prima del Camares: e che probabilmente il tipo siculo del 1° periodo trova nel 1° Egeo le sue origini; quanto si vede a Matera e al Pulo presso Molfetta lo proverebbe.

Ho trovato belle armi di pietra e una capanna quadrata. I neolitici del Pulo segnano l'ultimo periodo nell'età della pietra. Ai vasi della tomba che ho scavato col Quagliati vorrei dare il titolo di premicenei. È un' audacia ma si riferisce tale titolo alla stratificazione archeologica di Taranto. vasi simili furono trovati dal Quagliati allo Scoglio del Tonno in strati più profondi di quelli micenei. Sentirò volentieri il suo giudizio sulla improprietà di questo titolo "Deposito sepolcrale con vasi premicenei". Sono partito colla speranza di trovare una tomba messapica e devo contentarmi di questo titolo. Domani parto per Lecce ed Otranto con Stavros. Andiamo a studiare la ceramica dei dolmen. Il prof Quagliati si raccomandò perchè Stavros sia nominato al suo museo. Ne parleremo a Roma, ma lo stipendio non è sufficiente. Io mi fermerò a Roma ma lei non vi sarà più. Mi scriva a Lecce o a Brindisi dove accompagnerò Stavros che potrà partire tra una settimana.

Buona Pasqua

Stavros la saluta

suo affezionato

A.Mosso

Lettera 6 (5) (21)

Caro amico,

Solamente oggi ho potuto parlare in Senato della scuola archeologica di Atene e ho detto in nome degli archeologi quanto lei aveva dettato sui miei appunti.

Il Senato ascoltò con molta attenzione. Ho sottolineato la preghiera al ministro di non cambiare nulla a quanto si è fatto in questi due ultimi anni dichiarando che eravamo soddisfatti del modo come ora procede la Direzione generale degli scavi. (Ho parlato col Ricci in proposito e non abbiamo nulla da temere). Dall'attenzione intensa colla quale fu accolta la mia proposta di mantenere e sviluppare quanto abbiamo in Candia e dopo la risposta del ministro credo che non vi sia da impensierirci punto per le dimissioni di Ceci. Sono pronto a fare una interpellanza in Senato sulla scuola archeologica di Roma se questa volesse riprendere gli scavi di Creta. Ne parlai col senatore Dini e anche lui è d'accordo. Lei mi avvertirà. Tale innovazione dovrebbe far parte di un Istituto archeologico nazionale con sede in Roma, che il meglio è di mantenere lo stato attuale. Così promise il ministro Rava di mantenere tutto il suo appoggio agli scavi di Creta. Ho detto che nessuna scuola archeologica aveva dato tanti allievi insigni quanti ne diedero gli scavi di Creta. Spero che tutti ammetteranno questa verità senza cavarmi gli occhi. Abbiamo la sicurezza che il Senato comprende l'importanza di quanto ella fece e siamo certi del successo per l'avvenire. Domani partirò e mi rincresce che ci vedremo solo a novembre.

Buone vacanze

Suo affezionato

Mosso

Roma 24 giugno 1908

Lettera 7 (6) (19)

Torino 28 giugno 1908

Caro amico,

spero poterle mandare presto una copia del discorso colla risposta del ministro. Tittoni⁷² non c'era. Non ho potuto parlare col Fasciotti⁷³ ma fui dal Ricci che mi diede gli appunti pel discorso i quali erano come i suoi.

Ora mi perdoni e mi serviva il suo parere sopra alcuni problemi cretesi. Leggo di Amèlinau "Religion égyptienne" e trovo un capitolo per spiegare che la divinità è rappresentata col segno dell'ascia pag 402. Questo segno vuol dire Dio nel senso di protezione, di natura fisica ecc. Mi sembra che si ripeta qui il simbolo cretese della doppia ascia; solo che in Egitto l' accetta ha un'altra forma. Sarebbe utile mettere in evidenza questo raffronto? Schiapparelli è in Egitto e non posso consultarmi con lui.

A Genova nella Caverna delle Arene Candide don Morelli trovò due vasetti che sono lunati nel fondo; nella caverna dove vennero in luce due idoli famosi di tipo miceneo. Quello che trovò Pernier fig. 112 del mio libro su Creta serviva allo stesso scopo per versare forse il vino

⁷² Tommaso Tittoni (Roma 1855-Roma 1933), fu deputato della Destra storica e Ministro degli Esteri sotto diversi Gabinetti guidati da Giolitti dal 1903 al 1905 e dal 1906 al 1909; per alcuni mesi ricoprì anche la carica di Presidente del Consiglio nel 1905; nel 1908 il maggior impegno per il suo Dicastero consistette nel risolvere alcuni problemi nei rapporti con l' Austria Ungheria in seguito all' annessione della Bosnia-Erzegovina da parte dell' Impero Asburgico.

⁷³ il Barone Carlo Fasciotti, dal 1906 fu console italiano a Creta, poi capo di gabinetto agli esteri del marchese Di Sangiuliano dal 1910 al 1914. Nel 1906 diede un determinante appoggio al rifinanziamento della Missione a Creta, intervenendo personalmente con il ministro degli esteri Tittoni (PETRICCIOLI 1990: 38).

sull'olocausto. Le sarei grato se volesse indicarmi dove si trovano descritti vasi piccoli lunati sul fondo per metterli in raffronto con questo⁷⁴ il quale è rappresentato a 2/3 e ha le pareti ispesse.

Si trovò pure nella caverna delle Arene Candide una serie di pintaderas alcune col minio altre con ocre di ferro dentro: una perforata come i sigilli della Caldea e Assiria. Forse gli abitanti delle caverne liguri impararono dai navigatori dell' Egeo a dipingersi la pelle con un rullo cilindrico. La domanda che le faccio è doppia: 1° quali sono i più antichi di questi sigilli a rullo in Creta e dove posso copiarli 2° Si può ammettere che i Cretesi si tingessero la pelle in rosso come forse facevano gli Egiziani? Si può dare importanza a tale coincidenza nel rappresentare bianche o gialle le donne e rossi gli uomini? Certo nella Liguria si colorivano in rosso, pubblico i vasi pieni di ocre di ferro e anche in Sicilia ho trovati abbondante l'ocra in vari scavi; io la trovai due volte. Mi perdoni e accolga in anticipazione i miei ringraziamenti.

Suo affezionato

Mosso

Scriverò a Stavros perchè venga con me quest'inverno se lei lo permetterà

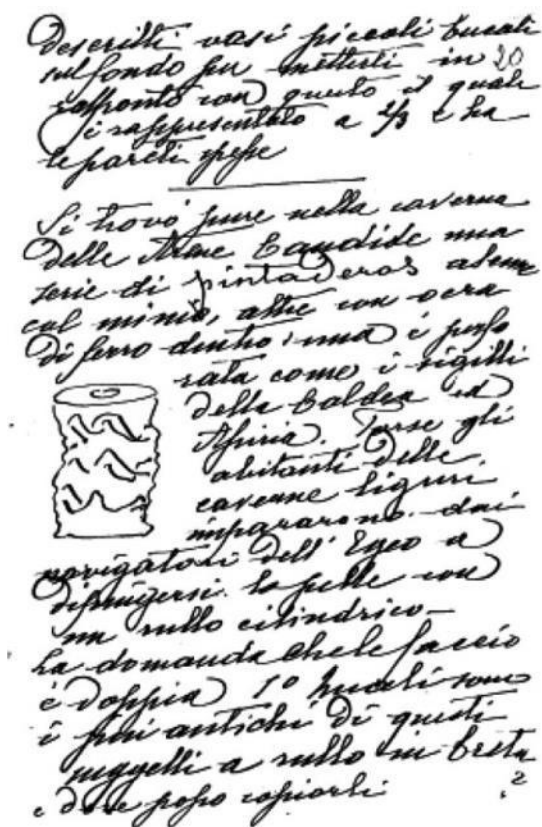


Figura 5: Una pagina della lettera del 28 Giugno 1908, con il disegno di una pintadera neolitica della caverna delle Arene Candide, trovata durante gli scavi di Nicoló Morelli, studiata da Mosso e poi scomparsa

⁷⁴ Disegno allegato alla pag. 2 della lettera

Lettera 8 (8) (16)

Torino 4 Luglio 1908

Caro amico,

sono in procinto di partire e faccio la copia dei libri che devono servirmi per scrivere il mio libro. Disgraziatamente la ditta Danesi ha distrutto tutte le negative fotografiche delle tavole che riprodusse in fototipia. Ho bisogno di altre fotografie [,] ne feci alcune degli oggetti che ella regalò al Museo preistorico di Roma ma avrei bisogno delle fotografie che ella fece eseguire in fotogimotipia nella tavola X del volume Memorie Istituto Lombardo 1902 che copiò in profilo.

Se potesse darmi queste fotografie mi basterebbero perchè sono buone. Occorre anche mettere qualche suggello per far conoscere le cose che stavano assieme ai pugnali e vasi. Riprodurrei anche le figurine della tholos. Se avesse ancora la scimmia potrei metterla per diritto. È utile mostrare i progressi compiuti nella plastica raffrontandola con le figure che ho trovato ed altre neolitiche che mi diedero Hazzidachis ed Evans. Ci scriva a Belgirate e le sarò grato se trova le fotografie dei coltelli, suggelli ed idoli.

Ringraziandola sono suo affezionato

Mosso

Lettera 9 (7) (17)

Torino 4 Luglio 1908

Caro amico,

Le mandai il mio discorso, se ne vuole altre copie me lo dica; ne ho parecchie disponibili.

Ora sarebbe il momento opportuno per ottenere che Pernier abbia il posto di Atene e di Creta stabilmente come direttore della scuola in Atene e degli scavi a Creta. Temo che [,]se ella non fa presto la proposta[,] che la scuola di Roma farà qualche imbroglio, ma certo ella ha già provveduto. Il mio libro è abbozzato e pare riuscirà utile. Sono pieno di speranza; prima di accingermi a scriverlo vorrei pregarla di accettare la dedica. Questo mi sarà di stimolo a far meglio per darle un ricordo della mia gratitudine e di quella degli Italiani. Mi dirà in che anno ella giunse la prima volta a Creta vorrei accennarlo nella dedica.

Le scrissi pochi giorni [or] sono pregandola di cercare le fotografie della tholos di Haghia Triada. Sarà utile riprodurre la suppellettile nel capitolo dove parlerò delle armi di rame e delle prime di bronzo.

Si rammenti di chiedere la fotografia del bolide⁷⁵ che la stamperò insieme all'analisi chimica. Anche il pezzo per l'esame chimico mi faccia spedire. Un capitolo sulle tombe dell'età neolitica servirà a mostrare i raffronti colla Sicilia, ma temo che non abbiamo fotografie delle tholos neolitiche. Forse Xanthoudides⁷⁶ ne avrà. Mi dia un consiglio perchè riuscirebbe un capitolo interessante.

Martedì parto per Belgirate e la saluto caramente.

⁷⁵ Bolide inteso qui come meteorite, probabilmente riferendosi ad un frammento di ferro meteorico ritrovato a Festos.

⁷⁶ Xanthoudides, archeologo greco, fu indicato nel 1900 da Halbherr a Pigorini come ispettore per Festos (BANDINI 2000: 168).

Suo affezionato

Mosso

Lettera 10 (9) (14)

Caro amico,

ho scritto subito al prof Salinas indirizzando la lettera al Ministro dell'istruzione e raccomandandogli Pernier. Speriamo che il concorso dia buoni risultati!

Quanto al Corriere della Sera non seppi più nulla. Può darsi che il D' Albertini sia all'estero o che non abbiano compreso l'importanza della scoperta sebbene l'essere i caratteri mobili dovesse far loro impressione. Se uscirà nel Giornale d'Italia un articolo del Mancini tanto meglio. La ringrazio per le notizie che volle darmi sulle pintaderas . Pubblico un capitolo col materiale nuovo che mi diede don Morelli. Nella caverna delle Arene Candide trovò una pintadera con dentro il minio fatta con due spirali . Siamo nell'età neolitica e le spirali erano già in giro nella Liguria. Ho raccolto la letteratura neolitica dei disegni che si facevano sulla faccia in Grecia a Seriphos⁷⁷, in Francia e nella Spagna. I sigilli della grande tholos sono fatti per imprimere un disegno e stamparlo, non per fare un suggello nella creta. Alcuni sono troppo grandi . Le sono grato per tutte le notizie che volle darmi e spero che tale capitolo coll' aiuto suo sia divenuto importante. Il volume Origini della civiltà europea è diventato più grosso dell'altro, e credo sia più importante pei continui raffronti di Creta coll' Italia e l' Europa. È un materiale immenso e interessantissimo, se non faccio un libro utile la colpa è mia! Mi scriva prima di partire se ha qualche notizia del concorso attuale.

Salutandola caramente

Suo affezionato

Mosso

Belgirate Domenica

28 Luglio

1908.

Lettera 11 (15)

Belgirate 29 luglio 1908

Caro amico,

ho ricevuto uno scritto del Peet The early aegean civilisation in Italy che (I) svolge bene alcuni accenni da me fatti fra il neolitico di Creta e quello dell'Italia e della Sicilia. Farò alcune aggiunte alle bozze. Un' altra modificazione che non le scrissi riguarda la cronologia delle prime dinastie dei faraoni. Citerò meglio la letteratura di questo argomento e riferirò meglio la parte bibliografica se ella lo crede necessario.

⁷⁷ Seriphos o Seripo, isola delle Cicladi occidentali.

Salutandola caramente mi scriva, suo aff.

Mosso

(I) Annual of the British School of Athens

XIII 1906-1907 pag. 400

CARTOLINA INDIRIZZATA AD HALBHERR A ROVERETO

Lettera 12 (10)(12)

Belgirate 19 Agosto 1908

Carissimo amico,

la sua lettera mi fece molto piacere e scrissi subito al ministro Rava , raccomandando caldamente il Pernier. Come saprà Ricci ha un enterile; gli scrissi pochi giorni fa e non mi rispose neppure la signora alla quale indirizzai la lettera. Appena saprò che si alza e ha ripreso gli affari scriverò anche a lui. Scriverò domani all'onorevole Galli perchè ci aiuti ma aspetto prima una sua cartolina. Lei conosce gli aspiranti a tali posti. Non vorrei che movessero un ostacolo nelle nostre ruote, se Cosmini e Pigorini non sostengono Pernier propongono altri, dobbiamo stare in guardia perchè io conosco molto meno il Galli di loro. Dunque mi scriva una cartolina. Se può decidere Comparetti questa sarebbe la raccomandazione migliore per Pernier.

Scriva lei se non l' ha fatto questo passo. Quanto alla memoria sulla ceramica neolitica di Phaestos sono venute a galla alcune questioni gravi e ho bisogno del suo aiuto per ciò la prego di continuarmi il suo appoggio e dare una occhiata alle bozze senza fretta e a suo comodo. Sto scrivendo il secondo volume su Creta. Il titolo è audace ma spero lei me lo perdonerà. Lavoro con tale ostinazione che scrissi una memoria sulla Tomba preistorica di Sant' Angelo di Muxaro e dopo tornai con più ardore al volume su Creta. Sono trepidante perchè il successo del prossimo volume mi dà una maggiore responsabilità, per questo altro voglia il cielo che riesca bene!

Suo affezionato

Mosso

Lettera 13 (11) (10)

6 Set. 1908 Belgirate (Arona)

Caro amico

mi è giunta l'analisi del pezzo di ferro che ella trovò nella tholos di Haghia Triada. Comunicai i dati dell'analisi al prof. Spezia perchè mi dicesse quale minerale poteva essere, giacchè era escluso fosse un bolide o ferro meteorico. Il prof. Spezia mi rispose che la ricchezza di silice 20% e di calce 28% con soli 48% di ossido di ferro fa credere si tratti di una scoria come si trovano nei forni dove si fondono minerali di ferro! Nello scavo di Festos trovai un pezzo di ferro magnetico nel terreno neolitico. Qui nella sua tholos una scoria. Dove viene? Ho scritto ad Hazzidakis perchè mi dica se a Creta esistono minerali di ferro. Comunque sia abbiamo due

cimeli importanti per la storia del ferro. Quando Petrie nel 1881 trovò un pezzo di ferro nella grande piramide della IV dinastia nessuno ci volle credere. Poi nel 1902 Petrie trovò un altro pezzo di ferro della VI dinastia. I due pezzi di ferro da noi trovati aggiungono valore ai trovamenti del Petrie. Se lei avesse qualche dato da comunicarmi in proposito gliene sarei grato. Pubblicherò la figura del pezzo che mi mandò il Pernier ma non conosco il peso. E' strano che a Creta si lavori tutto. Anche il ferro! Oggi parlerò col Bollati a Stresa. La nomina del Pernier pare definitivamente accettata e sarà presto annunciata appena fatto l'impianto amministrativo della Scuola di Atene. Ho scritto a Stavros pregandolo di venire il 1° Marzo. farò gli scavi a Bari e Manfredonia dove riprenderò lo scavo di Coppa Nevigata del quale ella mi fece avere la ceramica dal Pigorini.

Suo aff. Mosso

Lettera 14 (12) (8)

Caro amico,

la nomina del Pernier pare assicurata. Dopo quanto scrisse il ministro Rava e le assicurazioni che ora mi dà il Ricci per mezzo di una lettera che mi scrive la sua signora e che le mando. Ieri fu a trovarmi a Belgirate il senatore Barzellotti. Parlammo a lungo di Ceci ed egli pure è d'accordo di combatterne l' influenza deleterea. Si combinò di formare insieme al Comparetti, al Galli ed altri che cercheremo un gruppo per la protezione di Creta e la spedizione scientifica nella Cirenaica. Appena avrò la risposta dal Bollati che è d'accordo (con alcune reticenze che spero svaniranno) gliela comunicherò. Ella dovrebbe decidersi ed esserne il portabandiera perchè col nome suo vinceremo! Se si farà d'inverno verrò anch'io a passare un mese a Tripoli per salutare su di un cammello ed accompagnare per qualche tappa la partenza della sua carovana.

Mi rincresce che si sia perduta una mia lettera . Le davo i risultati dell' analisi del pezzo di ferro; che non è un bolide⁷⁸ ma una scoria dovuta alla fusione del minerale di ferro. Non sapendomi spiegare la presenza di questa scoria le chiedevo se possiamo metterla in relazione con l' Egitto. Due trovamenti di ferro del Petrie sarebbero contemporanei a questo. L' essere questo pezzo di scoria messo accanto agli scheletri sarebbe forse un indizio per ammettere che fosse cosa preziosa o esotica? Ho scritto ad Hazzidachis⁷⁹ per sapere se in Creta esistono minerali di ferro. In Creta trovasi tutto!

Suo affezionato

Mosso

Belgirate 9 settembre 1908

⁷⁸ Un *bolide* era detto per un meteorite, quindi in questo caso Mosso sta dicendo che non si tratta di ferro meteorico.

⁷⁹ G. Hazzidakis, eforo delle Antichità a Creta, nomina per la quale si adoperò Halbherr nel 1899 (MOMIGLIANO 2002: 280): mandò spesso a Mosso alcuni reperti metallici, sia di rame, che di bronzo, ferro e piombo, da far analizzare in Italia al Laboratorio Chimico dell'arsenale di Torino dal cav. Fiorina (MOSSO 1910).

Lettera 15 (14) (6)

Belgirate 22 settembre 1908

Caro amico,

temo che a sollevare adesso la questione dello stipendio si possa fare più male che bene al dott. Pernier. Quando sarà nominato potremo agire con maggiore fermezza, ora siamo disarmati. Propongo perciò di aspettare il decreto di nomina colle proposte del ministro per la paga. Dopo insisteremo se non è sufficiente lo stipendio. Bisogna che sappiamo se ha l'alloggio gratis nell'edificio ora costruito. Più che tutto si tratta di cominciare, di avere il posto, dopo si provvederà ed è probabile che dopo il primo anno il ministro chieda un aumento del fondo per la scuola di Atene. Quanto alle mie bozze faccia un segno dove crederà occorre qualche nota; le farò posto per le seconde bozze che non saranno stampate prima del suo ritorno a Roma. Ringraziandola del favore, la saluto cordialmente.

Affezionato

Mosso

Lettera 16 (16) (4)

Carissimo amico,

per ospitare il giovane Griglionacchi gli mandi lire venti come mio contributo io gliele restituirò a Roma dove sarò il 17. Mi spiace che non potremo vederci. Con lire 60 al mese fino aspettare che si decida il posto ed abbia il sussidio. Scriverò al direttore della Scuola di Farmacia a Padova per sapere se può trovargli un posto in qualche farmacia. Quanto al prof. Di Giovanni sono certo farà tutto il possibile per aiutarlo. Mi scriva l'indirizzo del Griglionacchi e quanto alle mie venti lire le aggiunga le aggiunga lei alle sue senza dirgli niente.

Con affettuosi saluti

Suo affezionato

Mosso

Torino 10 novembre 1910

BIBLIOGRAFIA

BANDINI, G.,(2000) - Halbherr, Pigorini e la nascita della Missione Italiana a Creta. *Creta Antica*. [S.l.: s.n.], Atti del Convegno " La figura e l'opera di Federico Halbherr", n° 1, p. 155-172.

BERNABÒ BREA, L. (1946) - *Gli scavi nella caverna della Arene Candide*. Bordighera: [s.n.], parte I.

CUCUZZA, N. (2000) - Pigorini e Halbherr, fra paleontologia e archeologia egea. *Creta Antica*. [S.l.: s.n.], Atti del Convegno " La figura e l'opera di Federico Halbherr", n° 1, p. 147-153.

DELFINO, D. (2008) - L' interesse di Angelo Mosso per il Neolitico in Liguria. *Atti del Convegno Internazionale. Storia della paleontologia in Liguria: personaggi, scoperte e collezioni tra XIX e XX secolo*, Finale Ligure 22-23 settembre 2006. Finale Ligure: Museo Archeologico del Finale, p. 347-351. Sessione poster.

GANNATTASIO, B.M. (1999) - Luigi Bernabò Brea ed il Civico Museo di Archeologia. *Bollettino dei Musei Civici Genovesi*. Ligure: musealizzazione e fruizione dei beni archeologici, Anni XIX-XXI-N.° 55-63, 1997/99, p. 159-163.

GUIDI, A.(1998) - *Storia della paleontologia*. Bari: ed. Laterza.

LA ROSA, V. (1991) - La preistoria della Sicilia da Paolo Orsi a Luigi Bernabò Brea. *Annali dei Musei Civici di Rovereto, sez. Archeologia, Storia e Scienze Naturali*. Rovereto: [s.n.], Atti del Convegno " Paolo Orsi e l' archeologia del '900", Rovereto 12-13 Maggio 1990, Vol. 6 (1990), p. 47-68.

LA ROSA, V.(2000) - Federico Halbherr e lo scavo. *Creta Antica*. [S.l.: s.n.], Atti del Convegno " La figura e l'opera di Federico Halbherr", n° 1, p. 197-216.

LA ROSA, V.(2001) - Lo scavo di Festos nella letteratura archeologica italiana. *Atti dei Convegni Lincei*, 173. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, Atti del Convegno "I cento anni dello scavo di Festòs", Roma 13-14 dicembre 2000, p. 25-49.

LEONARDI, G.; BOARIO, S. (2000) - L' epistolario di F. Halbherr nel " Fondo Pigorini" di Padova. *Creta Antica*. [S.l.: s.n.], Atti del Convegno " La figura e l'opera di Federico Halbherr", n° 1, p. 173-186.

MOMIGLIANO, N. (2002) - Federico Halbherr and Artur Evans in archaeological correspondence (1897-1917). *Studi micenei ed egeo-anatolici*. [S.l.: s.n.], fasc. XLIV/2, p. 263-318.

Mosso, A. (1906) - *Crani etruschi*. Torino: Mem. Acc. Sc. di Torino, serie II, tomo LVI.

Mosso, A.(1907) - *Escursioni nel mediterraneo e gli scavi di Creta*. Milano: Fratelli Treves Editori.

Mosso, A.(1907a) - *Le armi più antiche di rame e di bronzo*. [S.l.]: Memorie dei Lincei, n° V, Vol. XII.

Mosso,A. (1908) - *Idoli femminili e figure di animali nell' età neolitica*. Torino: Mem.R.Acc. Sc. Torino, Vol. LVIII (1908), p. 375-395

Mosso, A. (1909) - *Ceramica neolitica di Phaestos e vasi dell'apoca minoica primitiva*. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei

Mosso, A. (1910) - *Origine della civiltà mediterranea*. Milano: Fratelli Treves Editori.

Mosso, A. (1910a) - *Le origini del ferro nella preistoria*. [S.l.]: Memorie Regia Accademia dei Lincei, Classe di Scienze Morali, serie 5, vol XIV.

Mosso, A. (1910b) - *La respirazione nelle gallerie e l'azione dell' ossido di carbonio*. Milano: Fratelli Treves Editori.

Mosso, A. (1910c) - *Analisi chimiche dei metalli minoici degli scavi di Creta*. [S.l.]: Rendiconti Morali dell'Accademia dei Lincei, Classe di Scienze Fisiche, n° V, Vol. XIX.

MOSSO, A.; SAMARELLI, G. (1910) - Stazione neolitica di Monteverde. *Notizie degli scavi*. Roma: Atti della Regia Accademia dei Lincei, serie V, Vol. VII, p. 38-52.

PETRICCIOLI, M (1990) - *Archeologia e Mare Nostrum*. Roma: ed. Levi

PETRICCIOLI, M.(2000) - Federico Halbherr fra archeologia e politica. *Creta Antica*. [S.l.: s.n.], Atti del Convegno "La figura e l'opera di Federico Halbherr", n° 1, p. 101-112.

PIGORINI, L. (1910) - Notizie diverse. *Bullettino di Paletnologia Italiana*. [Roma: s.n.], Vol. XXXV, serie IV, tomo V, p. 41

QUAGLIATI, Q. (1900) - Prodotti industriali micenei sullo Scioglio del Tonno in Taranto. *Bullettino di Paletnologia Italiana*. Roma: [s.n.], Vol. XVI, serie III, tomo VI, p. 285-288.

TINÈ, S., (ed.) (1999) - Il Neolitico nella Caverna delle Arene Candide (scavi 1972-1977). *Collezione di Monografie Preistoriche ed Archeologiche*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri.

VAGNETTI, L.; BETTELLI, M. (2005) - I Micenei in Italia Meridionale; appunti per una storia degli studi. In SETTIS, S.; PARRA, M.C. (eds.) - *Magna Grecia, archeologia di un sapere*. Milano: ed. Electa. Catalogo.

COMPUTER APPLICATIONS AND ARCHAEOLOGICAL MODELS OF THE MIDDLE TAGUS

Luís Santos
Instituto Politécnico de Tomar
Grupo do Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências da
Universidade de Coimbra (uID73- F.C.T.)
lsantos@ipt.pt

Luiz Oosterbeek
Instituto Politécnico de Tomar
Instituto da Terra e Memória
Grupo do Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências da
Universidade de Coimbra (uID73- F.C.T.)
loost@ipt.pt

Pierluigi Rosina
Instituto Politécnico de Tomar
Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo
Grupo do Quaternário e Pré-História do Centro de Geociências da
Universidade de Coimbra (uID73- F.C.T.)
prosina@ipt.pt

Computer applications and Archaeological models of the middle Tagus

Luís Santos, Luiz Oosterbeek e Pierluigi Rosina

Historial do artigo:

Recebido a 19 de novembro de 2013

Aceite a 26 de novembro de 2013

ABSTRACT

Use of geographic information system predictive mapping to locate areas of high potential for prehistoric archaeological sites is becoming increasingly popular among archaeologists. The environmental variables influencing dispersion of original inhabitants is used to produce GIS layers representing the spatial distribution for the areas studied. The GIS layers are analysed to identify locations where combinations of environmental variables match patterns observed at known prehistoric sites. Presented are the results of a study to determine the dispersion patterns of prehistoric communities taking into account sites of different chronology, including details of the analysis process. The project used environmental data from 60 known sites in all parts of the region and the results corresponded to some of the well-known theories developed for the area.

Key-words: Tagus, Archaeology, GIS, landcover, methodology.

1. INTRODUCTION

The “Alto Ribatejo” (North Ribatejo) is a region of Central Portugal, characterised by the merging of three different geo-morphological units: the limestone massif of Estremadura, to the West; the Miocene basin of the Tagus, to the South; and the granites and schist from the “Beiras”, to the East. It’s a region that finds its unity in the diversity of landscapes and natural and cultural resources, through the connection of the main rivers (Tagus, Zêzere and Nabão), which constitute its skeleton.

The aim of this study is to determine the probability of presence of new archaeological sites taking into account all the environmental variables affecting the known sites, in order to achieve this there are going to use computer applications to archaeology.

Create or gather thematic maps, in a Geographical Information Systems platform, of all the environmental features used to predict possible archaeological sites.

Created a database of the sites already known in the area and join it to the geographical information system (GIS) devised maps, allowing a series of interpretations regarding environmental features of the territory.

2. WHY GIS IN ARCHAEOLOGY

Since archaeologists deal with spatial data, a GIS¹ can be a powerful tool, it can use maps as data, compare/combine maps, integrate archaeological data with environmental data, create new maps and analyse maps in many ways. Furthermore maps can be of any scale, large regions or continents, sites within a region or even objects within a site.

Geographical Information Systems can handle a huge amount of data and easy access to that data, a linkage of different types of data, in practical archaeological terms, imagining an excavation site, each unit has a number of attached attributes (i.e. size of the unit, artefacts located within the unit, proximity to other units, etc), this system operates exactly in the same way, each digital unit is attached to a database with a number of fields, allows quick and easy access to the attribute of each unit and also allows a graphical comparison of units across space.

The data can be from numerous sources (i.e. maps, photographs, and satellite imagery) and can be used in raster format, where the information is stored in cells with values, or vector where only important features have values.

3. PREVIOUS STUDIES

Research of this area dates back to the 1920's, both surveys and study of Pre History, sporadically have revealed the importance of this area in the development of Neolithic societies. With reference to Ana Cruz (1997) Tomar underwent 4 sequential phases of study

YEAR AND DATES	TYPE OF STUDY
<u>FIRST PHASE</u> <u>Until 1940:</u> José Leite Vasconcelos	Sporadically references to Pre Historical artifacts found in the region.
YEAR AND DATES	TYPE OF STUDY
<u>SECOND PHASE</u> <u>1940's</u> Camarate França	Archaeological inventory
<u>1960's</u> Michel Bailleau Veiga Ferreira M. Leitão	"Portugal Pré-Histórico. Seu enquadramento no Mediterrâneo" "Étude Géologique dans la Region de Tomar (Province de Ribatejo – Portugal)"

¹ GIS – Geographical Information System

<u>1970's</u> Maria João Mendia de Castro Carlos Batata Paulo Arsénio Vítor Silva	"Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Tomar" "Canalização do Rio Tejo" "O desenvolvimento da espeleologia na região de Tomar" "Centro de Estudos para a protecção e o Património da região de Tomar" Development of an association for the protection and study of the patrimony.
THIRD PHASE <u>1980's</u> José Mateus Francisco Sande Lemos Fernando Real João Zilhão Luiz Oosterbeek Ana Rosa Cruz	The first systematic research projects in the area started by the "Grupo de Estudos para o Paleolítico Português" Paleolithic study group. During this period the first theories were elaborated.
FOURTH PHASE <u>1990'S</u> Luiz Oosterbeek Ana Rosa Cruz K Lillios João Zilhão José Gomes Júlio Pereira Francisco Paixão Maria José Bento Álvaro Batista Joaquim Candeias Carlos Martins	The first scientific magazines (ARKEOS, Techne), individual articles and thesis on the Pre History of the area. Thesis by, K. Lillios (1990), João Zilhão (1992), L. Oosterbeek (1994) and A.R. Cruz (1997). Many associations with centers all over the region developed research in Archaeology, namely (Núcleo de Arqueologia do Clube Recreativo Sudoense, Núcleo de Arqueologia da Barquinha, Abrantes, Ferreira do Zêzere, Ourém and Alvaiázere developed individual studies) ArqueoJovem, the new association, was developed following this initial common interest with the aim of joining efforts towards a better Archaeological understanding of the area.

Table 1: Previous studies, background. Source: Luis Santos, 2001, based on information after Cruz, 1997.

With regards to the developed theories on this area and sharing a similar point of view to the one proposed by Ana Rosa Cruz (1997) considering four main works that synthesise an interpretation of the area.

First the work by Katina Lillios (1991), “Competition to fission: the Copper to Bronze Age Transition in the Lowlands of West-Central Portugal”, Doctorate Thesis that elaborated an interpretation of the transition of the third to the second millennia B.C.. In which the author defends that there was an occupation of previously uninhabited territories, poor in hunting and agricultural resources, but rich enough to sustain an economy specialised in cattle and secondary products. The existence of a great competition between the control of resources in the Calcolitic, resulted in a social fission since 2000 B.C. The evidence presented by the author for these facts; the decrease in the size of settlements as a result of poverty in large settlements leading impoverished members to peripheral areas; the preference for domestication of animals and agricultural practices allowing a subsistence in places otherwise improper; the transition from collective sepulchres to individual ones; The decrease of dedication to rituals and monuments; Mass deforestation and competition for land ownership.

The second work by J. Zilhão (1992), “Gruta do Caldeirão: O Neolítico antigo”, Doctorate thesis that presented a different perspective for the facts presented previously by Lillios K. (1991). In his view Hunters gatherers of the Nabão area exchanged materials with other Neolithic communities (ceramic and domesticated animals), another hypothesis is that the valley of the Nabão is seasonal hunting ground used by groups maybe from Tejo, where they exchanged products with recently arrived groups; the area studied by the author was used by the settlement of Santa Cita in the lower Nabão, as a feeding area for the cattle and hunting ground. The first two hypothesis of this author were discredited (Cruz A. R., 1997), while the third has been reinforced by the Archaeological evidence of exchanges with littoral settlements as well as the stratigraphy of the area.

The third hypothesis by L. Oosterbeek (1994), “Echoes from the East: the western network. North Ribatejo: an insight to unequal and combined development, 7.000-2.000 B.C.” Doctorate thesis that propose several models regarding Neolithic and Calcolitic. A new scope was brought into play with this thesis, the Mediterranean information Network, where an existing network from the Mesolithic developed into a more developed concept of settlements and rituals. This growing process of complexity brought about new social structures reinforcing the concept of group amongst settlements, with obvious repercussions in rituals and burials, the new sense of power emerged from these societies resulting in elaborated structures (Antas, dolmens).

The development of such societies according to Oosterbeek (1994) was aided by a series of factors, such as environmental and climatic factors as well as the proximity to resources that enabled a ease of flow to the described network. Oosterbeek (1994) also considers the development of these complexities to be continuous and only limited by space as opposed to time, he also considers the development of the area as an echo of the development in Alentejo, Estremadura and in occasions to the Southeast and other areas of Spain.

Various centers were considered (Oosterbeek, 1994) which exerted active competitions between them, creating hierarchies who in turn reinforced the network by moving people to the most influential centers; the author also refers a series of theories where he describes the various evolutionary stages.

Finally the Master Thesis by Ana Rosa Cruz (1997) “Vale do Nabao: do Neolítico à idade do Bronze” (in Arkeos 3, Perspectivas em Dialogo, 1997) who developed a geographical approach to the theories previously presented. Three areas were described according to archaeological evidence, and particularly associating different occupation periods as indicators of development to the already proposed theories.

1. Areas of type (1), Mesolithic / Ancient Neolithic (6.000 – 4.500 B.C), the transition of hunter gatherers to / animal domestication and agriculture.
2. Areas of type (2), Neolithic/Calcolithic – 4.500 – 2500 B.C.
3. Areas of type (3), Calcolithic/Bronze Age – 2.500 – 1.500 B.C.

This analyses allowed an in depth interpretation of the various sites, launching the hypothesis:

1. Gradual Neolithic, with the gradual colonization from the west (coastal areas) straight into the higher Nabão.
2. Neolithic by interactive colonization, meaning a complicated network of communication between main sites.
3. Neolithic of non-populated areas, a complete merging of two periods hunter gatherers and the first agriculture, pacific coexistence.
4. Seasonal and Functional coexistence, between different settlement areas in proximity and with hunter-gatherers (Paleolithic).

4. GIS PREPARATION METHODOLOGY AND PROCEDURES

In order to insert data in a paper or alphanumeric format into the GIS, it is necessary to undertake a process of acquisition. Maps have been scanned with a high resolution and georeferenced in Gauss coordinates using modules provided by Arc Info. Furthermore, the information drawn on the maps, important as single thematic layers, has been transformed into vector format, in other words it has been digitised in Gauss coordinates and endowed with their attributes.

Alphanumeric information has been standardised within databases and, when necessary, has been transformed into thematic layers within the GIS converting their position attribute into Gauss coordinates (Pizziolo, G. in Ecos Presentation).

Following these procedures the system has been provided with different raster images related to maps and aerial photographs on which varies vector layers can be overlaid. In particular information is available on present landscape settings through altimetry, hydrology, vegetation coverage, whereas for the past settings a variety of landscape markers have been selected and digitised.

4.1. Archaeological Sites Database

Archaeological sites were divided into Mesolithic, Neolithic and Calcolithic occupational period (Cruz, 1997), and classified as:

- **Settlements**, either temporary or of longer period were considered
- **Necropolis**, normally longer period occupations with burial or ritual sites
- **Atelier**, site used for the production of artefacts or cereal processing activities

- **Undetermined**, any site that did not have any conclusive evidence of usage

Information for 60 recorded prehistoric sites in the Tejo, lower Zézere and lower Nabão regions was first tabulated in a Excel (Microsoft Corporation, 2000) saved as a .txt file format, imported into an Arc View table and added to the view as an event theme.

The region that these sites were found in was assumed to have crucial characteristics of indication of possible movements of population at that stage, but analysis to verify these assumptions are performed later in the study. Site data was introduced in the GIS, site name, coordinates X and Y, elevation, period, and typology. Locations of sites and survey areas were also mapped in the GIS and linked to the site database (Table 2). Other databases have been produced for the area associated with some environmental variables, such as the vegetation cover (Santos, 2000), geomorphology (Rosina, & Lucca, 2000).

NAME	COORD X	COORD Y	ALTITUDE	PERIOD	TPOLOGY
Pinhal Novo	176550	288000	88	Neolithic	Settlement
Cabeco da Paz	176650	288020	92	Neolithic	Undetermined
Santos Martires	173570	286050	100	Neolithic	Undetermined
Aviario Sta Cita	177430	285100	80	Calcolithic	Undetermined
Vale Seixo	172440	281040	55	Neolithic	Settlement
Ilheu do Lombo	188600	293120	110	Palaeolithic	Settlement
Povoados Maxial	190895	295730	250	Calcolithic	Settlement
Jogada Povoado	186680	286380	238	Calcolithic	Atlier
Cova dos Castanheiros	183700	280950	149	Calcolithic	Settlement
Anta 1 Val da Laje	185500	287580	167	Calcolithic	Necropolis
Anta 4 Val da Laje	185600	287700	130	Calcolithic	Necropolis
Anta 5 Val da Laje	185490	287585	185	Calcolithic	Necropolis
Anta 2 Val da Laje	185480	287490	150	Calcolithic	Necropolis
Anta 3 Val da Laje	185460	287380	135	Calcolithic	Necropolis
Jogada 1	186780	286210	235	Calcolithic	Necropolis
Jogada 2	186790	286280	230	Calcolithic	Necropolis
Jogada 3	186810	286300	230	Calcolithic	Necropolis
Jogada 4	186750	286420	230	Calcolithic	Necropolis

Table 2: Portion of the Database used in the GIS (full database in appendix 2)

4.2. Geographical Information Layers

GIS layers for each of the available environmental variables of interest to the archaeological site records were produced. Most layers were derived from existing line or polygon layers, but some required a number of steps to produce the final result.

4.3. Distance to freshwater resources:

The distance to drinkable water would not be realistic to analyse this feature with the actual condition, where the water level is found at an altitude of 100m from the original hydrology. The layer was produced from ancient maps supplied by the IGeoE, which were digitised and geo-referenced; the new layer was drawn using the overlay method at a scale of 1:2000, in the GIS. The hydrology (Figure 1) of small channels beyond 3Km from the mainstream was purposely neglected. Buffers (Figure 1) were created both from the mainstream 4 at intervals of 200 meters.

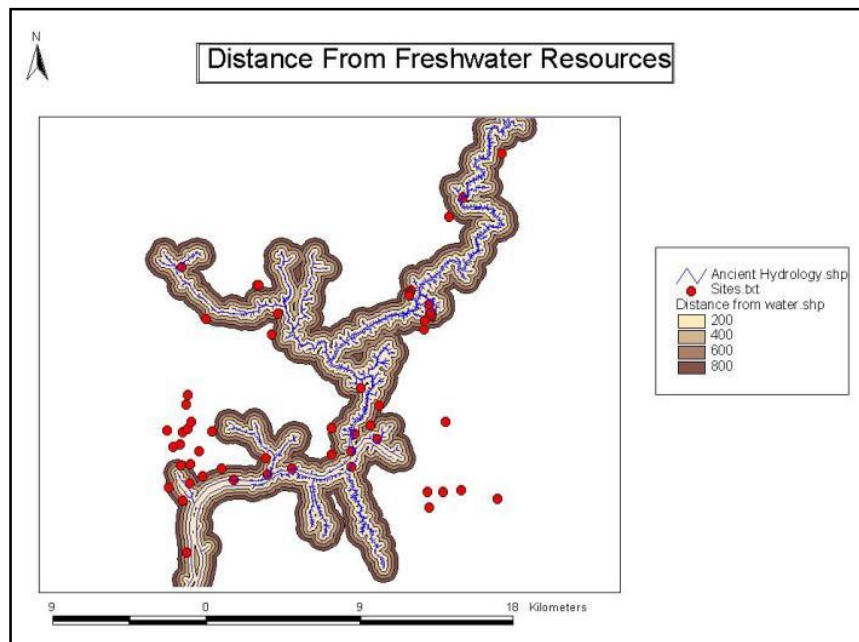


Figure 1: Distance to nearest water

4.4. Geomorphologic surveys map:

Soil survey data for most of the Zêzere was inexistent until last years surveys, presumably because of the harshness of some areas, poor access routes and a complicated geomorphology, possibly the same reasons limit archaeological surveys. This soil survey has a low level of detail and only few areas are mapped; however the area of interest for this study was one of the mapped areas (lower Zêzere, figure 2).

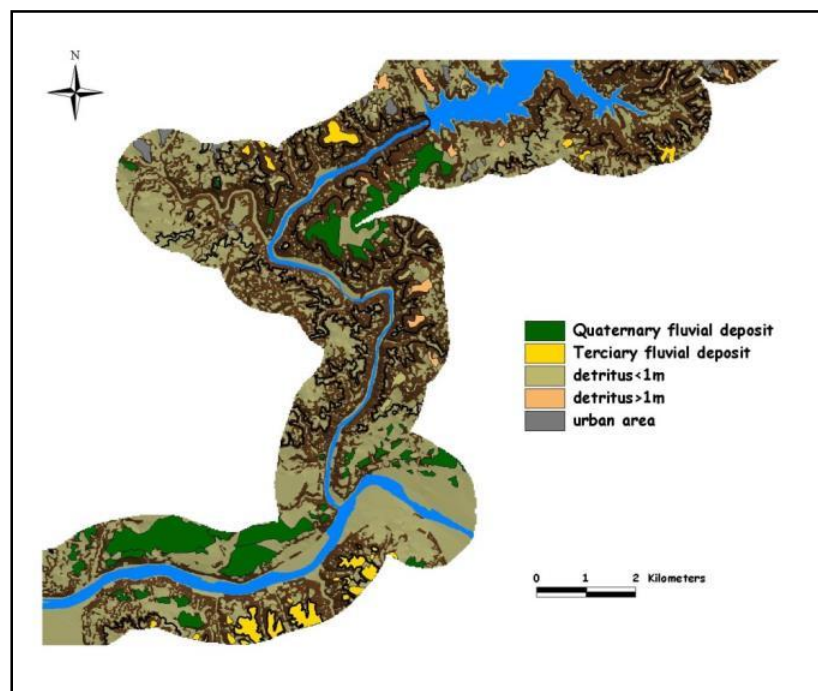


Figure 2: Geomorphologic map of study area. Pierluigi Rosina in OOSTERBEEK, L.; SANTOS, L. (2001) – Monitoring of European drainage basins. Rovigo, Italy: Europrint.

4.5. Vegetation resources:

Vegetation survey data for all the Zezere and part of the Tejo was gathered in August 2000, using the method described (Oosterbeek & Santos, 2000). Vegetation can be a great indicator of areas harbouring archaeological remains, the autochthonous vegetation of the area is a mix of medium size bushes of various species and *Quercus* Sp. Trees, however there can also be considered areas occupied by wild pine as of interest, even though the species was introduced, it dispersed naturally into favourable areas.

5. APPLIED GEOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM (GIS) METHODOLOGY

As referred before, vegetation is of great importance when estimating the potential of a location to have or not archaeological remains, endemic vegetation may indicate that a certain area did not have a severe human influence. Probabilities of vegetation areas to have intact or unaffected archaeological remains were attributed as high, to cork trees, oak trees and bushy areas (depending on the level of succession); medium, to wild pine and olive trees; low, to eucalyptus and agricultural areas (Table 3).

HIGH	MEDIUM	LOW
Cork and Oak trees	Wild Pine	Agricultural
Bush	Olive trees	Eucalyptus

Table 3: Areas of probability according to vegetation type

The reason for this system of classification is the fact that cork, oak trees and bushy areas are endemic species of the Mediterranean biome (Chaparral), therefore indicating that the area remained untouched for a long period of time, backing up this fact is the poor capacity of competition between endemic species and introduced species that are in general of larger dimensions being favored when competing for light. Furthermore the root system of some introduced species (i.e. Eucalyptus) drain the soil from nutrients to an extent that no other forms of vegetation may develop. Hence, endemic species are indicators of high quality of conservation archaeological remains, high probability areas (Figure 3).

Wild Pine was an introduced species in Portugal and is in more numbers in the north or the territory; however these trees dispersed into many new areas becoming wild and spontaneously germinating. Olive trees were planted in great numbers during the Agrarian Re-Organization, taking into account that these trees are planted at a considerable distance from each other and in strategic places allowing enough space for the conservation of some archaeological remains thus these two species, wild pine and olive trees, being considered of medium probability (Figure 3) to the areas occupied.

Low probability areas (Figure 3) are considered as such by the presence of introduced species or agricultural land, the former were relatively recently introduced species (Eucalyptus) with the purpose of supplying the cellulose paper industry that prospered in the area until recently, furthermore the process of plantation generally involves heavy machinery, that dig the soil in order to create levels. These species due to their characteristics are planted in areas

where agriculture would be disfavored, heavy slopes and poor soils, and to a relative proximity to water supply, factors also favored by Palaeolithic and Neolithic hominids.

The vegetation used for the probability study was selected by querying the database, from the vegetation map, and creating new individual shapes from the selection.

One initial query was performed, where all the vegetation polygons with archaeological sites within them were selected and a new theme was created. The procedure was repeated for each of the vegetation types used in these analyses (Figure 3).

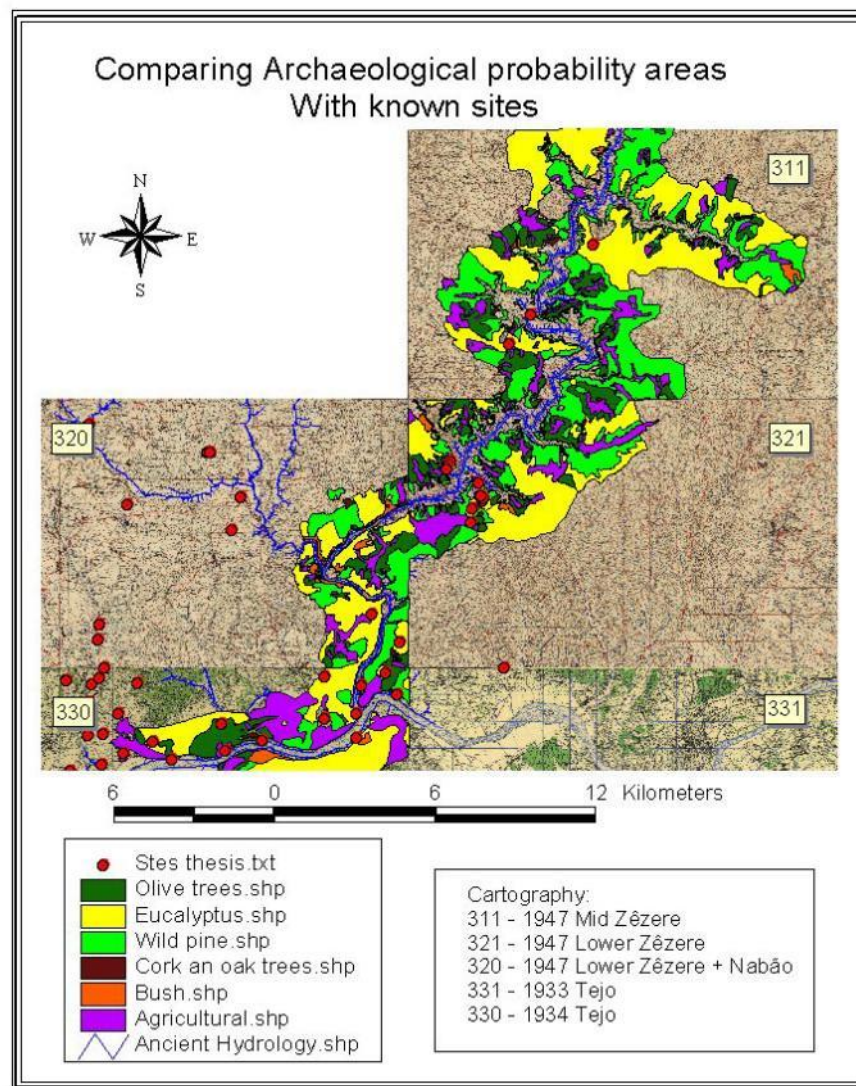


Figure 3: Vegetation polygons with archaeological sites over military cartography of Portugal. Luis Santos in OOSTERBEEK, L.; SANTOS, L. (2001) – Monitoring of European drainage basins. Rovigo, Italy: Europrint.

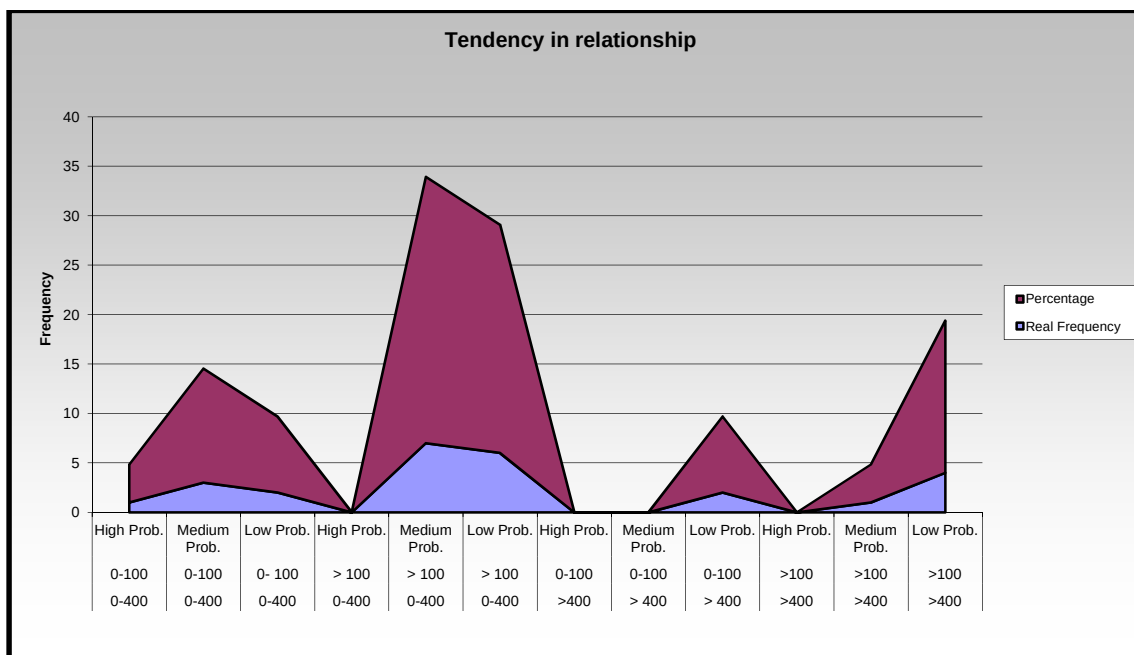
Statistical analysis was performed on the archaeological site data to determine simpler groupings of environmental variables and to examine associations between pairs of variables. The groupings were necessary to obtain adequate sample sizes for meaningful clusters to develop. Useful results were obtained by limiting each of the four variables to two levels: distance to water: 0 - 400 meters and greater than 400 meters; altitude: 0 – 100m and greater than 100m; and the vegetation model hypothesis. The 60 known sites as points from the GIS were compared to vegetation (soil use) altitude and distance from water (Table 4). This comparison is merely to allow a better understanding between variables that had obvious

influence in the occupation of territories by prehistoric hominids (Altitude and freshwater proximity) and a variable that does not reflect a correct interpretation of the scenario at those times. However in some way these variables compared in further studies may bring a trend and allow more complex analysis, with the slope, aspect and others analysed individually and in this manner (Bryan & Manly, 2001).

Distance to water (ft)	Elevation (ft)	Vegetation	Frequency	Percentage
0-400	0-100	High Prob.	1	3.846
0-400	0-100	Medium Prob.	3	11.538
0-400	0- 100	Low Prob.	2	7.6923
0-400	> 100	High Prob.	0	0
0-400	> 100	Medium Prob.	7	26.923
0-400	> 100	Low Prob.	6	23.0769
>400	0-100	High Prob.	0	0
> 400	0-100	Medium Prob.	0	0
> 400	0-100	Low Prob.	2	7.6923
>400	>100	High Prob.	0	0
>400	>100	Medium Prob.	1	3.8469
>400	>100	Low Prob.	4	15.3846
Totals			26	100.0

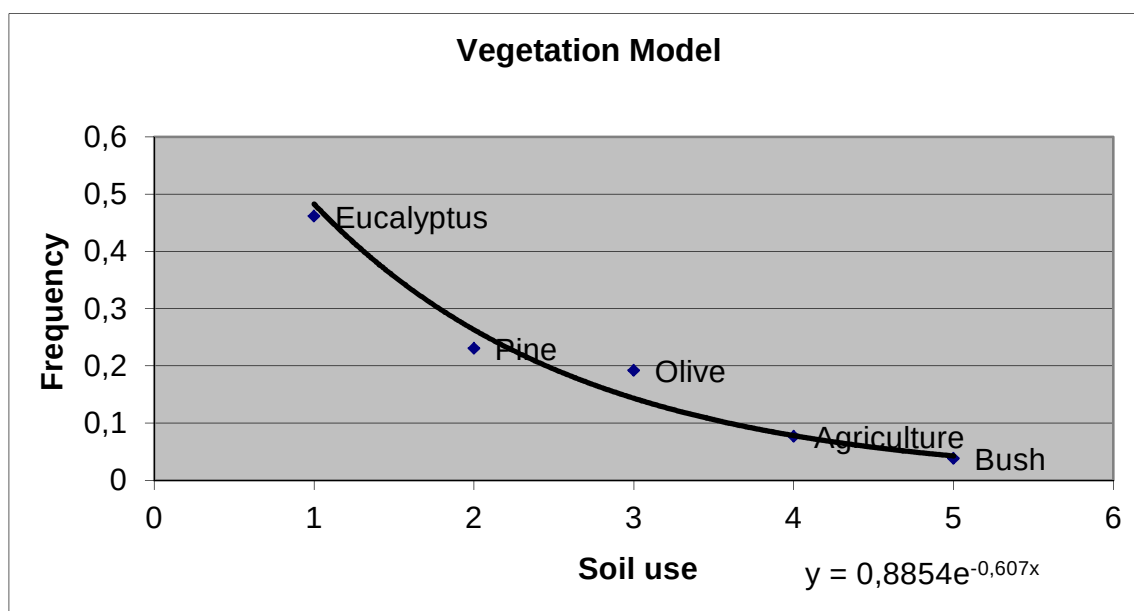
Table 4: Frequencies of unique combinations for prehistoric sites in the Zêzere, Nabao and Tejo

Most results were significant, indicating one of two things: (1) the general, trend of finding archaeological sites in medium and low probability areas, between 0-400m and at altitudes above 100m (2) the environmental characteristic being tested is not a good predictor for sites.



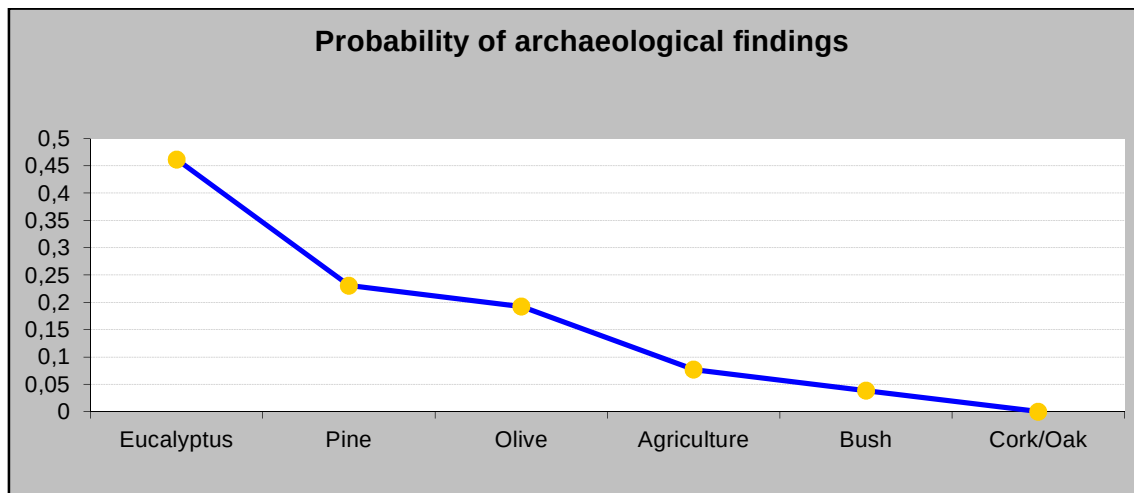
Graph 1: Graph of Frequencies of unique combinations for prehistoric sites in the Zézere, Nabão and Tejo

Observing Graph 1, the highest value recorded was for medium probability vegetation areas (Pine and Olive trees), altitudes above 100 meters and distance from water between 100 and 400 meters. The evident facts to back up these results is that in the majority of occasions archaeologists act upon sites that are in high risk of being destroyed, furthermore it is easier to find a site if the region has some human occupation or intervention.

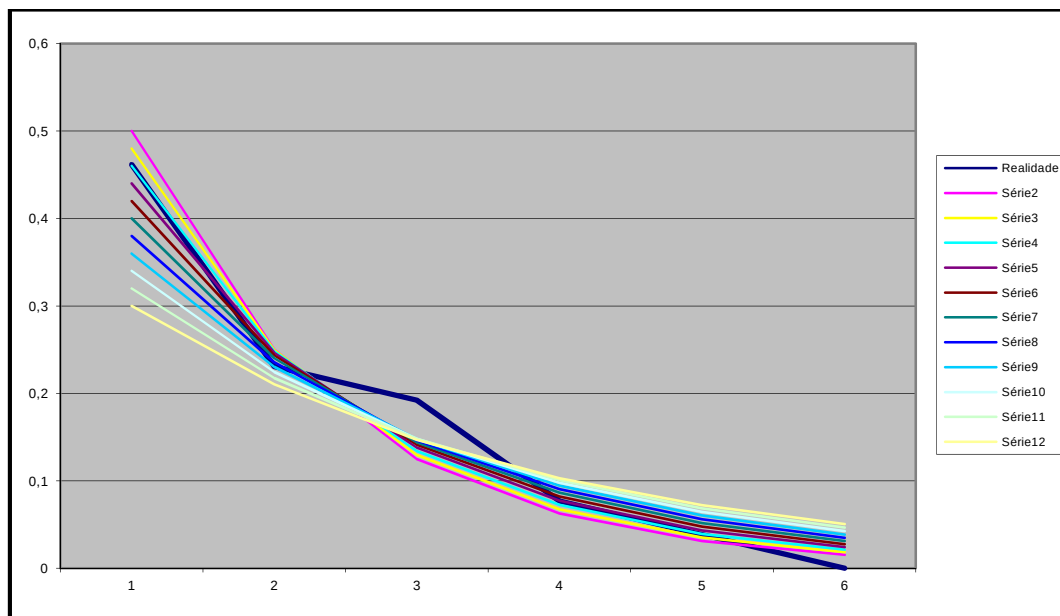


Graph 2: Vegetation frequency trendline

A probability simply uses the observed frequency of the unique combination as the measure of site potential.



Graph 3: Probability model



Graph 4: Vegetation model validation statistics

Despite the limitations of this analysis and predictive archaeological modelling (Graph 4) in general, the results of the study provide a useful map for refining and reducing areas of potential high probability for sites. Furthermore these statistics are extremely interesting to archaeological studies, however to determine estimate factors that took place thousands of years ago with statistical models is nonetheless ambitious, however the attempt is worth following as it may develop into extremely interesting studies.

Despite the limitations of this analysis and predictive archaeological modelling in general (Ravenhill et al, 1986)), the results of the study provide a useful map for refining and reducing areas of potential high probability for sites. Surveys are necessary to better validate the results. Modelling cannot take the place of intensive archaeological survey to discover sites, but it does provide planners with a guide showing areas that would likely require less time, effort, and money to develop from a cultural resources compliance standpoint. Priority areas for evaluation, monitoring, or mitigation are augmented by model results.

BIBLIOGRAPHY

AIRSTON, N.G. (1989) – *Ecological experiments (purpose, design and execution)*. Cambridge: University Press.

ALLEN, T.F.H.; T.B. STARR, (1982) – *Hierarchy: perspectives for ecological complexity*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press.

AUSTIN, M. P.; ADOMEIT, E. M. (1991) – Sampling strategies costed by simulation. In MARGULES, C.R.; AUSTIN, M.P. (editors) – *Nature conservation: cost effective biological surveys and data analysis*. [S.l.: s.n.], p. 167-175.

AUSTIN, M.P.; P.C. HEYLIGERS, (1989) – Vegetation survey design for conservation: gradsect sampling of forests in northeastern New South Wales. *Biological Conservation*. [S.l.: s.n.], Vol. 50, p. 13-32.

BOTÓN GARCIA F. (2000) – Estudos Sedimentológicos. *Arkeos, perspectivas em diálogo*. Tomar: CEIPHAR, Vol. 9, p. 83-126.

BRYAN, F., MANLY, J. (2001) – *Statistics for Environmental Science and Management*. [S.l.]: Chapman & Hall/CRC press.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 311 [Material cartográfico] / Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército Português, 1980.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 320 [Material cartográfico] / Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército Português, 1982.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 321 [Material cartográfico] / Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército Português, 1981.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 330 [Material cartográfico] / Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército Português, 1992.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 331 [Material cartográfico] / Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército Português, 1980.

CORRAL FERNANDEZ, I. (1998) – Depósitos Cuaternarios en el área de Constância-Barquinha-Entroncamento y la Riba. del Bezelga. *Arkeos, perspectivas em diálogo*. Tomar: CEIPHAR, Vol. 5, 1 carta f.t., p. 59-144.

CRUZ, A. R. (1997) – Vale do Nabão do Neolítico à Idade do Bronze. *Arkeos, perspectivas em diálogo*. Tomar: CEIPHAR, Vol. 3.

FONSECA, J.; VILANOVA, S.; MEGHRAOUI, M.; BOSI, V.; CARDOSO, J.L.; OOSTERBEEK, L. (2000) – Lower Tagus Valley. *Portugal – Guide Book*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

GAFFNEY, V.; STANCIC, Z. (1995) – *GIS and Environmental Determinism: Archaeology and Geographic information systems: A European Perspective*. London: Taylor & Francis.

GAFFNEY, V. & STANCIC, Z. (1994) – LGIS and Historical Archaeology: The case of the island of Hvar in Croatia. *Archaeologia E calcolatori*. [S.l.: s.n.], Vol. 5, p. 257-268.

GILLINGS, M.; MATTINGLI, D.; VAN DALEN, J. (editors) (1999) – *Geographical Information Systems and Landscape Archaeology*. London: Oxford.

LILLIOS, K. (1991) – *Competition to fission: the copper to Bronze Age transition in the lowlands of west-central Portugal (3.000-1.000B.C.)*. Yale: Yale University, Doctorate Dissertation.

MACDONALD, A. (2001) – Building a Geodatabase. *ArcInfo* 8. [S.l.]: ESRI Publication.

OOSTERBEEK, L. (1994) – *Echoes from the East: The western network. North Ribatejo (Portugal): an insight to unequal and combined development, 7.000-2000 B.C.* London: University College London. Doctorate dissertation.

OOSTERBEEK, L.; ROSINA, P.; SANTOS, L.; PIZZIOLO, G.; ANASTÁCIO, R.; RODRIGUES, A. (2001) – *Ecos Ouverture, Final Report*. EU publication: Portuguese section.

PENA DOS REIS, R. (1998) – Estratigrafia e Controlos Depositionais dos Terraços Fluviais Quaternários, na região de Tomar-Entroncamento. *Arkeos, perspectivas em diálogo*. Tomar: CEIPHAR, Vol. 4, p. 21-35.

RAVENHILL, W. & GILG, A. (1986) – The accuracy of early maps? Towards a computer aided Method. *Cartographic Journal*. [S.l.: s.n.], Vol. 11, p. 48-52.

REED, R.A., R.K. PEET, M.W. PALMER, and P.S. WHITE, (1993) – Scale dependence of vegetation-environment correlations: A case study of a North Carolina piedmont woodland. *Journal of Vegetation Science*. [S.l.: s.n.], Vol. 4, p. 329-340.

RIBEIRO O. (1991) – Opusculos Geograficos. *O Mundo Rural*. Lisboa: [s.n.], Vol. IV.

RIBEIRO O. (1995) – Opusculos Geograficos. *Estudos Regionais*. Lisboa: [s.n.], Vol. IV.

SERVIÇOS GEOLOGICOS DE PORTUGAL (1968) – *Carta Geológica de Portugal*. Escala 1:1.000.000. Lisboa: Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

SERVIÇOS GEOLOGICOS DE PORTUGAL (1992) – *Carta Geológica de Portugal*. Escala 1:500.000. Lisboa: Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

WEIR, D.A.; WILSON, J.B. (1988) – Micro-pattern in an area of New Zealand alpine vegetation. *Vegetatio*. [S.l.: s.n.], Vol. 73, p. 81-88.

